

Veículo: Site A Tarde	
Data: 23/07/2020	Caderno: Bahia

A TARDE

Qui , 23/07/2020 às 00:00 | Atualizado em: 23/07/2020 às 09:58

Bahia registra perda de R\$ 1,5 bi na arrecadação

Da Redação



A **Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz)** divulgou que a Bahia já registra uma perda de R\$ 1,5 bilhão em receitas brutas nos meses de abril, maio e junho deste ano, em comparação ao mesmo período de 2019. De acordo com o **secretário Manoel Vitória**, em entrevista, na manhã de ontem, para o programa Isso é Bahia, na rádio A TARDE FM, a tendência é que a queda continue até o final do ano.

O secretário explica que a queda de receita foi mais intensa no começo da pandemia, com a parada de diversos setores econômicos e com empresas e consumidores segurando os gastos.

"Com certeza, até o final do ano, nós vamos enfrentar um desafio muito grande. No primeiro momento, a população e empresas seguraram o consumo, então a queda da receita foi muito grande. Depois você começa a ver um movimento de tentativa de normalidade. Alguns setores, como supermercados, tiveram até um crescimento de vendas, mas não é o suficiente para compensar o fechamento de segmentos inteiros", explica.

De acordo com Manoel Vitória, o retorno das atividades econômicas na Bahia não vai compensar a perda de R\$ 1,5 bi da receita.

Foco na fiscalização

"Essa desaceleração das perdas que está acontecendo agora não compensa as perdas que já ocorreram. Também temos que levar em consideração, quando falamos de perda, é que a comparação é 2019, e o custeio da máquina pública e os investimentos continuam".

O secretário também destaca que a situação na Bahia não está pior por conta de dois "pilares" que foram prioridade no governo desde o começo da pandemia.

"Primeiro, nós redirecionamos o foco de fiscalização, no sentido de atuar mais fortemente naqueles segmentos que estão funcionando para não perder arrecadação e evitar sonegação. E a segunda foi o decreto do governador que concentrou na Sefaz boa parte das novas contratações, estando fora as aquisições e contratações para a pandemia".

Isso gerou, conforme Vitório, uma redução de despesas que ajudou a equilibrar as contas. O secretário enfatizou, durante entrevista ao Isso é Bahia, que cortar impostos seria inviável neste momento, principalmente com a necessidade de se investir mais no estado no combate à Covid-19.

"Nós vivemos da arrecadação de impostos. Abrir mão disso e abrir mão de um imposto que o cidadão baiano pagou significa correr o risco de não conseguir atender esta população".

Ainda segundo o gestor da pasta, "com o coronavírus, de extra, foram gastos até agora R\$ 812 milhões. Diretamente do Tesouro estadual, nós gastamos R\$ 482 milhões. Então não dá para imaginar abrir mão deste tributo e depois não conseguir dar assistência para a população".

Rankings de transparência forçam Estados a abrir dados na pandemia

Rondônia e Espírito Santo lideram avaliações; São Paulo consegue avanços

Por Malu Delgado e Carolina Freitas — De São Paulo

24/07/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

Empresa de celular vendendo máscaras cirúrgicas, ferro velho como fornecedor de equipamentos de saúde, materiais vencidos, falta de clareza sobre o número real de infectados, nenhum dado sobre volume de testes realizadas, omissão ou falta de detalhamento sobre dados de mortos e sobre leitos de UTI. A pandemia de covid-19 desafia gestores públicos a correrem contra o tempo para salvar vidas, mas abre um flanco para inúmeras fraudes em contratos emergenciais, revelando a dificuldade de tornar obrigatória a publicação de dados abertos sobre políticas públicas.

Num mundo que passou a funcionar quase que exclusivamente em modo virtual, cresce a cobrança por transparência no setor público não apenas em relação à publicação detalhada sobre os gastos, mas em relação à própria doença. Dois indicadores desenvolvidos pelas organizações não governamentais Open Knowledge Brasil (OKBR) e Transparência Internacional (TI) mostram as dificuldades dos Estados brasileiros e do governo federal em compilar em portais públicos informações sobre como estão combatendo a covid-19. No entanto, as duas iniciativas têm forçado os governantes a fornecerem dados muitas vezes dispersos, omissos ou mascarados. Os dois índices têm balizado também o olhar de órgãos de controle, como tribunais de contas e Ministério Público.

Termômetro da transparência

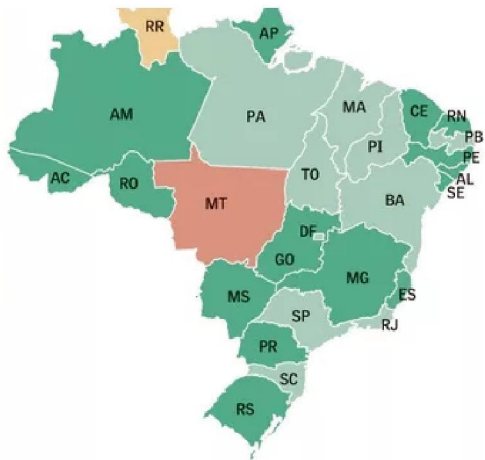
Índice de transparência dos dados epidemiológicos sobre a covid-19

Ranking dos Estados

Posição	Estado	Pontuação	Nível
---------	--------	-----------	-------

Níveis de transparência

Opaco	0-19 pts
Baixo	29-39 pts
Médio	40-59 pts
Bom	60-79 pts
Alto	80-100 pts



Governo Federal

Nível	Pontos	Lugar
Bom	78	12º

Metodologia para medir transparência das informações sobre a pandemia

São levadas em consideração três dimensões

Dimensão	Descrição
Conteúdo	São considerados itens como idade, sexo, raça/cor e hospitalização dos pacientes confirmados, além de dados sobre a infraestrutura de saúde, como ocupação de leitos, testes disponíveis e aplicados
Granularidade	Avalia se os casos estão disponíveis de forma individual e anonimizada; além do grau de detalhamento sobre a localização (por município ou bairro, por exemplo).
Formato	Consideram-se pontos positivos a publicação de painéis analíticos, planilhas em formato editável e navegação simples.

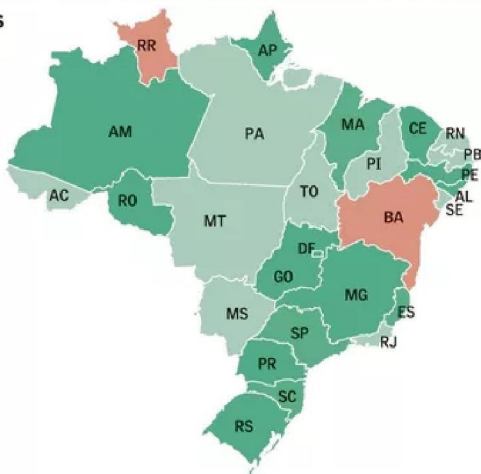
1º	Rondônia	100	Alto
1º	Espírito Santo	100	Alto
2º	Mato Grosso do Sul	97	Alto
2º	Amazonas	97	Alto
3º	Pernambuco	95	Alto
3º	Minas Gerais	95	Alto
4º	Acre	93	Alto
5º	Amapá	92	Alto
5º	Alagoas	92	Alto
6º	Rio Grande do Sul	91	Alto
7º	Sergipe	87	Alto
8º	Ceará	86	Alto
9º	Paraná	85	Alto
10º	Goiás	84	Alto
11º	Rio Grande do Norte	83	Alto
12º	Santa Catarina	78	Bom
12º	Governo Federal	78	Bom
13º	Distrito Federal	77	Bom
14º	Maranhão	74	Bom
15º	Tocantins	73	Bom
16º	Pará	72	Bom
17º	Bahia	68	Bom
18º	Rio de Janeiro	65	Bom
19º	São Paulo	64	Bom
20º	Paraíba	63	Bom
21º	Piauí	60	Bom
22º	Roraima	57	Médio
23º	Mato Grosso	30	Baixo

Índice de transparência das contratações emergenciais para combate à covid-19

Ranking dos Estados

Níveis de transparência

Ótimo
Bom
Regular



Metodologia para definir transparência dos gastos públicos emergenciais

São levadas em consideração quatro dimensões

Dimensão	Descrição
Disponibilidade	Site ou aba específica com informações essenciais e desejáveis sobre contratos emergenciais, como do prestador ou fornecedor, valor total e unitário de produtos ou serviços e dados sobre modalidade de contratação
Formato	Dados abertos, possibilidade de download, busca e acesso a contratos
Legislação	Regulamentações e controles para contratações emergenciais
Controle social	Acesso da população a dados, possibilidade de enviar perguntas, contatar ouvidoria, fazer denúncia e participar de conselho que acompanhe contratações

Posição	Estado	Pontuação	Nível
1º	Espírito Santo	100	Ótimo
2º	Ceará	98,73	Ótimo
2º	Distrito Federal	98,73	Ótimo
4º	Rondônia	96,2	Ótimo
5º	Goiás	94,94	Ótimo
5º	Minas Gerais	94,94	Ótimo
7º	Pernambuco	93,67	Ótimo
8º	Amapá	89,87	Ótimo
9º	Alagoas	88,61	Ótimo
9º	Paraná	88,61	Ótimo
11º	Maranhão	86,08	Ótimo
12º	Amazonas	84,81	Ótimo
12º	Rio Grande do Sul	84,81	Ótimo
12º	São Paulo	84,81	Ótimo
15º	Santa Catarina	82,28	Ótimo
16º	Pará	79,75	Bom
16º	Tocantins	79,75	Bom
18º	Rio Grande do Norte	77,22	Bom
19º	Mato Grosso do Sul	73,42	Bom
20º	Mato Grosso	71,52	Bom
21º	Piauí	68,35	Bom
22º	Paraíba	65,82	Bom
22º	Sergipe	65,82	Bom
24º	Acre	63,29	Bom
25º	Rio de Janeiro	62,03	Bom
26º	Bahia	45,57	Regular
27º	Roraima	43,04	Regular

Fonte: Open Knowledge Brasil - Boletim de 23 de julho e Transparência Internacional - Boletim de 29 de junho

O Índice Transparência Covid-19 foi lançado pela OKBR em 3 de abril. Na primeira edição, segundo Fernanda Campagnucci, diretora-executiva da OKBR, desde março a equipe acompanhava a evolução da pandemia e os debates sobre a falta de transparência, sobretudo no pico que atingiu a Itália. “Apesar de termos um sistema de saúde único no Brasil, sabemos que a informação não é centralizada. O

Ministério da Saúde coleta dados de Estados e municípios, mas a gestão desses dados, como leitos disponíveis, é feita uma vez por ano. A ocupação de leitos no país no dia de hoje é um dado, por exemplo, que não temos de fato. Depende de cada ente conseguir levantar. Sabendo disso, preparamos esse índice.”

O lema do projeto da OKBR é “dados abertos podem salvar vidas”. Quanto mais qualificados e completos os dados, explica Campagnucci, melhor a capacidade do ente federado elaborar ações com base em evidências e obter melhores resultados. “Sabíamos que um índice era importante, ajudaria a melhorar a crise.”

Foi esse trabalho da OKBR que estimulou a Transparência Internacional a olhar para um outro aspecto: o das despesas públicas. Seguindo uma metodologia semelhante, as duas organizações agora trabalham com rankings de maneira quase que complementar.

No ranking da TI, que avalia a transparência dos Estados ao gastar dinheiro público em contratos emergenciais de compra e serviços, o primeiro colocado é o Espírito Santo. O governo capixaba se destaca desde o primeiro levantamento, em maio. Foi o único, na época, a gabaritar a avaliação, ou seja, cumprir todos os quesitos de transparência (veja detalhes no gráfico acima). Entre maio e junho, porém, ganhou a companhia de outros sete Estados, entre eles Ceará, Alagoas e Distrito Federal, com diferentes níveis de pontuação. Maria Dominguez, pesquisadora do Centro de Conhecimento Anticorrupção da Transparência Internacional explica o que mudou de um mês para outro: pressionados pelo mau desempenho, os gestores procuraram ajuda e receberam ajuda para se tornarem mais transparentes. “Foi surpreendentemente boa a resposta dos Estados ao ranking. A maioria nos procurou com dúvidas sobre como melhorar, diz Maria.

A pesquisadora explica que, na primeira avaliação, muitos governos estaduais não cumpriam sequer os parâmetros mínimos de transparência dos gastos, como dar visibilidade ao contrato e aos dados do prestador de serviço, além do valor unitário e total dos itens adquiridos.

Exemplos de evolução foram Rondônia e São Paulo, que passaram de péssimo a ótimo em um mês. “Buscaram ajuda”, afirma Maria. Rondônia criou até mesmo um programa de auditoria para as despesas. O ranking de julho da TI será publicado no

dia 31 e traz uma novidade antecipada em primeira mão ao **Valor**. Vai avaliar, pela primeira vez desde o estouro da pandemia, a transparência dos gastos do governo federal no combate à covid.

A OKBR atualiza cada duas semanas, o ranking dos Estados e do governo federal. Muitas mudanças já ocorreram. Na primeira publicação, em abril, apenas Pernambuco era classificado com alto grau de transparência de dados. Oito Estados e o governo federal foram incluídos no grau baixo de transparência e outros 11 Estados tinham grau opaco. O Amazonas, por exemplo, que chamou a atenção do país com a aceleração de casos e mortes, tinha apenas 17 pontos no índice e ocupava a 13ª posição no ranking. O Ministério Público ajuizou uma ação judicial no Estado questionando o baixo nível de transparência exatamente com base no índice. Desde então, o Amazonas subiu gradualmente no ranking e agora alcançou 97 pontos, com alto nível de transparência. “A boa gestão de informação geralmente é que faz uma boa gestão da política pública”, sustenta a diretora da OKBR. Segundo ela, no início do projeto os pesquisadores precisavam buscar muitas informações sobre os casos na mídia, pois os Estados nem sequer tinham portais em que divulgavam boletins epidemiológicos. A pressão pública e da mídia local, com base no posicionamento do Estado nos rankings, mudou a postura dos governantes, até porque a falta de transparência motiva os órgãos de controle a agir. O índice da OKBR leva em conta 26 indicadores, em três dimensões: conteúdo dos dados epidemiológicos, granularidade (detalhamento) e formato (onde os dados são encontrados e publicados, e se são abertos).

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Juntos na Estrada com o Mercedes Club
MERCEDES-BENZ

LINK PATROCINADO

Primeira parcela só para fevereiro de 2021!
MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com varizes, zera a dor e vira febre em Salvador
VARIZERO

Tribuna

Estados querem discutir impostos sobre consumo

EDUARDO RODRIGUES, O
ESTADO DE S. PAULO

Após a quinta reunião dos secretários estaduais de Finanças com o secretário especial da Receita Federal, José Tostes Neto, o presidente do Conselho (conselho que reúne os secretários estaduais de Fazenda), Rafael Fonteles, defendeu que a proposta do governo de unificação do PIS/Cofins seja votada junto com as propostas que tramitam no Congresso para a unificação de outros tributos estaduais e municipais sobre o consumo.

Na terça-feira, em coletiva à imprensa, Tostes chegou a cogitar a aprovação do projeto que cria a Contribuição

Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS) independentemente das Propostas de Emenda Constitucional (PECs) que já estão no parlamento. Segundo Tostes, o imposto federal precisa apenas de seis meses de transição enquanto a reforma tributária mais ampla precisaria de pelo menos seis anos para entrar em vigor completamente.

"A nossa visão é de que todos os impostos sobre consumo devem ser discutidos ao mesmo tempo. Ainda que a transição de cada um deles possa vir por etapas. Queremos amarrar em uma discussão apenas. Fatiar a aprovação dessas leis pode complicar a solução global. O ideal é haver um conjunto legislativo para a tributação do consumo", disse



se Fonteles, que é secretário de Fazenda do Piauí.

Após diversos analistas alertarem que a alíquota de 12% proposta pela equipe econômica para a CBS pode culminar em um percentual

total de até 35% quando for acoplada ao ICMS estadual e ao ISS municipal, Fonteles avaliou ainda ser cedo para cravar o tamanho da alíquota global. "Existem várias maneiras para calibrar

CONJUNTO

Fatiar a aprovação dessas leis da reforma tributária pode complicar

uma cobrança menor. Uma delas seria fazer um imposto seletivo mais amplo para substituir o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). É possível chegarmos a uma solução com IVA abaixo de 30%", completou.

Especialista em tributação do Instituto Nacional de Pesquisas Aplicadas (Ipea), o economista Rodrigo Orair, calcula que a alíquota de 12% na CBS levaria o IVA total a 29% (junto com 15% de imposto estadual e 2% de municipal).

Esse seria o maior pa-

tamar de IVA do mundo, segundo dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) de 2018 (os mais recentes). A maior alíquota hoje é de 27%, cobrada pela Hungria. Noruega, Dinamarca e Suécia têm alíquotas de 25%.

O presidente do Conselho considerou a reunião produtiva e apontou que há muitos pontos de convergência entre os Estados e o governo federal. Segundo ele, a própria aprovação do Fundeb (principal mecanismo de financiamento da educação básica) e o acordo do Lei Kandir (que desonerou exportadores) aproximou a visão entre as duas esferas sobre a importância da distribuição dos recursos entre os todos os entes federados.

A TARDE

O jornal de toda Bahia

COVID-19 Após 124 dias, também reabrem os templos religiosos, eventos em drive-in e lojas com área superior a 200m²

SHOPPING S REABREM HOJE AO MEIO-DIA NA FASE 1 DA RETOMADA DA ECONOMIA

BRUNO BRITO*

Após 124 dias fechados, os shoppings de Salvador poderão reabrir, com restrições, a partir de hoje. O anúncio foi feito pelo prefeito ACM Neto, na tarde de ontem, durante coletiva virtual. A decisão foi tomada após a capital permanecer, pelo período de cinco dias, com a taxa de ocupação de leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI), em 75% ou abaixo, dando início à primeira fase do plano de retomada econômica, que autoriza ainda, funcionamento de templos religiosos, eventos em drive-in e lojas do comércio de rua, com área superior a 200m².

Na tarde de ontem, a taxa

Na tarde de ontem, a taxa de ocupação de UTI registrada pela SMS foi de 73%

Capital baiana conta com 217 leitos exclusivos

estabelecimentos comerciais e as igrejas, porque os protocolos foram apresentados com antecedência e eles nos ajudaram a construir. Cedemos aos apelos dos comerciantes e empresários, mas se cada um não fizer sua parte, corre o risco de abrir e depois a taxa voltar a crescer, e se ela passar de 80%, tem que fechar de novo", contou ACM Neto.

Já o comércio de rua, em lojas acima de 200 m², terá seu funcionamento de segunda a sexta, das 10h às 16h. Estes ambientes devem observar ainda, a limitação de uma pessoa a cada 9m², o estacionamento restrito a 50% da capacidade para

aqueles com mais de 10 vagas, além de outras medidas. Em templos e igrejas, entre segunda e sábado, o funcionamento será das 10h às 20h, sem restrição de horários aos domingos. Nestes locais deverá ser observado ainda, a capacidade de 20% do salão ou 50 pessoas.

Nas atividades que envolvem o sistema de drive-in, só serão autorizados eventos com autorização prévia do poder público municipal, respeitando a lotação do estacionamento com no mínimo 1,5 metro de distância entre os automóveis, realizando a venda de ingressos exclusivamente online, assim como a comercialização

de alimentos e a entrega nos carros, realizando o controle do uso de banheiros através de fila virtual.

Ônibus

Com o anúncio da reabertura, houve também um planejamento para o transporte público de Salvador. Nesta primeira fase de retomada, 70% da frota de ônibus ou 1.514 veículos, está circulando nas ruas, observando três picos de horários: entre 5h e 8h, entre 8h e 12h e entre 15h e 21h.

De acordo com o prefeito, essa estratégia foi adotada com o intuito de evitar a concentração de um grande número de pessoas no mesmo

horário de pico. "Estão distribuídos em três picos, porque nós dividimos o horário de funcionamento das atividades, para não ocorrer concentração apenas em um horário", indicou.

Dos bairros para o centro de Salvador, a última viagem vai acontecer às 22h, enquanto no sentido inverso, será às 23h. Já nas estações de transbordo, continuará valendo a programação atual, com veículos a partir das 4h até 0h.

Fases

Com o início da fase 1 de reabertura, aumenta a expectativa dos diversos setores em torno das demais fases de retomada. No entanto, para ingressar na fase 2, é

de ocupação registrada pela Secretaria Municipal de Saúde (SMS) foi de 73%, possibilitando a retomada de parte das atividades econômicas na capital. Nos dias anteriores, os índices marcaram 75% no domingo, se manteve em 75% na segunda-feira, caiu para 74% na terça-feira, e se manteve em 74% na quarta-feira.

"Tínhamos estabelecido no protocolo de reabertura que a Fase 1 deveria ter pelo menos cinco dias com uma taxa menor ou igual a 75%. Hoje tem 73%. Dessa forma, completamos cinco dias consecutivos com ocupação de leitos igual ou inferior ao índice necessário", comemorou ACM Neto.

Durante a coletiva, foram apresentados outros dados que colaboraram com a retomada das atividades econômicas, a exemplo da redução de novos casos na capital baiana. Segundo dados da SMS, Salvador registrou recuos de 24%, 51% e 61% nas últimas três semanas. Já os



Anúncio feito pelo prefeito ACM Neto acontece após taxa de ocupação de UTI permanecer em 75% por cinco dias

preciso que haja um intervalo de 14 dias, contados a partir de hoje, incluindo ainda, cinco dias consecutivos com a taxa de ocupação de leitos de UTI em 70% ou menos. Já para o início da terceira etapa, o índice necessário é de 60%.

Na fase 2, estão previstas o retorno das atividades em academias, barbearias, salões de beleza, centros culturais, museus, galerias de arte, lanchonete, bares e restaurantes. Já na terceira fase, acontecerá o retorno de parques de diversões e parques temáticos, teatros, cinemas, casas de espetáculos, clubes sociais, recreativos e esportivos, centro de eventos e convenções.

Por outro lado, o retorno das atividades em escolas, parques públicos, praias e demais espaços, contarão com um critério de retomada que ainda será publicado pela prefeitura.

*SOB SUPERVISÃO DA EDITORA MEIRE OLIVEIRA

números relacionados a óbitos apresentaram redução de 1%, 23%, 27% e 17%, nas últimas quatro semanas, respectivamente.

Outro fator que contribuiu com a retomada foi a ampliação da quantidade de leitos de UTI em Salvador. "Esforço conjunto entre prefeitura e governo do estado. Ambos não pouparam esforços e energia para oferecer novos leitos de UTI", destacou ACM Neto. Segundo o prefeito, apenas mediante esforços municipais, Salvador conta com 217 leitos, sendo que 33 devem ser incorporados até a 1ª quinzena de agosto, totalizando 250 leitos, meta estabelecida pelo gestor no início da pandemia. Já quando contabilizado os leitos ofertados pelo governo do estado, Salvador possui 667.

Com a reabertura das atividades, os shoppings, assim como centros comerciais, terão que cumprir medidas como o horário restrito de funcionamento, de segunda-feira a sábado, das 12h às 20h. Entre as indicações, destaca-se a capacidade máxima de ocupação, que será de uma pessoa a cada 9m² da área total do

empreendimento e, dentro das lojas, de uma pessoa a cada 5m² da loja.

Fiscalização

Segundo o prefeito, o processo de fiscalização irá averiguar se os ambientes autorizados estão cumprindo corretamente às medidas. De acordo com ele, caso a taxa de ocupação dos leitos ultrapasse a marca de 80%, as atividades serão suspensas novamente.

"Vamos fiscalizar a reabertura dos shoppings e dos

RECEITAS DE IMPOSTOS CAEM 29% EM JUNHO, PARA R\$ 86,2 BI

PEDRO RAFAEL VILELA
Agência Brasil, Brasília

A arrecadação de receitas federais registrou queda real (descontada a inflação) de 29,59% em junho, totalizando R\$ 86,2 bilhões, informou a Receita Federal, em relatório divulgado ontem. A comparação é com o mesmo mês de 2019, quando a arrecadação foi de R\$ 119,9 bilhões. É o menor resultado para o mês de junho desde 2004, quando foram arrecadados R\$ 78,6 bilhões.

As receitas administradas pela Receita Federal, como impostos e contribuições federais, chegaram a R\$ 84,2 bilhões no mês passado, resultando em queda real de 27,81%. Já as receitas administradas por outros órgãos somaram R\$ 1,991 bilhão, uma queda de 39,41% em relação a maio de 2019.

De janeiro a junho deste ano, a arrecadação total chegou a R\$ 665,966 bilhões, com queda real de 14,71%, em comparação com o primeiro semestre do ano passado, quando foram arrecadados

R\$ 757,595 bilhões. Foi o quarto mês consecutivo de queda nominal (valores absolutos) de receitas e o quinto mês seguido de queda real (descontada a inflação). Nos últimos três meses, de abril a junho, a queda na arrecadação ficou próxima de 30% em cada período.

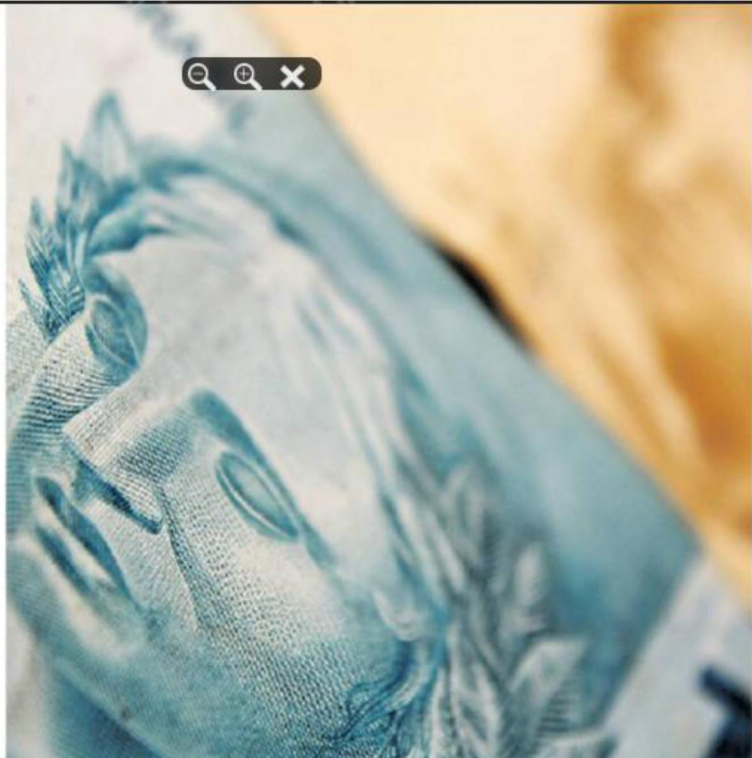
De acordo com a Receita Federal, a queda na arrecadação federal se deu principalmente por causa do adiamento no pagamento de impostos, que está entre

as medidas adotadas pelo governo para aliviar os efeitos da pandemia do novo coronavírus.

Os diferimentos (adiamentos) de impostos somaram, aproximadamente, R\$ 81,3 bilhões no total, incluindo o montante R\$ 20,4 bilhões apenas em junho. Além disso, foram concedidas compensações tributárias que somaram R\$ 6,8 bilhões no mês passado. Também houve uma redução, no mesmo período, de R\$ 2,35 bilhões, com desconto no Imposto sobre Operações Financeiras incidente sobre

operações de crédito (IOF Crédito), que teve sua alíquota zerada, fazendo o governo deixar de arrecadar o valor.

De janeiro a junho deste ano, arrecadação total sofreu uma queda real de 14,71%



Queda se deu principalmente por causa do adiamento no pagamento de impostos

"Nós teríamos uma arrecadação estimada, para o mês de junho, de R\$ 113,84 bilhões, não fossem esses fatores não recorrentes", explicou Claudemir Malaquias, chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita Federal.

Entre os tributos com pagamento adiado está o Imposto de Renda da Pessoa Física, de abril para junho. Também houve postergação do pagamento de contribuição patronal ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e dos programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep).

Os pagamentos de abril serão quitados em agosto, e os de maio, em outubro. Também houve o adiamento, por seis meses, da parte federal do Simples Nacional.

Os pagamentos de abril, maio e junho passaram para outubro, novembro e dezembro. Além disso, foi reduzida a zero a alíquota de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), por 90 dias.

Veículo: A Tarde	Caderno: Especial
Data: 24/07/2020	Página: A8

Petrobras reajusta gás de cozinha em 5% nas refinarias

CRISTINA ÍNDIO DO BRASIL
Agência Brasil, Rio de Janeiro

A Petrobras reajustou em 5% o preço médio do gás liquefeito de petróleo (GLP) nas suas refinarias. O aumento começou a valer a partir de ontem. Com isso, o preço médio da Petrobras será equivalente a R\$ 26,55 por botijão de 13 kg.

No acumulado do ano, o preço do gás de cozinha teve uma queda de 4,5%, ou de R\$ 1,26 no botijão de 13 kg. A companhia destacou que, desde novembro de 2019, igualou os preços de GLP para os segmentos residencial e industrial/comercial. A Petrobras acrescentou que vende o GLP a granel.

A companhia informou ainda que as distribuidoras são as responsáveis pelo envase em diferentes tipos de botijão e, junto com as vendas, são responsáveis pelos preços ao consumidor final.

Preço de importação

De acordo com a Petrobras, os preços do GLP vendidos às distribuidoras têm como base o preço de paridade de importação, formado pelas cotações internacionais destes produtos mais os custos que importadores teriam, como transporte e taxas portuárias, por exemplo. Para a empresa, a paridade é necessária porque o mercado brasileiro de combustíveis é aberto à livre concorrência, dando às distribuidoras a alternativa de importar os produtos. Além disso, o preço considera uma margem que cobre os riscos, como volatilidade do câmbio e dos preços.

Veículo: A Tarde	Caderno: Política
Data: 24/07/2020	Página: B5

A mineração está indo bem

Antônio Carlos Tramm, presidente da Companhia Bahiana de Pesquisas Minerais (CBPM), diz que na crise da pandemia um dos setores que seguem a vida fluindo bem é a mineração:

– O balanço da Caraíba aponta um lucro de US\$ 20 milhões no primeiro semestre, o da vanádio é de US\$ 6 milhões.

Ele falou isso para ressaltar que o segmento, já importante, será muito maior com a Fiol.

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 24/07/2020	Página:

Correio*

Cidades da RMS reabrem o comércio até segunda-feira

RETOMADA Uma reunião conjunta entre os prefeitos da Região Metropolitana de Salvador (RMS) definiu que os nove municípios que compõem o bloco vão reabrir o comércio no máximo a partir da próxima segunda-feira (27). Madre de Deus, Pojuca e São Francisco do Conde vão liberar o fun-

cionamento das lojas já a partir de hoje.

Prefeita de Lauro de Freitas, Moema Gramacho explicou que a decisão dos três últimos municípios reabrir o comércio mais rápido foi tomada levando em conta a menor população do local: todos têm menos de 40 mil habitantes. A decisão vale para as cida-

des de São Francisco do Conde, Camaçari, Dias D'Ávila, Madre de Deus, Pojuca, Can-deias, Lauro de Freitas, São Sebastião do Passé e Simões Filho. Ela disse ainda que a reabertura também considerou o número de leitos de UTI exclusivos para covid-19 disponíveis na Bahia, que está em 74%.

Correio*

Bahiagás doa 5 mil metros de tecido para máscaras

PRODUÇÃO A Companhia de Gás da Bahia (Bahiagás) doou 5 mil metros de tecido de algodão para confecção de máscaras. A doação foi destinada à Cooperativa Rede de Produtoras da Bahia (Cooperede), de Feira de Santana, que tem uma parceria com o governo estadual, para produzir dois milhões de máscaras. Como contrapartida, a Cooperede vai distribuir de graça parte da produção para unidades de saúde pública e entidades filantrópicas de assistência à população carente.

Segundo a Bahiagás, foram investidos R\$ 50 mil nessa campanha de apoio ao combate à covid-19.

A Cooperede possui 500 máquinas de costura e 500 costureiras cooperadas. A produção envolve mulheres de diversos municípios baianos na atividade de costura, que tem garantido a elas uma renda em tempos de isolamento social e pouca oferta de trabalho.

ECONOMIA

Caixa vai emprestar R\$ 5 bi em nova linha de crédito

SAQUE ANIVERSÁRIO A Caixa Econômica Federal anunciou nesta quinta-feira (23/7), o lançamento de uma linha de crédito para antecipação de até três parcelas do saque aniversário do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). A taxa de juros da linha será de 0,99% ao mês - equivalente a 12,55% ao ano - e a antecipação poderá ser solicitada a partir da próxima segunda-feira, dia 27. O valor mínimo total para antecipação será de R\$ 2 mil.

O anúncio foi feito virtualmente pelo presidente da Caixa Econômica Federal, Pedro Guimarães. Segundo ele, a nova linha representará um reforço no orçamento das famí-



Presidente do banco diz que trabalhador pode antecipar até R\$ 2 mil

lias neste momento de crise, provocada pela pandemia do novo coronavírus, que tem apresentado como reflexos aumento nas taxas de desemprego e queda na renda das famílias.

A expectativa da Caixa é a de que 1 milhão de clientes acessem os recursos de for-

ma antecipada, o que representa a injeção de R\$ 5 bilhões na economia, via crédito. Lançado pelo governo Jair Bolsonaro antes mesmo da pandemia do novo coronavírus, o saque aniversário permite a retirada de parte do saldo da conta do FGTS uma vez por ano, sempre no

A expectativa é de que 1 milhão de clientes antecipem o saque aniversário. A Caixa é o primeiro banco que lança este produto
Pedro Guimarães
presidente da Caixa

mês de aniversário.

De acordo com a Caixa, existem atualmente 61 milhões de trabalhadores vinculados ao FGTS, com R\$ 390 bilhões depositados em contas.

Desse total, 6,1 milhões de trabalhadores aderiram ao saque aniversário, sendo que 3,9 milhões são clientes da Caixa. São estes os trabalhadores que poderão, a partir da próxima segunda-feira, solicitar à Caixa a antecipação de até três parcelas do benefício.

"A expectativa é de que 1 milhão de clientes antecipem o saque aniversário. A Caixa é o primeiro banco que lança este produto", disse Guimarães. O presidente da Caixa afirmou ainda que a antecipação deverá ser solicitada pelos clientes por meio do aplicativo do banco. No processo, o cliente irá indicar quantas parcelas serão antecipadas e de quais anos.

ARQUIVO



Guedes ouviu insatisfações

Setor de serviços ameaça travar reforma tributária

70% DO PIB Lideranças do setor de serviços foram, em peso, bater na porta do ministro da Economia, Paulo Guedes, para pedir mudanças na proposta de reforma tributária. Insatisfeitos com a alíquota de 12% para a Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS) - tributo que será criado pela unificação do PIS/Cofins -, as empresas querem uma compensação com a desoneração da folha

de pagamentos (redução nos encargos que pagam sobre os salários dos funcionários) e ameaçam trabalhar para travar a tramitação da reforma.

Eles contam com o poder de pressão do setor, que representa 70% do Produto Interno Bruto (PIB) e emprega 50 milhões de pessoas, e não aceitam o avanço da proposta no Congresso com a desoneração ficando para um projeto posterior.

O texto do governo prevê a fusão de dois impostos federais: PIS e Cofins. Atualmente algumas empresas pagam esses impostos num sistema complexo, que permite a cobrança em várias etapas da produção e a ideia é cobrar o imposto uma única vez. Diferentemente da indústria, o setor de serviços não tem espaço para abater impostos pois não tem muitas etapas de produção e é formado basicamente por mão de obra.

GOVERNO FACILITA PAGAMENTO DE SEGURO-DESEMPREGO

BENEFÍCIO A partir de hoje, o trabalhador poderá solicitar o seguro-desemprego e informar dados da conta bancária de sua titularidade e preferência para receber o benefício. A nova possibilidade de pagamento abrange o seguro-desemprego nas modalidades formal, bolsa de qualificação profissional, empregado doméstico e tra-

balhador resgatado.

Para solicitar o benefício na conta bancária própria, o trabalhador precisará informar, no ato da solicitação do benefício, o tipo de conta (corrente ou poupança), o número e o nome do banco, o número da agência com o respectivo dígito verificador (DV), e o número da conta de titularidade do trabalhador com DV. A Secretaria de Trabalho, do Ministério da Economia, destaca que não devem ser informados dados de contas salários

A nova possibilidade de pagamento do benefício abrange o benefício nas modalidades formal, bolsa de qualificação e trabalhador resgatado

OI FECHA ACORDO PARA VENDA COM A HIGHLINE

TELEFONIA MÓVEL A operadora de telecomunicações Oi anunciou um acordo de exclusividade com a empresa de infraestrutura Highline Telecomunicações do Brasil para a negociação de sua área de telefonia móvel. Segundo a Oi, a companhia apresentou a melhor "oferta vinculante" para aquisição acima do preço mínimo definido.

O acordo não significa a conclusão da venda, mas um acerto de que a Oi seguirá as tratativas com a Highline. O prazo do acordo de exclusividade termina em 3 de agosto, mas pode ser prorrogado. A decisão, anunciada ontem, frustra os desejos de TIM, Claro e Vivo, que haviam feito uma oferta conjunta pela mesma fatia da Oi. Segundo a operadora, a Highline apresentou a melhor proposta acima do preço mínimo de R\$ 15 bilhões fixado para sua unidade de telefonia móvel

Quarta maior operadora do país, a Oi foi resultado da fusão da Brasil Telecom e Telemar. Diante de problemas de gestão, pediu recuperação judicial

Correio*

miriam leitão



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

Quando setembro vier, o Rio deve ir ao Supremo Tribunal Federal. No Ministério da Economia a aposta que se faz é que o estado vai judicializar a sua recuperação fiscal. O Rio chegará ao fim do período ainda mais endividado e sem ter vendido sua principal estatal, a Cedae. O secretário de Fazenda garante que o estado cumpriu todas as exigências, em Brasília o entendimento é que não cumpriu e que portanto não poderá haver uma renovação do contrato.

Para ser renovado, o estado teria que apresentar um novo plano de equilíbrio, e ele precisaria ser aprovado em tempo recorde pela equipe técnica do ministério da Economia, com aval do ministro Paulo Guedes e do presidente Jair Bolsonaro. Dificilmente acontecerá.

Três anos após a sua criação, o Regime de Recuperação Fiscal contou com a adesão de um único estado, o Rio de Janeiro, mas mesmo antes da pandemia ele não tinha reequilibrado as suas contas. O Rio deixou de pagar mais de R\$ 50 bilhões em dívidas à União — ou com aval do Tesouro — e ainda as-

Regime fiscal de um estado só

sim o seu endividamento aumentou em relação à sua receita corrente líquida. O Rio Grande do Sul estava tentando entrar no Regime de Recuperação quando veio a crise. Minas Gerais sequer tentou e foi à Justiça, que suspendeu o pagamento dos juros. Depois, outros conseguiram o mesmo direito. Por fim, todas as parcelas foram suspensas até o fim do ano. Se não fosse isso, o Rio teria que voltar a pagar a sua dívida em 5 de setembro.

Em entrevista à coluna, o secretário de Fazenda do estado, Guilherme Mercês, defende que o Rio cumpriu todos os requisitos na última avaliação feita pelo Conselho de Supervisão do regime fiscal, em junho. Mas no governo federal o entendimento é de que o balanço desses três anos é desfavorável ao estado, e o Rio já deveria ter apresentado um novo plano de

reestruturação.

— A lei não é clara. A Procuradoria-Geral de Fazenda Nacional (PGFN) tem o entendimento de que o estado precisa apresentar um novo plano. Já o governo do Rio acredita que a renovação deveria ser automática. E com isso caminha-se para o pior dos mundos, que é a judicialização do tema, como aconteceu com Minas Gerais — afirmou um técnico do governo.

Guilherme Mercês avalia que o estado já cumpre todas as condições para ter a renovação e diz que a lei foi pensada para um período de seis anos, com uma avaliação no meio do caminho, o que aconteceria em setembro.

— Em termos econômico-financeiros, o Rio de Janeiro está mais do que quite. O conselho exigiu R\$ 600 milhões de compensações e aprovamos R\$ 635 milhões. Estamos com R\$ 35 mi-

lhões de sobra. Agora, a discussão é jurídica. O nosso entendimento é que o Rio continua tendo as mesmas necessidades para continuar no Regime — explicou.

Para complicar o quadro, com a pandemia, o Congresso autorizou a suspensão do pagamento da dívida de todos os estados à União até o final deste ano. O governo do Rio, dessa forma, foi o único obrigado a cumprir medidas de ajuste fiscal em plena recessão. Mercês diz que o governo Witzel bloqueou o preenchimento de 10.500 cargos públicos dos três poderes no estado e negociou a suspensão no pagamento de royalties que tinha securitizado, o que evitou a antecipação de uma despesa de quase R\$ 6 bilhões em dívidas nos anos de 2020 e 2021.

— Todo os estados têm o mesmo benefício, mas só o Rio é cobrado. Esse é um ponto de discus-

são interessante — afirmou Guilherme Mercês.

Depois de três anos, a venda da Cedae foi empurrada para dezembro deste ano, mesmo mês em que o Rio terá que pagar uma dívida de R\$ 4,5 bilhões ao banco francês BPN Paribas. Guilherme Mercês diz que a expectativa é que agora o leilão ocorra, após a aprovação do novo marco do saneamento pelo Congresso. A empresa continuaria estatal, como produtora de água, mas privatizaria a distribuição de água e a coleta e o tratamento de esgoto.

Se tivesse as contas reprovadas pelo Conselho de Monitoramento, o Rio teria que quitar de uma só vez os mais de R\$ 50 bilhões que deixou de pagar ao Tesouro. A medida é tão dura que torna a punição praticamente inexecutável, no entendimento do próprio governo federal. Caso o programa expire em setembro, as parcelas voltariam gradativamente, mas a partir de janeiro do ano que vem, quando acaba o estado de calamidade pública. A crise fiscal dos estados está longe de terminar.

Mais*

ESTABELECEMENTOS COMERCIAIS DE RUA COM UM TAMANHO ACIMA DE 200M² TAMBÉM REABREM HOJE

*Marina Hortélio

REPORTAGEM
marina.hortelio@redebahia.com.br

Salvador está há cinco dias com a taxa de ocupação dos leitos de UTI exclusivos para o coronavírus abaixo dos 75% e, por isso, hoje a cidade começa a primeira fase da retomada econômica. Shoppings centers, centros comerciais e as lojas de rua acima de 200 metros quadrados reabrem para o público. Os templos religiosos também. Esses locais poderão ter mais de 50 pessoas a depender do espaço. Eventos em sistema drive in também poderão solicitar autorização para acontecer junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Urbanismo (Sedur).

O decreto que permite a retomada das atividades foi assinado no final da tarde de ontem pelo prefeito ACM Neto, durante coletiva de imprensa, via internet, na qual ele mostrou outros indicadores que comprovam que a situação é segura para iniciar a primeira fase. A cidade apresentou, ontem, ocupação de 73% dos leitos de UTI para tratar a covid-19.

"Tínhamos estabelecido no protocolo de reabertura que a Fase 1 deveria ter pelo menos cinco dias com uma taxa menor ou igual a 75%. Hoje, com a entrada de 10 novos leitos, conseguimos atingir o patamar de 73%, completando 5 dias consecutivos com a taxa de ocupação igual ou inferior a 75%. Na verdade, a nossa folga é até maior pois chegamos a 73%, o que eu considero uma grande vitória", afirmou o prefeito.

CUIDADOS

Mesmo com a reabertura, a população deve se precaver para evitar novo aumento na ocupação dos leitos e, consequentemente, nova suspensão das atividades. As lojas e shoppings fecham se a taxa chegar a 80% das UTIs para a covid-19 ocupadas. "A margem de segurança é até 80%. Em muitos lugares houve aumento após a reabertura, mas depois se estabilizou. Esperamos que esse crescimento não eleve a taxa acima do teto para o funcionamento dos estabelecimentos",



Shoppings fizeram limpeza total nos preparativos para a reabertura

Começa a retomada nas lojas, shoppings e templos

Prefeito anuncia reabertura com ocupação de UTIs em 73%

observou o prefeito.

Para evitar o abre e fecha, Neto pediu o auxílio da população, inclusive, para fiscalizar o cumprimento dos protocolos de segurança. "Se cada um não fizer sua parte, todo esse esforço para conter o vírus pode ser jogado fora. Fizemos tudo que está ao nosso alcance, mas cada um tem que se precaver. A população pode ajudar na fiscalização, é possível realizar denúncias em caso de descumprimento das normas de combate ao vírus", disse.

O início da retomada não significa a volta à normalidade, ressaltou o secretário municipal de Saúde Leo Prates. "Já estamos vendo os indicadores se estabilizando e caindo. Quero ressaltar que nem eu, nem o prefeito e nem o go-

70%
da frota de ônibus de Salvador também estará de volta às ruas a partir desta sexta-feira

*ORIENTADA PELO SUBEDITORAÇÃO JOÃO GALDEIA; COLABOROU HILZA CORDEIRO



Se cada um não fizer sua parte, todo esse esforço para conter o vírus pode ser jogado fora. Fizemos tudo o que está ao nosso alcance, mas cada um tem que se precaver ACM Neto

Prefeito de Salvador

vernador quisemos essa doença ou a trouxemos para Salvador, mas temos que enfrentá-la. Vejo muita gente se manifestando para abrir isso e aquilo, mas não é da nossa cabeça. É uma decisão científica. Temos equipe epidemiológica que assessora o meu gabinete e uma do estado", disse.

FISCALIZAÇÃO

A fiscalização dos protocolos de retomada começa hoje, às 10h, logo na abertura das lojas de rua em Salvador. "O comando da fiscalização será da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Urbanismo com uma equipe intersetorial envolvendo Guarda Civil Municipal, a Secretaria de Ordem Pública, a Polícia Militar e Vigilância Sanitária e todos os órgãos que devem estar envolvidos na operação", disse ACM Neto.

De acordo com a Sedur, cerca de 120 agentes estarão em operação, fiscalizando os shoppings, igrejas e os bairros que ainda estão sob restrição de circulação, como Fazenda Grande e Cajazeiras.

A mudança de fase só pode ocorrer depois de um intervalo de 14 dias, contados a partir de hoje. Outra condicionante é a manutenção da taxa de ocupação dos leitos de UTI na casa dos 70% por 5 dias consecutivos. Na etapa 3, patamar tem de ser até 60%.

*ORIENTADA PELO SUBEDITORAÇÃO JOÃO GALDEIA; COLABOROU HILZA CORDEIRO

REGRAS DO RECOMEÇO

● **Lojas acima de 200m²**
Abrem de segunda a sexta, das 10h às 16h; capacidade máxima de 1 pessoa a cada 9m² da área total do estabelecimento; Estacionamento deve ficar restrito a 50% do total no caso de 10 ou mais vagas disponíveis; uso obrigatório de máscara; grupos de risco devem ter atendimento prioritário; higienização de cadeiras, mesas, balcões e móveis antes e depois do atendimento de cada cliente; sanitários tem de ter piaas com água, sabão, papel toalha e lixeira com tampa e acionamento por pedal; não pode uso de secador de mão automático; não serão permitidos serviços de comidas e bebidas; proibida a realização de eventos que possam gerar aglomeração.

● **Templos Religiosos** Cultos de segunda à sábado das 10h às 20h e domingos sem restrição de horário; capacidade máxima de 50 pessoas por culto ou 20% da capacidade máxima do salão de celebração; não pode participar quem tiver sintomas de covid-19; afastamento de 1,5m entre pessoas e uso das máscaras durante toda a celebração; janelas e portas abertas; não pode compartilhar microfone, bíblia e outros objetos; higienização completa do local antes de cada culto

● **Drive In** Prefeitura tem de autorizar dia e horário; carros limitados às vagas de estacionamento, com afastamento mínimo de 1,5m; limite de 4 pessoas por carro e evitar pessoas que não morem na mesma casa; ocupantes do veículo com máscaras na chegada e saída e nos momentos de eventuais interações, como ida ao banheiro e devem ter sua temperatura medida na chegada;

● **Shoppings** Abrem de segunda a sábado, das 12h às 20h; máscaras obrigatórias e afastamento mínimo de 1,5m; 1 pessoa a cada 9m² de área total do empreendimento e, dentro das lojas, de 1 pessoa a cada 5m² da área de cada loja.

NOVAS ETAPAS PARA A REABERTURA ECONÔMICA:

Fase 2 Academias, barbearias e salões de beleza; centros culturais, museus e galerias de arte; lanchonetes, bares e restaurantes funcionam;

Fase 3 Parques temáticos e de diversões; teatros, cinemas e demais casas de espetáculos; clubes sociais, recreativos e esportivos; centros de eventos e convenções reabrem.

Especialista alerta para risco de novo fechamento

Existe o risco de Salvador ter de fechar o comércio de novo, assim como aconteceu com Feira de Santana e Marília (SP), afirma a professora do Instituto de Saúde Coletiva (ISC/Ufba) e pesquisadora associada da Fiocruz-Bahia, Maria da Glória Teixeira. Segundo ela, queda na taxa de ocupação com a

abertura de novos leitos nas cidades não significa que a epidemia está controlada.

"Cinco dias de queda é ainda muito pouco. A Organização Mundial de Saúde diz que tem que ter 14 dias de queda de casos novos. A abertura de leitos não quer dizer que a epidemia está diminuindo. O que mostra é se

estamos rastreando os casos e vendo que tem menos. Mesmo se a gente segurar todos os indicadores, existiria o risco porque nossa população é grande", explica.

A pesquisadora ressalta que a população tem um papel fundamental na contenção dos casos em Salvador. "Daqui a pouco, está todo

mundo no shopping center sem usar a máscara, pode acontecer e ter que fechar novamente. É importante considerar se a sociedade vai continuar aderindo às regras de distanciamento e do uso correto das máscaras. O abre e fecha fica muito confuso na cabeça de todos nós", orienta a especialista.

Baianos tiveram maior redução salarial no país

Pesquisa Estudo Pnad covid-19 analisa efeito da pandemia de coronavírus no mercado de trabalho

Daniel Aloísio*
REPORTAGEM
daniel.santos@redabahia.com.br

A pandemia do novo coronavírus segue afetando a economia baiana e, dessa vez, levou o estado ao topo da lista dos que tem a maior taxa de pessoas ocupadas com redução salarial do país. Em junho, 41,5% dos trabalhadores formais ou informais tiveram redução no seu rendimento em comparação com o que costumavam receber antes da crise. São mais de 2 milhões de baianos que tiveram a renda afetada.

Esse é apenas um dos resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad covid-19) referentes a junho, divulgados nessa quinta-feira pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O estudo é feito por telefone, em parceria com o Ministério da Saúde, e investiga os impactos da pandemia na saúde e no mercado de trabalho. Os questionários são aplicados para domicílios de todo o

país e depois expandidos estatisticamente. Em comparação com maio, o percentual de trabalhadores com redução salarial foi de 42,4%, levemente maior do que os 41,5% de junho. Mesmo assim, o percentual na Bahia é o maior entre todos os estados e superior ao verificado no Brasil como um todo (35,9%). “O empregado e os rendimentos do trabalho fazem parte do lado frágil, onde a corda geralmente arrebenta em primeiro lugar. Na Bahia, o mercado de trabalho se caracteriza por marcas estruturais desfavoráveis, o que justifica, em parte, o fato de seus indicadores se encontrarem entre os mais deteriorados”, disse Luiz Fernando Lobo, economista da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (Sei).

Em média, os trabalhadores no estado tinham um rendimento médio mensal de R\$ 1.621 antes da crise econômica gerada pela pandemia. Agora, esse valor caiu para R\$ 1.298, o que representa uma redução de R\$ 324 ou 20% do salário habitual. Todos os estados brasileiros observaram essa redução na renda média, que no Brasil como um todo foi de 16,6% entre o habitualmente recebido (R\$ 2.332) e o efetivamente recebido (R\$ 1.944).

ACORDO
A servidora terceirizada da prefeitura de Salvador Danielle Silva, que teve redução do salário e da carga horária trabalhada em 25%. Antes, ela tinha um rendimento líquido de R\$ 3 mil, o que foi reduzido para R\$ 2,4 mil. “Essa redução pode ser mais impactante para pessoas com salário menor”, diz. Parte do salário dela está sendo pago pelo Governo Federal, através do benefício

Na Bahia, o mercado de trabalho se caracteriza por marcas estruturais desfavoráveis, o que justifica, em parte, o fato de seus indicadores se encontrarem entre os mais deteriorados. Na tentativa de salvaguardar o emprego, a negociação é uma alternativa interessante
Luiz Fernando Lobo

economista da Sei

emergencial.

De acordo com o balanço da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, divulgado no último dia 21, o benefício emergencial já se configurou em 13,6 milhões de acordos, o que representa dois quintos dos empregos com registro formal em carteira no país. A Bahia é o estado com o sexto maior montante de postos preservados com base nos acordos de redução e ou suspensão de contratos, com cerca de 680 mil baianos beneficiados.

“Na tentativa de salvaguardar o emprego, a negociação é uma alternativa interessante. A Medida Provisória 936 assegura estabilidade ao trabalhador após o término dessa medida durante o mesmo intervalo de tempo em que vigorar”, explica o economista da Sei. A Pnad também chegou à conclusão de que, na Bahia, 618 mil pessoas não receberam salário em junho, por estarem afastados.

Esse número representava metade (52,3%) de todos os trabalhadores afastados do estado e 12% de todas as pessoas ocupadas. Se não fosse a MP, o técnico em edificações Josenildo Santos, 25, estaria no primeiro grupo. Seu contrato foi suspenso em maio e junho, mas ele passou a receber o benefício.

Segundo a Pnad de junho, o segmento de construção civil foi o que teve mais perdas. Foram cerca de 13 mil menos empregos disponíveis na Bahia, em comparação a maio. Já o segmento de comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas teve o maior aumento no número de trabalhadores, com mais 52 mil pessoas ocupadas entre maio e junho. A indústria em geral veio em seguida, com 36 mil trabalhadores a mais.

*COM ORIENTAÇÃO DA CHEFE DE REPORTAGEM PERLA RIBEIRO

PNAD COVID-19
Fonte: IBGE

REDUÇÃO DE RENDIMENTO (EM %)
Em comparação com o que recebiam antes da pandemia



RENDA MÉDIA DO TRABALHADOR (EM R\$)
NA BAHIA Redução de R\$ 324 ou 20%



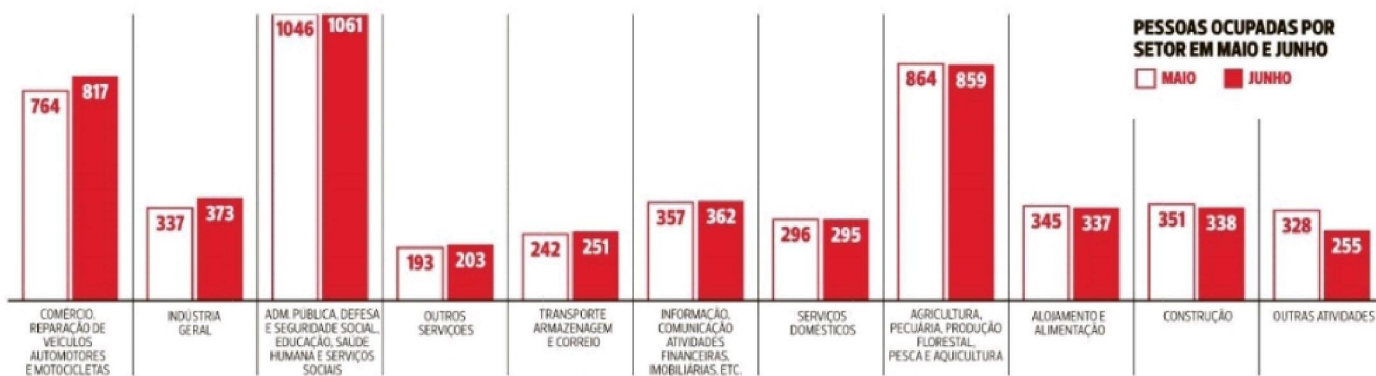
NO BRASIL Redução de R\$ 388 ou 16,6%



SEM SALÁRIO



618 mil pessoas não receberam salário no mês de junho, por estarem afastadas do trabalho. Isso equivale a 52,3% de todos os trabalhadores que foram afastados e a 12% de todos os trabalhadores do estado



Aumenta procura por emprego na Bahia

Entre maio e junho, diminuiu o número de trabalhadores que estavam afastados de suas atividades por causa da pandemia. Caiu de 1,165 milhão para 884 mil pessoas de um mês para o outro. No entanto, o IBGE percebe que uma parte desse grupo parece ter sido demitida, pois a procura por emprego no estado aumentou.

O número de desocupados passou de 851 mil em

maio para 904 mil em junho, um aumento de 53 mil pessoas em números absolutos. Isso fez com que a taxa de desemprego no estado atingisse 14,9%, nesse período. O vendedor Josenildo Cerqueira, 29, é um dos que procuram emprego. Com o fechamento da loja onde trabalhava, ele ficou um mês afastado, até que no início de maio veio a demissão: “Fui demitido por telefone, com a

justificativa de que a empresa estava reduzindo gastos”. Com a reabertura dos shoppings, Josenildo quer encontrar um novo emprego. “Se não fosse a necessidade, preferiria estar em casa com a família, em proteção”, afirma.

No Brasil como um todo, a taxa de desocupação avançou de 10,7% para 12,4%, entre maio e junho. Todas as 27 unidades da federação

mostraram elevação no indicador. A Bahia é o estado com a quarta maior taxa de desocupação, atrás apenas de Alagoas (15,1%), Amazonas (15,3%) e Amapá (17,6%). Já o número de pessoas que queriam trabalhar, mas nem chegaram a procurar emprego por causa da covid-19 não mudou na Bahia, entre maio e junho. Passou de 2,402 milhões para 2,401 milhões.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política / Raio Laser
Data: 24/07/2020	Página: 02

Tribuna

Mais recursos I

Com a pressão dos prefeitos e diante da crise que se estende no país com a pandemia do coronavírus, a Câmara dos Deputados aprovou a prorrogação até dezembro, da Medida Provisória 938/2020, que instituiu a recomposição dos Fundos de Participação dos Municípios (FPM) e dos Estados (FPE) nos mesmos patamares de 2019. Presidente da União dos Municípios da Bahia (UPB), Eures Ribeiro, ressalta que os prefeitos baianos ligaram insistentemente aos deputados para a decisão, que representa um alívio, pois os gestores não sabiam como fechar as contas na recessão.

Mais recursos II

No total, foram disponibilizados pelo Governo Federal através da MP R\$ 8 bilhões a estados e R\$ 8 bilhões aos municípios para fins de recomposição das receitas no mesmo patamar do ano anterior. "Dá um fôlego aos municípios, sobretudo aqui na Bahia onde 80% dos municípios têm o FPM como principal fonte de receita. É desse recurso que mantemos os serviços essenciais funcionando. Nossa mobilização agora é para que os senadores aprovelem e a gente possa manter as portas das prefeituras abertas nessa crise", explicou o gestor que é prefeito de Bom Jesus da Lapa no Oeste baiano e vice-presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM).

Insensíveis!

Diante dos prejuízos impostos pela pandemia às empresas, a Receita Federal logo prorrogou vencimentos de impostos e certidões negativas, ou positivas. Tudo para facilitar a vida dos empresários. Em Salvador é diferente. Aqui, nem as datas de vencimento do Certificado de Registro Cadastral (CRC) - permite fornecer ou prestar serviços a órgãos públicos - merecem qualquer adiamento. Uma insensibilidade que fecha empresas e amplia o desemprego.

Tribuna

Reforma tributária está nas nossas mãos, diz Alcolumbre

(CORREIO BRAZILIENSE)

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), recebeu a primeira das propostas do governo federal para a reforma tributária. A sugestão, entregue pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, é a de unir PIS e Cofins em um único encargo, que terá o nome de Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS).

Após o evento, Alcolumbre disse em coletiva à imprensa que a proposta apresentada pelo governo federal será incorporada nas discussões da Comissão Mista da Reforma Tributária. O objetivo é que os deputados e senadores que integram o colegiado encontrem um consenso entre o texto do Executivo e as duas propostas de emenda à Constituição (PECs) sobre o assunto que já estão em tramitação no Congresso: a 45, da Câmara, e a 110, do Senado. Segundo ele, a partir de agora, a reforma está "nas mãos do parlamento".

"A nossa finalidade de constituirmos a comissão especial mista foi prestigiar-mos essa legislação que é

especial, mas, acima de tudo, buscamos uma alternativa para construirmos um texto que pudesse representar o desejo das duas casas que possa, agora, com a participação do governo, que foi o que nós sempre pregamos aqui, que era fundamental termos uma reforma tributária que representasse o desejo do governo e o do Congresso Nacional", disse Alcolumbre.

"Tenho certeza de que esse gesto, mais do que o simbolismo, representa o anseio histórico dos brasileiros empreendedores e cria o ambiente propício para o desenvolvimento, a geração de riqueza, de emprego e de renda para o nosso país. A partir de agora, está nas mãos do parlamento a possibilidade de construirmos a várias mãos, com o apoio fundamental do Executivo, a reforma tributária que esperamos há décadas", acrescentou.

Segundo o senador, o governo e o parlamento estão "de mãos dadas para construir a saída de um problema de décadas que aflige todos os brasileiros". "Demos mais um passo significativo no rumo de fazer a sonhada reforma tributária brasileiro.

Governo pode afetar classe média com isenções do IR

(CORREIO BRAZILIENSE)

Após apresentar um projeto de lei de reforma tributária de fácil aprovação, apenas com a pretensão de simplificar tributos federais sobre o consumo, o governo federal prepara-se, agora, para mexer em um vespeiro. Resolvido o impasse sobre bens e serviços, os próximos passos incluem a revisão da tributação sobre os rendimentos de pessoas e empresas e mudanças no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). A equipe econômica pretende enviar os projetos ao Congresso em 30 dias.

Uma das propostas prevê diminuição ou até o fim das deduções no Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF). A revisão prejudica a classe média, que costuma receber de volta parte dos gastos com saúde e educação declarados ao Leão. Para compensar, o governo pretende corrigir a tabela do IRPF, defasada há cinco anos, promessa do presidente Jair Bolsonaro.

A desatualização no piso do imposto, hoje de R\$ 1,9 mil, prejudica, principalmente, os contribuintes mais pobres. Boa parte dos que hoje descontam 7,5% dos rendimentos, primei-

ra faixa do IRPF, não precisaria pagar, se a tabela tivesse sido corrigida nos últimos anos. No fim de 2019, Bolsonaro disse que o governo pretendia aumentar a faixa de isenção para R\$ 3 mil.

Também com o argumento de reduzir distorções, o governo quer taxar dividendos, parte do lucro da empresa distribuída aos sócios e acionistas de empresas. Desde 1996, esses valores não são tributados, o que estimula empresários a distribuírem o dinheiro, em vez de reinvestirem. Na prática, a isenção beneficia as camadas mais ricas da sociedade. A ideia é cobrar sobre os dividendos e, em troca, reduzir a alíquota do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ). A transição seria feita de forma gradual, para não causar um "choque de arrecadação". Mesmo com a contrapartida, tributaristas ouvidos pelo Correio acenaram positivamente para a correção no IR, mas fizeram ressalvas quanto à taxa-ção de dividendos. "O assunto está em pauta há algum tempo e acho que essa discussão precisa ser considerada, desde que venha com ajuste na tributação da renda", defendeu a advogada tributarista Vanessa Cardoso.

Cresce procura por emprego no Estado

LÍCIO FERREIRA
REPORTER

No mês de junho passado, 984 mil trabalhadores baianos estavam afastados de suas funções (19,1%), frente a 1,2 milhão em maio. Também no mesmo período, 904 mil procuraram por trabalho e não encontraram, frente a 851 mil em maio. O aumento da procura foi mais tímido na Bahia do que na maior parte do Brasil. Por isso, a taxa de desocupação no Estado, apesar de ter avançado de 14,2% para 14,9%, deixou de ser a 2ª

mais alta do país e caiu para a 4ª posição.

“Esses são alguns dos resultados da PNAD Covid-19 uma versão da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), realizada com apoio do Ministério da Saúde, para identificar os impactos da pandemia no mercado de trabalho e quantificar as pessoas com sintomas associados à síndrome gripal, conforme a supervisora de Disseminação de Informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Mariana Viveiros, jornalista responsável

pela Unidade na Bahia.

NÃO MUDOU

De acordo com os dados levantados na pesquisa, o número de pessoas que não estavam trabalhando e nem chegaram a procurar emprego por causa da Covid-19, praticamente não mudou no estado: passou de 2,402 milhões em maio para 2,401 milhões em junho. “Somando esse grupo aos desocupados, no mês passado, a pandemia ainda dificultava a busca por trabalho para 2,943 milhões de pessoas na Bahia. Mais uma vez, o 2º

maior contingente de impactados, abaixo apenas de São Paulo (6,721 milhões)”, esclarece Mariana Viveiros. O IBGE diz também que em junho, a Bahia teve a maior proporção de trabalhadores com redução salarial do país (41,5%); outros 618 mil não receberam remuneração no mês, por estarem afastados. E que, de maio para junho, 6 dos 11 grupos de atividades investigados tiveram aumento no número de trabalhadores no Estado, liderados pelo comércio (+52 mil pessoas) e pela indústria (+36 mil).

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 24/07/2020	Caderno: Notícias



Sexta, 24 de Julho de 2020 - 00:00

Médicos apontam preocupação com retomada das atividades em Salvador e pedem cautela

por Jade Coelho

A flexibilização da quarentena em Salvador já é uma realidade com data para começar. Nesta sexta-feira (24) poderão reabrir shoppings, centros comerciais, comércio de rua acima de 200 m², templos e igrejas, além de drive-in ([leia aqui](#)). Mas especialistas enumeram argumentos contrários à retomada das atividades na capital neste momento.

Salvador, que já chegou a registrar um acumulado de 11.707 casos ativos da Covid-19, tem nesta quinta-feira (23) 2,8 mil pacientes ainda doentes. A infectologista e coordenadora do Serviço de Controle de Infecção Hospitalar do Hospital Aliança, Áurea Paste, vê o índice como um fato positivo. "Significa que nós estamos diminuindo a quantidade de pacientes infectados pela Covid-19. Então a pandemia está com uma tendência à queda da disseminação, e isso é bom", disse.

A médica afirma que a redução de casos ativos é motivo para comemorar, "mas não para estourar champanhe". Mesmo que a situação apresente melhora, ela garante que não é o momento para baixar a guarda.

"A abertura do comércio nos traz um pouco de aflição porque pode ser que a transmissão aumente novamente. Então a gente fica meio receoso. Se a gente descuida, a infecção volta a crescer. E pode haver uma segunda onda", reconheceu Áurea.

O médico especialista em medicina preventiva e social e professor da UniFTC e da Ufba, Washington Luiz Abreu de Jesus, explica que a curva de transmissão do coronavírus não está em decréscimo, mas em platô. "Não é momento para flexibilizar, do ponto de vista epidemiológico", cravou o médico.

Ele cita como exemplo municípios baianos em que houve flexibilização da quarentena e abertura do comércio, como Feira de Santana, Vitória da Conquista e Itabuna, e que o resultado foi o crescimento de casos. Washington esclarece que no platô não há garantia de que a abertura não volte a aumentar a infectividade do vírus na população.

Sobre os dados de casos ativos ele ainda faz o alerta de que as ocorrências documentadas podem ser apenas "a ponta da disseminação" e não refletem a realidade, já que se sabe que pessoas podem estar infectadas e assintomáticas. O médico também chama a atenção para o percentual da população testado, que ainda é baixo.

Na Bahia, considerando os 138.358 casos já confirmados desde o início da pandemia, e de acordo com informações do boletim da Secretaria da Saúde desta quinta-feira (23) sobre casos descartados (283.438) e sob investigação (78.411), 500.207 casos foram analisados/testados.

O número equivale a 3,37% da população, estimada pelo IBGE em 2019 em 14,8 milhões de habitantes.

Diante desses fatos, a opinião do médico é de que seria mais prudente esperar mais um pouco para que o comércio seja reaberto na cidade.

Mas a reabertura já foi anunciada pelo prefeito da cidade, ACM Neto. Mesmo assim, a infectologista Áurea Paste recomenda às pessoas que só saiam de casa quando estritamente necessário, além do respeito a todas as medidas divulgadas pelas entidades de saúde.

“Só sair mesmo em caso de necessidade. Em saindo, respeitar essas recomendações. O ideal é que os estabelecimentos comerciais colocassem as regras e as seguissem corretamente. A quantidade de pessoas que pode circular com segurança, manter o distanciamento, uso de máscara, higiene das mãos...”, aconselhou a médica.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 24/07/2020	Caderno: Notícias



Quinta, 23 de Julho de 2020 - 22:20

Arrecadação federal cai 29% em junho e fecha em R\$ 86,2 bilhões

A arrecadação de receitas federais registrou queda real (descontada a inflação) de 29,59% em junho, totalizando R\$ 86,2 bilhões, segundo informou a Receita Federal, em relatório divulgado nesta quinta-feira (23). A comparação é com o mesmo mês de 2019, quando a arrecadação foi de R\$ 119,9 bilhões. É o menor resultado para o mês de junho desde 2004, quando foram arrecadados R\$ 78,6 bilhões.

As receitas administradas pela Receita Federal, como impostos e contribuições federais, chegaram a R\$ 84,2 bilhões no mês passado, resultando em queda real de 27,81%. Já as receitas administradas por outros órgãos somaram R\$ 1,991 bilhão, uma queda de 39,41% em relação a maio de 2019, segundo a Agência Brasil.

De janeiro a junho deste ano, a arrecadação total chegou a R\$ 665,966 bilhões, com queda real de 14,71%, em comparação com o primeiro semestre do ano passado, quando foram arrecadados R\$ 757,595 bilhões. Foi o quarto mês consecutivo de queda nominal (valores absolutos) de receitas e o quinto mês seguido de queda real (descontada a inflação). Nos últimos três meses, de abril a junho, a queda na arrecadação ficou próxima de 30% em cada período.

De acordo com a Receita Federal, a queda na arrecadação federal se deu principalmente por causa do adiamento no pagamento de impostos, que está entre as medidas adotadas pelo governo para aliviar os efeitos da pandemia do novo coronavírus.

Os diferimentos (adiamento) de impostos somaram, aproximadamente, R\$ 81,3 bilhões no total, incluindo o montante R\$ 20,4 bilhões apenas em junho. Além disso, foram concedidas compensações tributárias que somaram R\$ 6,8 bilhões no mês passado. Também houve uma redução, no mesmo período, de R\$ 2,35 bilhões, com desconto no Imposto sobre Operações Financeiras que incide sobre operações de crédito (IOF Crédito), que teve sua alíquota zerada, fazendo o governo deixar de arrecadar o valor.

"Nós teríamos uma arrecadação estimada, para o mês de junho, de R\$ 113,84 bilhões, não fossem esses fatores não recorrentes", explicou Claudemir Malaquias, chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita Federal.

Entre os tributos com pagamento adiado está o Imposto de Renda da Pessoa Física, de abril para junho. Também houve postergação do pagamento de contribuição patronal ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e dos programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep).

Os pagamentos de abril serão quitados em agosto, e os de maio, em outubro. Também houve o adiamento, por seis meses, da parte federal do Simples Nacional. Os pagamentos de abril, maio e junho passaram para outubro, novembro e dezembro. Além disso, foi reduzida a zero a alíquota de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), por 90 dias.



CAPA ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/CAPA](https://www.bahiaja.com.br/capa)) **ÚLTIMAS NOTÍCIAS** ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ULTIMASNOTICIAS](https://www.bahiaja.com.br/ultimasnoticias))
MIUDINHAS ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/TASSOFRANCO/MIUDINHAS](https://www.bahiaja.com.br/tassofranco/miudinhas)) **COLUNISTAS** ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/COLUNISTAS](https://www.bahiaja.com.br/colunistas))
ARTIGOS ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ARTIGOS](https://www.bahiaja.com.br/artigos)) **FALE CONOSCO** ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/FALECONOSCO](https://www.bahiaja.com.br/faleconosco))
quinta-feira, 23 de julho de 2020

POLÍTICA ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/POLITICA](https://www.bahiaja.com.br/politica))

MILAGRE À VISTA! NETO ANUNCIA PLANO COM INVESTIMENTOS DE R\$7 BILHÕES

O Orçamento anual da PMS é da ordem de R\$8 bilhões

Tasso Franco, da redação em Salvador | 22/07/2020 às 11:00

Curtir 0 Tweet



Prefeito ACM Neto e o plano bilionário

Foto:

O prefeito ACM Neto anunciou ontem, um conjunto de 101 ações, com R\$7 bilhões em investimentos, sendo R\$6 bilhões captados junto ao setor privado, e 50 mil empregos gerados.

Esses são os números do plano elaborado pela Prefeitura para reativar a economia da cidade e superar obstáculos impostos pelos efeitos da pandemia do novo coronavírus, diz a nota da Prefeitura.

O plano é fundamentado em sete pilares: soluções urbanas, obras de infraestrutura e investimentos privados, melhoria do ambiente de negócios, apoio a pequenos empreendedores, fortalecimento da economia criativa e de inovação, medidas tributárias e fiscais e estímulo ao turismo.

No papel, o plano de Neto, parece-nos ambicioso para o momento em que vive o município. Pode até ser viável a longo prazo.

O prefeito ficou de detalhar, adiante, como o plano de realizará. Vale lembrar que ACM Neto só tem mais 5 meses à frente da Prefeitura, teremos logo mais em setembro uma campanha eleitoral em curso para prefeitos e vereadores, e o prefeito, de fato, precisa explicar como vai conseguir R\$7 bilhões em investimentos em tão curto espaço de tempo, sendo R\$6 bilhões da iniciativa privada.

Ora, a iniciativa privada, no momento, passa por dificuldades em manter seus negócios e não há sinalizações em novos investimentos no comércio e em serviços, salvo, talvez na construção civil, assim mesmo, a médio e longo prazos.

Portando, já fora do período de gestão de ACM Neto que, por estar cumprindo 8 anos de mandato, não poderá reeleger-se.

A Lei Oçamentária do Município de Salvador, para 2020, aprovada pela Câmara previu um orçamento de R\$ 8,048 bilhões - a deste ano destinou R\$ 7,789 bilhões para execução.

Então, a pergunta que fica no ar é como o prefeito vai conseguir R\$7 bilhões em investimentos no apagar das luzes do seu governo gerando 50 mil empregos.

O secretário da Fazenda do município, em recente entrevista numa emissora de rádio da capital, disse que Salvador perdeu R\$250 milhões em arrecadação diante da pandemia do coronavirus, dados ainda não consolidados porque a pandemia ainda está em curso.

Vê-se, pois, que o município passa por dificuldades uma vez que as despesas, a despeito das perdas em arrecadação, continuam a crescer porque serviços essenciais não está paralisados.

Vamos, portanto, aguardar o desdobramento do Plano da PMS para verificarmos como se dará esse quase milagre de conseguir investimentos de R\$7 bilhões no findar de uma pandemia, de uma severa crise. (TF)



(<https://www.bahiaja.com.br/enviarnoticia?idEditoria=12&idNoticia=127299>)

MAIS NOTÍCIAS



(<https://www.bahiaja.com.br/politica/noticia/2020/07/22/brasil-bate-recorde-infectados-pelo-coronavirus-em-24h-67860,127303,0.html>)

BRASIL BATE RECORDE INFECTADOS PELO CORONAVIRUS EM 24H: 67.860

(<https://www.bahiaja.com.br/politica/noticia/2020/07/22/brasil-bate-recorde-infectados-pelo-coronavirus-em-24h-67860,127303,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/politica/noticia/2020/07/22/brasil-bate-recorde-infectados-pelo-coronavirus-em-24h-67860,127303,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/politica/noticia/2020/07/22/brasil-bate-recorde-infectados-pelo-coronavirus-em-24h-67860,127303,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/politica/noticia/2020/07/22/brasil-bate-recorde-infectados-pelo-coronavirus-em-24h-67860,127303,0.html>)



(<https://www.bahiaja.com.br/politica/noticia/2020/07/22/leal-exalta-em-mocao-100-anos-de-nascimento-de-florestan-fernandes,127300,0.html>)

LEAL exalta, em moção, 100 anos de nascimento de Florestan Fernandes

(<https://www.bahiaja.com.br/politica/noticia/2020/07/22/leal-exalta-em-mocao-100-anos-de-nascimento-de-florestan-fernandes,127300,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/politica/noticia/2020/07/22/leal-exalta-em-mocao-100-anos-de-nascimento-de-florestan-fernandes,127300,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/politica/noticia/2020/07/22/leal-exalta-em-mocao-100-anos-de-nascimento-de-florestan-fernandes,127300,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/politica/noticia/2020/07/22/leal-exalta-em-mocao-100-anos-de-nascimento-de-florestan-fernandes,127300,0.html>)



(<https://www.bahiaja.com.br/politica/noticia/2020/07/22/camara-aprova-fundeb-permanente-e-materia-vai-para-o-senado,127298,0.html>)

CÂMARA APROVA FUNDEB PERMANENTE E MATÉRIA VAI PARA O SENADO

(<https://www.bahiaja.com.br/politica/noticia/2020/07/22/camara-aprova-fundeb-permanente-e-materia-vai-para-o-senado,127298,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/politica/noticia/2020/07/22/camara-aprova-fundeb-permanente-e-materia-vai-para-o-senado,127298,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/politica/noticia/2020/07/22/camara-aprova-fundeb-permanente-e-materia-vai-para-o-senado,127298,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/politica/noticia/2020/07/22/camara-aprova-fundeb-permanente-e-materia-vai-para-o-senado,127298,0.html>)



(<https://www.bahiaja.com.br/politica/noticia/2020/07/21/tj-julga-adin-que-combate-alta-aliquota-do-icms-da-gasolina-na-bahia,127294,0.html>)

TJ JULGA ADIN QUE COMBATE ALTA ALÍQUOTA DO ICMS DA GASOLINA NA BAHIA

(<https://www.bahiaja.com.br/politica/noticia/2020/07/21/tj-julga-adin-que-combate-alta-aliquota-do-icms-da-gasolina-na-bahia,127294,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/politica/noticia/2020/07/21/tj-julga-adin-que-combate-alta-aliquota-do-icms-da-gasolina-na-bahia,127294,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/politica/noticia/2020/07/21/tj-julga-adin-que-combate-alta-aliquota-do-icms-da-gasolina-na-bahia,127294,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/politica/noticia/2020/07/21/tj-julga-adin-que-combate-alta-aliquota-do-icms-da-gasolina-na-bahia,127294,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/politica/noticia/2020/07/21/ocupacao-de-leitos-cai-para-74-e-comercio-deve-abrir-na-sexta-na-rms,127292,0.html>)

OCUPAÇÃO DE LEITOS CAI PARA 74% E COMÉRCIO DEVE ABRIR NA SEXTA NA RMS

(<https://www.bahiaja.com.br/politica/noticia/2020/07/21/ocupacao-de-leitos-cai-para-74-e-comercio-deve-abrir-na-sexta-na-rms,127292,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/politica/noticia/2020/07/21/ocupacao-de-leitos-cai-para-74-e-comercio-deve-abrir-na-sexta-na-rms,127292,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/politica/noticia/2020/07/21/ocupacao-de-leitos-cai-para-74-e-comercio-deve-abrir-na-sexta-na-rms,127292,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/politica/noticia/2020/07/21/ocupacao-de-leitos-cai-para-74-e-comercio-deve-abrir-na-sexta-na-rms,127292,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/politica/noticia/2020/07/21/ocupacao-de-leitos-cai-para-74-e-comercio-deve-abrir-na-sexta-na-rms,127292,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/politica/noticia/2020/07/21/ocupacao-de-leitos-cai-para-74-e-comercio-deve-abrir-na-sexta-na-rms,127292,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/politica/noticia/2020/07/21/ocupacao-de-leitos-cai-para-74-e-comercio-deve-abrir-na-sexta-na-rms,127292,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/politica/noticia/2020/07/21/ocupacao-de-leitos-cai-para-74-e-comercio-deve-abrir-na-sexta-na-rms,127292,0.html>)

Veiculo: Política Livre	
Data: 23.07.2020	Caderno: Economia



23 de julho de 2020 | 16:20

Edital apoiará enfrentamento da Covid junto à população negra e segmentos tradicionais

BAHIA

Estará aberto, a partir desta sexta-feira (24), o prazo de inscrições de projetos no Edital da Década Afrodescendente, lançado pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (Sepromi), em sintonia com as estratégias estabelecidas para o enfrentamento da pandemia de Covid-19. A chamada pública, de número 002/2020, foi publicada no Diário Oficial do Estado e está disponível no site da Sepromi (www.sepromi.ba.gov.br).

O investimento total é de R\$ 1,2 milhão, oriundo do Estatuto da Igualdade Racial e de Combate à Intolerância Religiosa, com previsão de contemplar até 30 projetos. O edital visa selecionar propostas voltadas à prevenção e enfrentamento aos efeitos do coronavírus, com ações de sustentabilidade e geração de renda para a população negra, povos e comunidades tradicionais.

Serão selecionados projetos de até R\$ 40 mil nas seguintes modalidades: Práticas Empreendedoras Solidárias, visando apoiar segmentos como baianas de acarajé, cadeias produtivas de licores, derivados da mandioca, dentre outras dos segmentos tradicionais; Tecnologias de Venda e escoamento, com o objetivo de estimular a produção de tecnologias convencionais e sociais, criando redes de comercialização no contexto de isolamento social; além de Assessoria Técnica e Distribuição de Insumos, com apoio às práticas de produção de alimentos para subsistência dos segmentos tradicionais, através do estímulo ao plantio, aquisição e distribuição de insumos.

As propostas precisam ser formalizadas até o dia 24 de agosto, apresentadas por organizações da sociedade civil, exclusivamente através do e-mail: proposta.edital2020@sepromi.ba.gov.br.

Veículo: Bahia Econômica	Economia
Data: 24/07/2020	



IPCA-15: prévia da inflação oficial fica em 0,3% em julho, puxada pela alta nos combustíveis

No ano, o IPCA-15 acumula alta de 0,67% e, nos últimos 12 meses, a variação acumulada é de 2,13%, acima dos 1,92% registrados nos 12 meses imediatamente anteriores.

Por G1

24/07/2020 09h00 Atualizado há uma hora



Combustíveis tiveram o maior impacto na prévia da inflação de julho —

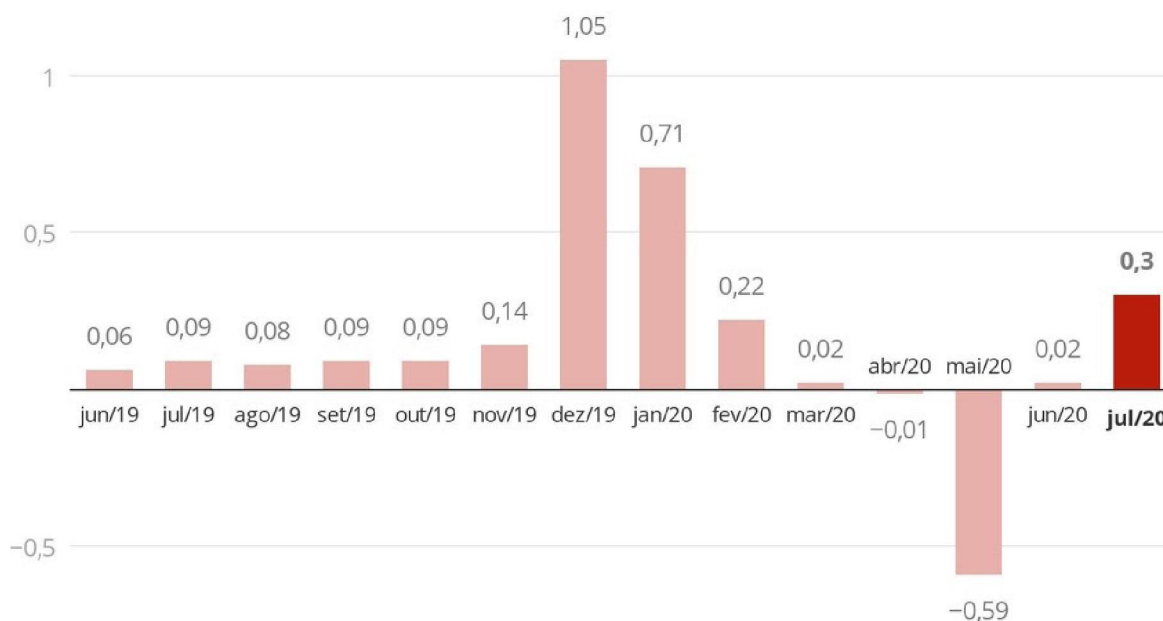
Foto: Helena Pontes/Agência IBGE Notícias

O Índice de Preços ao Consumidor Amplo - 15 (IPCA-15) subiu 0,3% em julho, segundo divulgou nesta sexta-feira (24) o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (**IBGE**). A alta foi puxada pelos combustíveis.

Em junho, a alta havia sido de 0,02%. No ano, o IPCA-15 acumula alta de 0,67% e, nos últimos 12 meses, a variação acumulada é de 2,13%, acima dos 1,92% registrados nos 12 meses imediatamente anteriores. Em julho de 2019, a taxa havia sido de 0,09%.

IPCA - 15 (prévia da Inflação oficial)

Em %



Fonte: IBGE

IPCA-15 — Foto: Economia/G1

Dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados, cinco apresentaram alta em julho, sendo que o **maior impacto (0,22 ponto percentual)** e a **maior variação positiva (1,11%)** vieram dos **Transportes**, que teve alta após quatro meses de quedas.

O **segundo maior impacto (0,08 p.p.)** veio de **Habitação**, que registrou **0,5% de variação**. Também tiveram elevação de preços os Artigos de residência (0,68%), a Saúde e cuidados pessoais (0,4%) e a Comunicação (0,46%).

Já entre as quedas, os destaques foram **Vestuário (-0,91%)** e **Alimentação e bebidas (-0,13%)**. Os demais grupos com deflação foram as Despesas pessoais (-0,23%) e a Educação (-0,07%).

Veja o resultado para cada um dos grupos pesquisados pelo IBGE:

- Alimentação e bebidas: -0,13
- Habitação: 0,50
- Artigos de residência: 0,68
- Vestuário: -0,91
- Transportes: 1,11
- Saúde e cuidados pessoais: 0,40

- Despesas pessoais: -0,23
- Educação: -0,07
- Comunicação: 0,46

Transportes e habitação pesaram na alta

Os Transportes em julho foram impactados pela alta nos preços dos **combustíveis (4,4%)**. Após quatro meses consecutivos de quedas, a gasolina subiu 4,47%. O etanol (4,92%), o óleo diesel (2,5%) e o gás veicular (0,01%) também registraram variações positivas. Houve alta também no subitem metrô (2%), decorrente do reajuste de 8,7% nas passagens do Rio de Janeiro (7,30%), que entrou em vigor no dia 11 de junho.

Por outro lado, o transporte por aplicativo (-11,98%) e a passagem aérea (-4,16%) tiveram queda, bem como táxi (-0,1%), cujo reajuste que havia ocorrido em janeiro no RJ (-0,47%) foi cancelado a partir de 22 de maio. Já a Habitação teve a influência, principalmente, dos **reajustes na energia elétrica (1,03%)** em sete regiões metropolitanas. Houve queda de 1,39% em Curitiba e alta em seis locais, que variaram de 0,28% em Porto Alegre até 5,15% em Fortaleza. Já a variação na taxa de água e esgoto (0,13%) refletiu a alta de 2,77% em Brasília por conta da mudança de estrutura tarifária que foi implementada em 1º de junho.

Por outro lado, o custo do gás encanado caiu 0,08%, com a redução de 0,27% nas tarifas de São Paulo (-0,14%).

Vestuário e alimentação são destaques de queda

O grupo Vestuário apresentou o menor resultado (-0,91%) e teve o impacto negativo mais intenso (-0,04 p.p.) no índice de julho. Embora as joias e bijuterias (1,67%) tenham subido pelo segundo mês consecutivo, foram registradas **quedas nos preços das roupas femininas (-1,32%), masculinas (-1,18%) e infantis (-0,59%), além dos calçados e acessórios (-0,88%)**.

O grupo Alimentação e bebidas apresentou queda de 0,13% em julho, após quatro meses consecutivos de altas. A alimentação no domicílio caiu 0,2%, influenciada pela redução nos preços de alguns tubérculos, raízes e legumes (-15,76%), como o **tomate (-22,75%), a batata-inglesa (-20,70%), a cenoura (-18,60%) e a cebola (-7,09%)**. Além disso, o frango

inteiro (-1,22%) e o ovo de galinha (-1,82%) registraram quedas mais intensas na comparação com junho (-0,67% e -0,68%, respectivamente). A alimentação fora do domicílio (0,03%) desacelerou em relação a junho (0,26%). Enquanto o lanche passou de 0,82% para 0,20%, a refeição ficou praticamente estável, passando de 0,00% em junho para alta de 0,02% em julho.

Por outro lado, o leite longa vida subiu 3,61%, o arroz, 2,58%, e as carnes, 2,2%.

Curitiba registra maior inflação em julho

O maior índice foi observado na região metropolitana de Curitiba (0,76%), influenciado pela alta nos preços dos combustíveis (10,91%), em especial o etanol (15,16%) e a gasolina (10,39%).

Apenas a região metropolitana do Rio de Janeiro (-0,07%) apresentou deflação em julho. Esse resultado ocorreu especialmente por conta das quedas nos preços do tomate (-33,48%), da batata-inglesa (-28,91%) e do transporte por aplicativo (-15,94%).

Perspectivas e meta de inflação

A expectativa de inflação do mercado para este ano segue abaixo da meta central do governo para o IPCA, de 4%, e também do piso do sistema de metas, que é de 2,5% neste ano.

Segundo o relatório Focus, divulgado nesta segunda-feira pelo Banco Central, os analistas do mercado financeiro **estimam uma inflação de 1,72% em 2020.**

O menor patamar da inflação desde o início da série histórica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) já registrado foi em 1998 (1,65%).

Pela regra vigente, o IPCA pode oscilar de 2,5% a 5,5% sem que a meta seja formalmente descumprida. Quando a meta não é cumprida, o BC tem de escrever uma carta pública explicando as razões.

A meta de inflação é fixada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Para alcançá-la, o Banco Central eleva ou reduz a taxa básica de juros da economia (Selic), **atualmente em 2,25% – mínima histórica.**

Para 2021, o mercado financeiro manteve em 3% sua previsão de inflação. No ano que vem, a meta central de inflação é de 3,75% e será oficialmente cumprida se o índice oscilar de 2,25% a 5,25%.

O GLOBO

ENTREVISTA

João Diniz / PRESIDENTE DA CEBRASSE

'VAI TER QUEBRADEIRA, VAI TER DESEMPREGO'

GERALDA DOCA geralda@o.globo.com.br entrevista

Diante da crise, não há condições de repassar ao consumidor a alíquota de 12% de PIS/Cofins proposta pelo governo. Este cenário coloca em risco a sobrevivência de parte das empresas, na avaliação do presidente da Central Brasileira do Setor de Serviços (Cebrasse), João Diniz. Quem não tiver margem para segurar o aumento, disse, vai quebrar. O setor vai propor ali-

quotas diferenciadas.

O setor vai repassar ao consumidor o PIS/Cofins maior, mesmo em meio à crise?

Como o setor de serviços representa dois terços da economia, o aumento de PIS/Cofins vai pesar de alguma forma no bolso do consumidor. O problema é que as margens de lucro das empresas estão cada vez mais baixas,

principalmente no setor de serviços. Com a falta de dinheiro no mercado, as empresas vão tentar segurar o aumento, mas quem não tiver margem para isso vai quebrar.

Essa proposta vai dificultar a recuperação do setor, o mais afetado pela pandemia?

Sem dúvida, vai ter quebra-



deira, vai ter desemprego. Outra coisa que chocou foi a falta de sensibilidade de se fazer isso neste momento de crise. O setor está combatido.

O governo diz que a proposta vem para simplificar. Por que ela desagradou tanto?

Há distorções. Nada contra banqueiro, mas como o setor financeiro tem 5,9% de PIS/Cofins e o de serviços, que mais emprega, vai pagar 12%? O e-commerce, que cresce em ritmo de Fórmula 1, continua tributado.

Opais enfrenta uma escalada de desemprego. Isso pode ser agravado por essa medida?

Sem dúvida, à medida que o setor de serviços contrata

75% da mão de obra ativa legalizada no país. A tendência é o aumento da informalidade, sem proteção social.

O ministro Paulo Guedes pediu paciência e prometeu desonerar a folha. Os empresários deram o voto de confiança?

Ele tem o voto de confiança da maioria dos empresários. Estamos cautelosos porque o setor de serviços já sofreu com a promessa sobre PIS e Cofins, entre 2003 e 2004, quando houve alta de carga tributária. Ficaram de fazer legislação para acertar, mas estamos esperando há 17 anos. Então, vamos atuar no Congresso.

O setor tem uma contrapartida?

O plano é mexer nesses

12%, criando alíquotas variáveis: quanto maior for a empregabilidade do setor, menor seria a alíquota.

O setor apoia a criação de um novo imposto para compensar a desoneração da folha?

Apoiamos. A desoneração teria como contrapartida algum tipo de imposto eletrônico, semelhante à CPMF.

E se a desoneração for restrita a até 1,5 salário mínimo?

Dependendo da proposta, da calibragem, é bem aceita. Não estamos pedindo tudo ou nada, estamos pedindo que seja diminuído o excesso de carga que nós pagamos. Queremos pagar um imposto que caiba nos nossos bolsos.

Arrecadação federal sofre tombo de 29,6% em junho

Adiamento no recolhimento de impostos e crise causada pela pandemia explicam resultado, o pior para o mês em 16 anos

BRASÍLIA

Como reflexo dos fortes efeitos da pandemia do novo coronavírus na atividade econômica, a arrecadação de impostos, contribuições e demais receitas federais desabou 29,6% em

junho frente ao mesmo mês do ano passado, para R\$ 86,258 bilhões. Os dados foram divulgados ontem pela Receita Federal. Esse resultado é o pior para o mês desde 2004.

Desde abril, a arrecadação vem refletindo os efeitos da

crise do coronavírus na economia. Com o nível de atividade em queda, o recolhimento de tributos também cai. Além disso, para minimizar o impacto da crise nas empresas e pessoas físicas, o governo adiou o prazo de recolhimento de impostos. Só

no mês passado, esse adiamento teve um impacto de R\$ 20,4 bilhões, informou o Fisco.

Mas esse não foi o único motivo para a forte queda da arrecadação. Sem esse adiamento, a queda seria de 9,32%. A crise econômica

também pesou. Houve queda na produção industrial (-23,83%), na venda de bens (-14,90%), na venda de serviços (-19,50%) e no valor em dólar das exportações (-28,72%).

No acumulado do primeiro semestre, de acordo com

a Receita Federal, a arrecadação somou R\$ 665,9 bilhões, o que representa uma queda de 14,71% frente ao mesmo período do ano passado. É o pior resultado para um primeiro semestre desde 2009.

Segundo a Receita Federal, o resultado da arrecadação no acumulado deste ano também foi influenciado pelo adiamento no prazo do recolhimento de tributos. Nesse caso, no valor de R\$ 81,3 bilhões. (Manoel Ventura)

Na retomada de atividades, ação rápida é essencial, diz BID

Governos precisam analisar dados e checar infraestrutura, recomenda estudo

MANOEL VENTURA
manoelventura@o.globo.com.br
BRASÍLIA

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) fez um estudo que pode ser um guia para o Brasil e outros países que ensaiam a retomada de atividades em meio à pandemia. Os técnicos observaram o que foi feito na Ásia e Europa, em busca de erros e acertos nesse processo.

Um ponto considerado fundamental é o uso de testes em grande escala para o controle do andamento da pandemia e a identificação rápida de possíveis novas ondas.

Também é importante monitorar contatos, de maneira a dispor de uma base de dados que localize, avise e isole quem esteve no mesmo ambiente da pessoa doente. A Coreia do Sul, por exemplo, cruzou essas

informações por meio de aplicativos no celular.

O BID diz que é preciso manter um alerta constante, porque a reabertura exige controle minucioso dos dados epidemiológicos e agilidade para voltar a restringir a circulação em determinadas áreas ou setores econômicos.

O documento cita, ainda, a restrição de viagens e quarentenas para viajantes.

Cingapura, diz o estudo, viu uma segunda onda de contágio devido à chegada de trabalhadores do exterior.

—O Brasil é um país muito grande e heterogêneo. É preciso olhar com lupa os dados da pandemia, da infraestrutura hospitalar e do comportamento da população em cada local, o tempo todo — diz Morgan Doyle, representante do BID no Brasil.

Segundo Doyle, esta é uma das lições quando vemos o que deu certo nas cidades da Europa e da Ásia: acompanhamento constante da curva e ações rápidas, caso necessário.

Há ainda recomendações de proteção e distanciamento. Com a reabertura, será preciso reforçar medidas de

higiene, proteção e espaçamento entre as pessoas.

A publicação avalia que países desenvolvidos só iniciaram a reabertura com redução sustentada, durante dias seguidos, de casos confirmados de Covid-19; leitos de UTI disponíveis; máscaras, higienizadores, respiradores e capacidade de testes em massa.

“Sair da quarentena pode ter um custo elevado em contágios e mortes, particularmente se, ao mesmo tempo, não forem expandidas consideravelmente as ferramentas com que os países enfrentam a doença”, afirma o texto.

Permanecer em quarentena, por outro lado, diz o BID, implica custos econômicos importantes, que recaem de

maneira particularmente severa nas populações economicamente mais vulneráveis.

A quarentena tem como objetivo achar a curva, ou seja, reduzir a taxa de crescimento de contágio até que o número de casos esteja abaixo do limite no qual o sistema de saúde pode atender sem entrar em colapso.

Porém, o número de casos pode voltar a subir rapidamente após o reinício das atividades.

Diante de uma pandemia inédita, a publicação deixa claro que não é possível estabelecer “certo” ou “errado”, o que exigirá dos governos capacidade de ação, recursos e clareza na comunicação desses movimentos.

O GLOBO

Volume de gastos força o aumento da carga tributária

Esta verdade irrefutável é o que explica a proposta de criação da CBS, na fusão do PIS com a Cofins

Não é a primeira vez que alguma proposta no âmbito dos impostos resulta em aumento da carga tributária. Nem deverá ser a última, a valer a propensão que os poderosos de turno têm no Brasil de despachar para o contribuinte o crescimento das despesas do Estado. Desta vez está sendo na minirreforma tributária encaminhada ao Congresso pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, circunscrita à fusão entre o PIS e a Cofins, substituídos pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS).

A conversão de dois impostos em um vai na direção correta da simplificação, um dos objetivos principais das propostas de mudanças no tributos em um país campeão na burocracia em torno dos impostos. Por isso, dois outros projetos de reforma, estes de fato abrangentes, que se encontram na Câmara e no Senado, também propõem a mesma fórmula de somar impostos, reduzindo seu número, para tornar sua aplicação mais racional.

À CBS, porém, com uma alíquota

única de 12%, pune de forma pesada o setor de serviços, cuja cadeia de produção é curta — depende muito de mão de obra — e que, portanto, não gera créditos tributários para abater do imposto sobre o produto final. A diferença entre o que certas atividades pagarão de CBS e o que recolhem hoje no PIS-Cofins preocupa os empresários.

A razão de governos, sejam de quais tendências políticas forem, sempre estarem em busca de mais arrecadação é que o país tem um grande volume de despesas obrigatórias quase sempre em expansão. Algumas aumentam autonomamente, porque são indexadas ou obedecem a normas corporativistas que permitem, por exemplo, aumentos salariais apenas por tempo de serviço ou qualquer outro critério que nada tem a ver com meritocracia. A situação se agrava numa profunda recessão como a atual, porque boa parte dos gastos continua engessada, enquanto a receita desaba. O fenômeno já foi visto na recessão de 2015/2016, por isso a dívida e os déficits públicos subiram de patamar.

A minirreforma da CBS é mais do mesmo. Seja a proposta do governo, ainda a ser ampliada, ou as que estão no Congresso, elas deveriam proporcionar que o aumento da receita ocorresse como resultado da dinamização dos negócios, portanto, do crescimento da economia, e não fosse decorrente da elevação de impostos, disfarçada ou não.

A modernização dos tributos é mesmo essencial, mas não se podem abandonar os projetos de reforma do Estado para torná-lo mais eficiente e menos oneroso para a sociedade. É preciso combater resistências a essas mudanças entranhadas até na alta burocracia do Estado. Prova disso é o Supremo haver derrubado, por maioria de votos, dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal que flexibilizavam a administração da folha de salários do funcionalismo em crises fiscais, permitindo a redução de salários e o corte proporcional da jornada de trabalho. Como há empecilhos legais e custos políticos para redução de gastos, passe-se a conta para o contribuinte.

Auxílios do governo e FGTS ajudam a conter queda no consumo das famílias

Programas melhoram expectativas para PIB deste ano, mas há dúvidas sobre o que acontecerá após o fim das medidas

Eduardo Cucolo

SÃO PAULO As medidas do governo para segurar a queda na renda durante a pandemia devem atenuar a contração no consumo das famílias brasileiras, que ainda assim irá alcançar patamares recordes neste ano, superiores a 7%.

Sem o pagamento de auxílios a trabalhadores formais e informais, além da liberação do saque emergencial do FGTS, essa queda poderia chegar a quase 10%.

O alcance dos programas tem contribuído para melhorar as expectativas para a economia neste ano, mas há divergências sobre o que acontecerá após o fim, por exemplo, do auxílio emergencial a partir de setembro.

O Banco Central tem apontado que o impacto dessas medidas pode reduzir o espaço para novos cortes da taxa básica de juros, atualmente em 2,25% ao ano.

O Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas) estima que a massa ampliada de rendimentos (que inclui, além de rendimentos do trabalho, benefícios de proteção social e previdenciários) registraria uma queda real de 5,7% em 2020 caso não houvesse uma política de compensação de renda.

Incluindo as transferências (auxílio emergencial, programa anti-desemprego e saques do FGTS), haverá crescimento real de 2%. Com isso, a projeção de queda no consumo das famílias, principal componente do PIB, da instituição passou de 9,7% para 7,1%.

A equipe do economista Carlos Kawall, ex-secretário do Tesouro e diretor do ASA Investments, estima um impacto um pouco menor dos auxílios, atenuando a queda do consumo de 9,4% para 7,6%.

O Ibre revisou a estimativa de queda do PIB (Produto Interno Bruto) de 2020 de 6,4% para 5,5%, devido principalmente ao impacto dos auxílios sobre a renda e ao desempenho menos pior que o esperado para o mercado de trabalho. Também contribuíram resultados não tão ruins do comércio e setor de transportes, ambos por conta do maior uso do canal de vendas online.

"Essas medidas estão mais do que compensando a queda na renda do trabalho. O cenário para o consumo das famílias, que é muito importante para a saída da recessão, melhorou", afirma a pesquisadora do Ibre/FGV Luana Miranda.

"Desde a saída da crise de 2016 o consumo vem crescendo acima do PIB, sendo o principal motor do crescimento. Só que neste ano deve haver uma queda mais intensa do consumo do que do próprio PIB", diz Luana.

O economista Carlos Kawall afirma que o programa de auxílio para informais foi fundamental como rede de proteção social, mas aponta uma série de limitações que reduzem seu impacto sobre a economia.

Ele aponta que o programa foi desenhado para proteger o trabalhador informal. Isso deixa de fora segmentos importantes como microempreendedores individuais, microempresários, donos de pequenos comércios, que não são elegíveis ou para quem, em alguns casos, os R\$ 600 não fariam tanta diferença.

Regionalmente, o auxílio tem participação maior na renda e no PIB do Norte e Nordeste. Em outras regiões, como Sul e Sudeste, não haverá recomposição total da ren-

da perdida com a pandemia.

"Esse benefício emergencial não vai gerar emprego adicional e demanda adicional de uma forma substancial para os setores perdedores nessa crise, como os serviços. Não adianta você simplesmente olhar a massa agregada de ren-

dimentos, com queda da massa salarial e complementação via benefícios, e dizer que o valor era igual ao que era antes. É desigual", diz Kawall.

Segundo ele, uns estão com renda acima do que tinham anteriormente, e outros estão até eventualmente sem renda.

"O auxílio está sendo fundamental para a proteção social, precisava ser feito algo com essas características. Mas é uma ilusão achar que é ele que vai gerar a recuperação da economia. Não acho que a melhor solução seja manter esse programa, independentemente

do custo", afirma o economista, para quem isso não impede um redesenho dos programas sociais do governo.

O ASA Investments projeta queda do PIB de 5,8% no ano, desempenho também superior ao consumo das famílias. **Leia mais na pág. A16**

-7%

deve ser o recuo no consumo das famílias, segundo o Ibre

-10%

seria o recuo sem auxílios e liberação de saque do FGTS

E daqui pra frente?



O Safra só é o Safra porque, há mais de 175 anos, está sempre pensando sério no "daqui pra frente".

Nossos especialistas têm um cuidado especial a cada escolha e a cada movimentação.

Daqui pra frente, repense seus investimentos.

Abra sua conta agora.
Invista como
um especialista.



Safra

mercado coronavírus

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

Caminho inverso

O movimento de retomada do trabalho presencial cresceu nas últimas semanas entre as empresas de menor porte, mas vem esbarrando em obstáculos ligados aos testes de Covid-19, que costumam fazer parte do protocolo. O Sesi (Serviço Social da Indústria) afirma que, em menos de 30 dias, foi procurado por mais de 2.500 empresas que têm mais de 20 mil funcionários pedindo apoio para formular seus planos de retorno dos profissionais ao local de trabalho.

TESTE Emmanuel Lacerda, gerente de saúde e segurança na indústria do Sesi, diz que a entidade já aplicou 70 mil testes rápidos e PCR em 1.900 indústrias com parceria de laboratórios. "Não pode simplesmente aplicar o teste. Ele exige análise clínica do médico. Pode ter problemas de qualidade, o que não é o nosso caso, e também de análise", afirma.

ALERTA Em mais um esforço para se descolar do histórico de má reputação no setor, o Ministério da Infraestrutura vai lançar um selo para atestar as empresas que possuem práticas de transparência, com iniciativas de conformidade, responsabilidade social, sustentabilidade e outras.

LUPA A ação faz parte do programa Radar Anticorrupção, criado pela pasta há um ano. Mais de 500 análises já foram feitas e 260 denúncias foram encaminhadas a autoridades policiais e órgãos de controle.

DIAGNÓSTICO No Distrito Federal, o Sindilab (Sindicato dos Laboratórios de Pesquisas e Análises Clínicas) foi à Justiça questionar a qualidade dos testes aplicados ao Sesc-DF. O sindicato diz que refere alguns dos exames e encontrou resultados divergentes.

MAR O setor portuário calcula ter elevado a carteira de investimentos em R\$ 3,22 bilhões no primeiro semestre com a autorização de quatro novos TUPs (terminais de uso privado), diz a Associação de Terminais Portuários Privados.

LEITO O Sesc-DF diz que os testes foram comprados em licitação por R\$ 18 cada e que os oferece gratuitamente a trabalhadores do comércio, enquanto no mercado o preço para o teste sorológico chega a R\$ 240, o que pode inviabilizar o acesso da população.

ÂNCORA O recurso eleva o patamar de investimento do setor portuário privado a R\$ 43,02 bilhões desde 2013 com a Lei dos Portos, sendo o Sudeste a região com mais recursos (R\$ 22,1 bilhões), seguido pelo Nordeste (R\$ 10,3 bilhões), conforme a entidade.

SINTOMA Em nota, o Sesc-DF afirma que "a Justiça do Distrito Federal reconheceu o direito do Sesc-DF de comprar e aplicar testes de Covid-19, assim como a Secretaria de Saúde do DF concedeu autorização sanitária para o Sesc proceder com a iniciativa e a Anvisa aprovou os testes".

VAGA Centros comerciais na capital paulista estão usando o drive-thru para ajudar pessoas na pandemia. Em seu estacionamento, o Shopping Pátio Paulista recolhe roupas e produtos de higiene pessoal até o de agosto para a ONG Anjos da Noite. No Eldorado, há uma campanha de doação de sangue feita com a Chevrolet e o Hospital Albert Einstein.

CASA Quando a pandemia começou e as medidas de restrição fecharam os estandes imobiliários, o setor se preparou para vendas catastróficas. O primeiro semestre teve R\$ 8 bilhões em lançamentos adiados. Mas quando chegou o resultado, ficou bem acima das expectativas, segundo o Secovi-SP (sindicato da habitação).

AR Comandantes e copilotos da Latam Brasil começaram a votar nesta quinta (23) um acordo coletivo com a empresa. Mas, pelo que se ouve entre os profissionais, a proposta deve ser rejeitada. É que o texto vincula a redução temporária de jornada e salário pelos próximos 18 meses a um corte permanente na remuneração após o fim do período.

JANELA Se entre janeiro e junho de 2019 foram 20 mil unidades lançadas e 19,6 mil vendidas, neste ano, no mesmo período, o mercado lançou apenas 10 mil unidades, mas vendeu 16,8 mil, ou seja, houve uma queda de 50% nos lançamentos, mas de apenas 14% nas vendas. Em outras palavras, os estoques diminuíram.

BOLSO A votação online vai até segunda (27). Conforme o Sindicato dos Aeronautas (SNA), que representa os pilotos da Latam, o problema está na redução permanente, que não foi colocada nos acordos da Azul e Gol, os quais previram cortes por 18 meses.

CHAVE "Achamos que o imóvel acabou se apresentando como uma opção de segurança e voltaram a comprar", diz Basílio Jafet, presidente do Secovi.

com Mariana Grazini e Fernanda Perrin

INDICADORES



MEI (Microempreendedor)
Valor mín. R\$ R\$ 1.045 5% R\$ 52,25

Assalariado	Até R\$ 1.045	Alíquota
		7,5%
	De R\$ 1.045,01 a R\$ 2.089,60	9%
	De R\$ 2.089,61 a R\$ 3.134,40	12%
	De R\$ 3.134,41 a R\$ 6.101,06	14%

*O prazo da competência de julho vence em 20 ago para empresas; para pessoas físicas, vence em 15 ago. O prazo para a competência de maio foi adiado para novembro para empresas

IMPOSTO DE RENDA

Em R\$	Alíquota, em %	Deduzir, em R\$
Até 1.903,98	Isento	
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

EMPREGADOS DOMÉSTICOS
Considerando o piso na capital e Grande SP

Alíquota	Mínimo em R\$	Máximo em R\$
Empregado	De 7,5%	97,04 713,09
Empregador	20%	250,50 1.220,21

*O prazo para o patrão da doméstica vence em 7 ago. A guia de pagamento dos patões inclui a contribuição ao INSS do empregador e da doméstica, o FGTS, a multa para a demissão e o seguro contra acidentes. A contribuição ao INSS da doméstica pode ser descontada de seu salário. O prazo para a competência de maio foi adiado para novembro

Em junho, quase metade dos domicílios brasileiros recebeu algum auxílio

Cerca de 43%, ou 29,4 milhões de casas, tiveram algum benefício do governo na pandemia; alta em relação a maio foi de 3,1 milhões

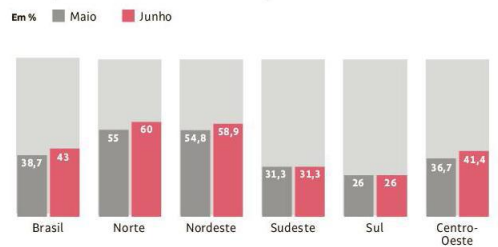
Diego Garcia

Mercado de trabalho do Brasil em junho



Auxílio emergencial em grandes regiões no Brasil

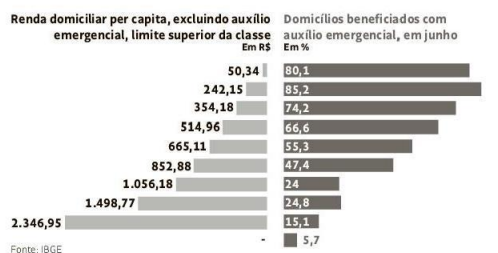
Lares que recebem auxílio relacionado à pandemia no total de domicílios



Valor médio do auxílio



Lares que receberam o auxílio emergencial por décimos de renda domiciliar per capita



Impactada pela pandemia, arrecadação federal no mês sofre queda de quase 30%

Thiago Resende e Larissa Garcia

BRASÍLIA Ainda com impacto da crise econômica causada pelo coronavírus, a arrecadação federal caiu 29,59% em junho, na comparação com o mesmo mês do ano passado, informou o Ministério da Economia nesta quinta (23). O tombo já desconta a inflação no período. O resultado do mês, que ficou em R\$ 86,25 bilhões, o pior para o mês dos últimos 16 anos, segue a tendência de baixa registrada em maio (-32,92%) e abril (-28,95%) na comparação com 2019. Junho foi quinto mês seguido de retração nas receitas, agravando o déficit das contas públicas em 2020 e indicando retração da atividade em fim do primeiro semestre. Em relação a maio, junho apresentou alta de 11,13% nas

receitas. A maior diferença de arrecadação no semestre foi em combustíveis, com queda de mais de 50% em relação ao mesmo período de 2019. Alimentação gerou 39,6% menos receitas para o governo e fabricação de veículos, 31,8%. Em simulação da Receita, o adiamento do pagamento de tributos em razão da pandemia representou 5,84% da redução das receitas em junho. Outros fatores, como o tombo da atividade econômica, foram equivalentes a 34,9% e a alíquota de IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) de operações de crédito zerada, 6,7%. A simulação foi feita com usando como base a arrecadação de 2019. Como parte do discurso de que a economia começa a reagir, o governo chegou a divulgar o registro de R\$ 23,9 bilhões de vendas com notas fiscais eletrônicas em ju-

“A melhora na arrecadação entre maio e junho se deu por conta do recolhimento do comecotas, que é feito em junho e dezembro, e do pagamento do Imposto de Renda, prorrogado para 30 de junho”
Claudemir Malaquias chefe do Centro de Estudos Tributários da Receita Federal

—alta de 10,3% em relação ao ano anterior. Termômetro para o desempenho da atividade, a arrecadação federal, porém, continua apontando para uma deterioração da economia por causa da pandemia e medidas adotadas para socorrer empresas, como o adiamento de cobrança de impostos. Dados preliminares da Receita aos quais a Folha teve acesso já indicavam que os recolhimentos administrados pelo Fisco, incluindo as contribuições previdenciárias, somaram cerca de R\$ 84 bilhões em junho. No mesmo mês do ano passado, foram cerca de R\$ 119 bilhões —corrigidos pela inflação. Portanto, uma queda perto de 30%. Procurada para comentar sobre os dados apurados, antes da divulgação das informações oficiais, a Receita não havia comentado.

coronavírus mercado

Governo se incomoda com o teto de gasto

Ministros tentam inventar gambiarras para gastar além do limite constitucional

Vinicius Torres Freire

Jornalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

Andam pelos ares ideias de aumentar a despesa do governo federal além do limite constitucional. Quem sugere ou insinua coisa não diz que quer derubar o teto; talvez, por ignorância ou incompetência, não sabe muito bem que queira fazê-lo. Mas na prática considera tal limite um empicílio. São os adversários assintomáticos do teto. Estão com o vírus da despesa extra na cabeça, mas não sabem e o transmitem por aí. Trata-se aqui do mundo de Brasília, dos três Poderes. Paulo Guedes tentou enfraquecer a despesa federal está para bater no teto. Para fazê-lo, por exemplo teria de cortar a quase zero o investimento ou acertar com o Congresso a regulamentação constitucional do corte de salários do funcionalismo, que foi para a gaveta. Mas há ministros, generais do Planalto e outros, que querem não apenas manter o investimento, mas aumentá-lo, abrindo uma brecha no teto, talvez até com uma prorrogação ajeitada do estado de calamidade. Por falar em geral, o ministro da Defesa quer

porque a despesa federal está para bater no teto. Para fazê-lo, por exemplo teria de cortar a quase zero o investimento ou acertar com o Congresso a regulamentação constitucional do corte de salários do funcionalismo, que foi para a gaveta. Mas há ministros, generais do Planalto e outros, que querem não apenas manter o investimento, mas aumentá-lo, abrindo uma brecha no teto, talvez até com uma prorrogação ajeitada do estado de calamidade. Por falar em geral, o ministro da Defesa quer

porque a despesa federal está para bater no teto. Para fazê-lo, por exemplo teria de cortar a quase zero o investimento ou acertar com o Congresso a regulamentação constitucional do corte de salários do funcionalismo, que foi para a gaveta. Mas há ministros, generais do Planalto e outros, que querem não apenas manter o investimento, mas aumentá-lo, abrindo uma brecha no teto, talvez até com uma prorrogação ajeitada do estado de calamidade. Por falar em geral, o ministro da Defesa quer

porque a despesa federal está para bater no teto. Para fazê-lo, por exemplo teria de cortar a quase zero o investimento ou acertar com o Congresso a regulamentação constitucional do corte de salários do funcionalismo, que foi para a gaveta. Mas há ministros, generais do Planalto e outros, que querem não apenas manter o investimento, mas aumentá-lo, abrindo uma brecha no teto, talvez até com uma prorrogação ajeitada do estado de calamidade. Por falar em geral, o ministro da Defesa quer

bor, por aí. O programa é quase unanimidade nacional, da esquerda à extrema direita, é um esteio importante da popularidade de Jair Bolsonaro e também do consumo em uma economia arruinada. Esse consenso pode favorecer jeitinhos de lidar com o teto. É provável que existam outros arranjos adequados de limitação de gastos público além desse esquema criado no governo de Michel Temer. Arranjo ou acordo novo é uma coisa, gambiarra é outra, nem por isso infrequente, ao contrário. As regras fiscais brasileiras vão sendo carcomidas pelas bordas, como a Lei de Responsabilidade Fiscal e a regra de ouro. Um dia, esfarrapadas, de tão rotas. A fim de tapar o buraco, costura-se então um aumento de impostos. Aumentar imposto pode ser também útil, mas costura ser feito à matroca, vide

a zorra tributária nacional. Como ficaria o programa liberal do governo? A pergunta é obviamente sarcástica e a resposta em parte é "tanto faz". Bolsonaro chutou seus aliados lavajatistas. Ele e seus generais inimigos da "velha política" estão na cama com o centrão e fazem a fama de presidentes e presidários desses partidos. Generais do governo arrumam ou tentam arrumar boquinhãs para filhos e parentes. Bolsonaro está onde sempre esteve, no baixíssimo leão, fazendo chacinha reacionária ressentida, ignora de problemas de governo, arrumando boquinhãs para a família, enrolada na Justiça desde que o capitão foi posto para fora do Exército. Tanto faz déficit, dívida, economia. Se é para se arrumar, se a finança não der chique, que venha abaixo o teto. vinicius.torres@gp.uolpfoha.com.br

Categoria organiza segundo ato contra aplicativos no sábado

Motoboys reivindicam aumento do valor por entrega, fim de bloqueios, seguro, entre outros; parcela quer CLT

Fernanda Brigatti e Paula Soprana

SÃO PAULO Quase um mês após a primeira manifestação de entregadores de aplicativos, motoboys e ciclistas organizam o segundo ato em capitais neste sábado (25) para reivindicar melhores taxas e condições de trabalho. Desde o "Breque dos Apps" em 1º de julho, o tema recebeu a atenção de políticos, as empresas mudaram estratégias de comunicação e os canais da categoria ficaram mais populares no YouTube. A concentração do movimento é mais forte em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Brasília. A pauta prevalente é por aumento do valor mínimo por entrega — alguns querem preço único aos aplicativos —, alta no valor por quilômetro rodado e o fim de bloqueios considerados injustificados e do sistema de pontuação (adotado pela Rappi). O pleito também inclui seguro em caso de roubo e acidente e auxílio-pandemia. Uma parcela ligada ao movimento sindical e a grupos menores, como os Entregadores Antifascistas, defende regime CLT — eles não puxaram o protesto, mas o apoiam. Pesquisa do Ibope encomendada pelo iFood mostrou que 30% querem CLT. O levantamento identificou que a maioria defende um sistema de trabalho flexível, "no qual é possível escolher em quais dias da semana e horários trabalhar, podendo atuar com vários aplicativos e definir a melhor forma de compor sua renda". Apesar de diferentes nuances na mobilização, o movimento recebeu mais apoio nas redes sociais no último mês, segundo Ralf Elisário, um dos organizadores no Rio. Em 10 de junho, ele ajudou a comandar uma passeata contra a Loggi no Rio, que resultou em uma ação judicial coletiva contra bloqueios. "Dessa vez, conseguimos 500 cartões de sim, patrocínio de 500 quinzenais, apoio do sindicato da Petrobras [Sindipetro] e de motoristas da Uber, que vão apoiar com 200 carros", diz Elisário, que tem o canal Ralf MT no YouTube. A pandemia aumentou a demanda por entregas, mas

foi também o que levou os entregadores a protestar. Eles alegam que estão trabalhando mais e ganhando menos do que no período pré-Covid, devido à diluição dos pedidos entre novos motoristas que buscaram as plataformas. "São às 9h e volto à 14h. Tenho uma média de fazer R\$ 150 por dia. Antes da pandemia, ganhava R\$ 70 até as 12h e às 14h eu batia minha meta", diz Juliana Iemanjara do Nascimento, 33, que trabalha com Loggi, Uber e iFood. Como depende dessa renda para pagar a faculdade, sustentar a mãe e dois filhos, Juliana também passou a fazer corridas para clientes particulares. "Quem trabalhava o quanto trabalho hoje até conseguia R\$ 4.000 ao mês. Hoje é muito difícil, baixaram demais [a remuneração]", diz. Os entregadores hoje são o rosto mais visível da economia de aplicativos e da falta de legislação para esse tipo de trabalho. Neste mês, após o primeiro grande protesto, projetos de lei foram apresentados na tentativa de criar uma regulamentação. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), chegou a receber entregadores e prometeu pautar projeto de lei. Uma dessas propostas, da deputada Tabata Amaral (PDT-SP), cria o regime de

trabalho sob demanda, com a obrigação de um valor mínimo por hora. Para o advogado trabalhista Bruno Tocantins, a falta de legislação é central no discurso, pois o vínculo regulatório torna a atividade perigosa para os trabalhadores. "Talvez se pudesse chegar a um meio termo de proteção mínima, seja pelo INSS, ou com as empresas contratando seguros, mas é necessário que haja uma proteção básica previdenciária". O advogado relembra, no entanto, a ideia de que esses trabalhadores sejam funcionários. "Ele não necessariamente é autônomo, mas também não deve ser confundido com empregado, pois trabalha quando quer, sem advertência, suspensão ou demissão". O enquadramento dos entregadores se assemelha aos contratos de zero hora, usados no Reino Unido, modelo no qual o empregado não tem direitos sociais e nem salário fixo. Recebe apenas quando trabalha — e isso só acontece quando a empresa precisa. "É comparável, mas há uma diferença quanto à flexibilidade de se pegar o trabalho ou não. O entregador não tem nenhuma obrigação com a empresa, e os desligamentos têm a ver com conduta, não é algo relativo à presença", afirma o pesquisador Daniel Duque, do Ibope/FGV. Os questionamentos quanto ao modelo, diz Duque, ocorrem em todos os países onde essas plataformas atuam. "É uma experiência disruptiva sobre o mercado de trabalho em todo o mundo. Quanto mais longe você está da legislação, mais discordância, mais desconforto vai ter". O presidente do Sindicato (Sindicato de Bares e Restaurantes do Rio de Janeiro), Fernando Blower, que integra a diretoria da ANR (Associação Nacional dos Restaurantes), diz que há desequilíbrio no tripé entregador-restaurantes-consumidores. Para ele, há três questões principais que não atendem às necessidades dos restaurantes. A primeira é o custo do serviço, que consome a margem de lucro no negócio. Para oferecer o cardápio nesses aplicativos, os restaurantes pagam uma mensali-

Saio às 9h e volto à 14h. Tenho uma média de fazer R\$ 150 por dia. Antes da pandemia, ganhava R\$ 70 até as 12h e às 14h eu batia minha meta. Quem trabalhava o quanto trabalho até conseguia R\$ 4.000 ao mês. Hoje é muito difícil, baixaram demais [a remuneração]

Juliana Iemanjara do Nascimento Entregadora de Loggi, Uber e iFood

dade, além de uma taxa sobre cada entrega. Com isso, de 20% a 25% do que vendem ficam com os apps. A transparência é outro problema. O empresário afirma que os restaurantes não conseguem acessar qualquer informação sobre o cliente — se ele já fez outros pedidos, qual o perfil de consumo. "O cliente não é nosso, é da plataforma. Você também não sabe porque não está vendendo tanto ou porque seu restaurante está aparecendo na quarta página de busca". Por último, ele cobra dos aplicativos maior rigor quanto à venda de produtos de restaurantes não legalizados. Ainda assim, diz que o custo de contratar um entregador é inviável. "Ter um fixo só compensa se você tiver um grande volume de vendas. Os restaurantes têm horários de pico no almoço e no jantar e, nesses horários, não adianta você ter apenas um", diz. Apesar do desequilíbrio, Blower atribui às plataformas a adesão de muitos restaurantes ao sistema de entregas, antes praticamente reservado às pizzarias.

Aplicativos dizem já atender demandas de motoboys

OUTRO LADO Os aplicativos afirmam que as manifestações são legítimas e que atendem parte das demandas dos entregadores. O iFood afirma que sua base de motoristas não cresceu durante a pandemia. "Tínhamos 170 mil entregadores ativos em março. Poucos mais de 400 mil fizeram cadastro, mas não necessariamente vão entrar. Posso garantir que não cresce o número de cadastrados", diz Roberto Gandolfo, VP de logística. Segundo a empresa, entregadores não são punidos por não aceitar rotas. O iFood diz ter oferecido seguro adicional aos entregadores. Em nota, a Rappi admite que reavalia seu sistema de pontuação. "Entendemos que precisaríamos evoluir o modelo", diz. O acúmulo de pontos, que era mensal, passou a ser mensal. A mudança, segundo o app, atende demandas dos entregadores. "No Brasil, em abril, registramos um pico de aumento de 128% no número de cadastros", diz a Rappi. O app afirma reembolsar despesas médicas de até R\$30 mil. A Uber Eats afirma que oferece um seguro de até R\$ 100 mil em caso de acidentes e reembolso de até R\$ 15 mil para despesas médicas. "Desde o começo da crise, a Uber mantém um fundo de R\$ 25 milhões para apoiar motoristas da Uber Eats em qualquer lugar do país", diz.

SPDM-ASSOCIAÇÃO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA HOSPITAL MUNICIPAL DE PARELHEIROS... SEGUROS SURA S.A. EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA... A QUEM INTERESSAR POSSA A empresa SUDCREC FACTORING FOMENTO MERCANTIL EIRELI inscrita no CNPJ nº 10.589.030/0001-06... ABIMDE - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE MATERIAIS DE DEFESA E SEGURANÇA... NOTA DE RETRATACÃO - NATÁLIA FERNANDA DE OLIVEIRA... SANTOS E BRAGA PARTICIPAÇÕES S/A EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA... Progresso e Desenvolvimento de Guarulhos S.A. - PROGUAU... Fundação Zerbin... SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA EM SAÚDE - SAFTEC

FOLHA DE S.PAULO

A reforma fatiada

É crítica quase infantil afirmar que fazer 'somente' PIS-Cofins é um remendo

Nelson Barbosa

Professor da FGV e da UnB, ex-ministro da Fazenda e do Planejamento (2015-2016). É doutor em economia pela New School for Social Research.

Temos proposta de reforma do PIS-Cofins. O assunto é complicado, e já pipocaram as críticas usuais na imprensa.

Isso é normal, pois ninguém gosta de pagar imposto, muito menos de aumento da carga tributária. Vejamos as principais reclamações.

A primeira crítica é meio utópica, quase infantil: o ideal seria reformar todos os tributos indiretos ao mesmo tempo, fazer "somente" PIS-Cofins seria um remendo. Em resposta a essa crítica vale adaptar Churchill: sim, a reforma fatiada é

a pior reforma tributária, exceto todas as outras formas já tentadas no Brasil.

Mais, já escrevi nesta coluna que juntar contribuição federal com imposto estadual e municipal em um só tributo é arriscado, quase irresponsável, pois pode tirar recursos da seguridade social.

A arrecadação de PIS, Cofins, ICMS e ISS pode ser integrada digitalmente, mas mantendo os tributos separados legalmente. Se a nova contribuição federal sobre bens e serviços der certo, ela abrirá caminho para o no-

vo imposto estadual/municipal sobre bens e serviços.

Agora o principal: a proposta do governo onera os serviços para simplificar o sistema. Essa crítica pode estar certa ou errada, dependendo da narrativa adotada.

Hoje os serviços pagam 3,65% sobre faturamento (soma de lucros, salários e gasto com insumos). Com a reforma, os serviços pagarão 12% sobre valor adicionado (lucros e salários). Como o valor adicionado responde pela maior parte do faturamento nos serviços, os ser-

viços pagarão mais imposto em relação à situação vigente.

Porém, se considerarmos somente o valor adicionado, hoje há subtributação de serviços e supertributação da indústria no Brasil. A reforma do governo corrige a distorção, equalizando o tratamento entre os setores. Acho essa visão mais correta, a reforma diminui a desoneração dos serviços.

Outro avanço da reforma é simplificar o PIS-Cofins, fazendo com que toda compra de insumos gere crédito tributário, no valor declarado na nota fis-

cal, para utilização no pagamento dos impostos devidos na venda do produto. Esse é o padrão nos países avançados que têm imposto sobre valor adicionado, melhorando a produtividade e a competitividade da economia.

Para para dar parabéns ao governo, especialmente ao pessoal da Receita Federal, que já tinha essa proposta pronta desde 2012 (sim, isso foi outra autocrítica ao PT).

Voltando, a grande dificuldade da proposta do governo é que quem paga menos vai ter que pagar mais e isso será inicialmente transferido ao preço. Em outras palavras, é necessário eliminar a desoneração de serviços no Brasil, mas se isso for feito muito rapidamente, haverá grande elevação de preço em várias atividades, como educação e saúde privada.

A saída do problema é modular a migração para a no-

va alíquota, evitando aumento abrupto de 3,65% sobre faturamento para 12% sobre valor adicionado. Uma transição de quatro a oito anos diminuirá, mas não eliminará, a chieira dos serviços.

O grande desafio da reforma da tributação indireta no Brasil é que a indústria quer se desonerar onerando os serviços, enquanto os serviços querem se desonerar onerando todo mundo com uma nova CPME

Nessa briga a indústria tem razão, pois paga relativamente mais tributos do que o resto da economia, mas o governo adotou uma postura intermediária no PIS-Cofins: haverá simplificação, mas não desoneração da indústria. E haverá oneração dos serviços, para alinhar a tributação entre os dois setores. Resta definir transição gradual para evitar tarifaço em uma economia que ainda não saiu da estagnação.

ilustrada **coronavírus**

MÔNICA BERGAMO

monica.bergamo@grupofolha.com.br

PARA BAIXO

O Brasil registrou uma queda de 15% nas mortes de enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem pela Covid-19 em julho, em relação ao mês anterior.

LINHA DE FRENTE Os dados são de um levantamento do Cofen (Conselho Federal de Enfermagem), que até o momento já registrou 304 óbitos desses profissionais desde o começo da pandemia no país, em março.

PREPARO Para Viviane Camargo, membro do comitê de gestão de crise do conselho, essa redução pode estar relacionada à maior disponibilidade de equipamentos de proteção, à capacitação dos profissionais para usá-los e ao afastamento dos que integram o grupo de risco, entre outros fatores.

PARA CIMA Paraná, Minas Gerais e Mato Grosso, no entanto, são exceções nesse panorama: os três registraram um aumento de 100% no número de mortes de profissionais de enfermagem em relação a junho.

CIMA 2 Levando em conta os últimos 30 dias, os três estados registram, atualmente, crescimento acelerado de novos casos da Covid-19 na população, de acordo com monitor desenvolvido pela Folha.

LISTA Segundo o Cofen, São Paulo e Rio de Janeiro estão na liderança com 50 e 43 mortes, respectivamente. Eles são seguidos por Pernambuco (com 29 mortes), Amapá (19), Amazonas (17) e Mato Grosso (17).

VERBO SOLTO A associação brasileira de LGBTs (ABGLT), com apoio do Sindicato dos Advogados de SP e do Grupo de Advogados pela Diversidade Sexual e de Gênero, denunciou o ex-deputado Roberto Jefferson por homofobia e transfobia à Procuradoria-Geral dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal.

FALA As organizações se basearam em uma entrevista concedida pelo ex-parlamentar na qual ele faz ataques e insinuações de caráter sexual contra ministros do Supremo Tribunal Federal e sugere que pessoas que não sejam heterossexuais não possam integrar a corte.

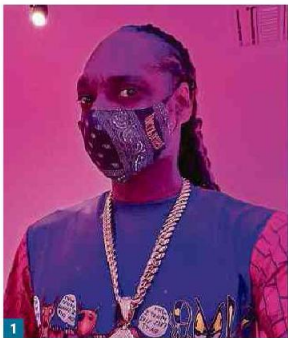
BIS Jefferson também é alvo de denúncia por homofobia protocolada pela vereadora Soninha Francine (Cidadania) na Secretaria de Justiça e Cidadania de SP. Ela se baseia em lei paulista que prevê multa a quem pratica discriminação em razão de orientação sexual.

DEVOLTA Deputados da oposição questionam a decisão da Assembleia Legislativa de SP (Alesp) de não incluir as reuniões de CPLs entre as atividades presenciais que serão retomadas na Casa no dia 2 de agosto.

RETORNO Segundo um desses parlamentares, a realização de reuniões virtuais, como vem sendo feito, pode atrapalhar o trabalho dessas comissões ao dar margem para que investigados aleguem sinal ruim ou motivos técnicos para não colaborar em depoimentos.

PORTAS A Alesp diz que serão retomadas presencialmente atividades como as sessões plenárias e de comissões permanentes, que não exigem a vinda de pessoas de fora — como precaução. E que o acesso de quem não é funcionário da Casa seguirá restrito.

QUARENTENA



Snoop Dogg no Instagram



Babu Santana no Instagram



Marcelo Faria no Instagram

O rapper Snoop Dogg **1** postou foto usando máscara antes de sua live.

"Show time", ele escreveu. O ator Babu Santana **2** publicou foto ao lado dos filhos e sobrinha. "Um pouco de vitamina D", disse ele na legenda. O ator Marcelo Faria **3** divulgou imagem com a filha

MURAL 1 A cúpula do Congresso Nacional receberá, nesta sexta (24), a projeção de imagens de 60 mulheres negras, como da ex-vereadora Marielle Franco e da escritora Conceição Evaristo, em celebração ao Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha.

MURAL 2 A ação, da liderança do PSOL na Câmara, tem o apoio dos deputados Orlando Silva (PCdoB-SP), Benedita da Silva (PT-RJ), Bira do Pinheiro (PSB-MA) e Damião Feliciano (PDT-PB).

DESENVOLVIMENTO Um grupo de cerca de 50 educadores fundou a Associação Nacional de Educação Básica Híbrida (Anebh), que pretende contribuir para o desenvolvimento de metodologia que combina as modalidades de ensino presencial e a distância.

FORMAÇÃO A iniciativa é presidida pela educadora Maria Inês Fini, que presidiu o Inep no governo de Michel Temer.

DOU-LHE UMA Uma gravura de Abraham Palatnik é um dos destaques de leilão virtual em prol do sambista Nelson Sargento, que teve sua agenda de shows cancelada por causa da pandemia da Covid-19.

DOU-LHE DUAS Organizado pela crítica Glória Ferreira e pela jornalista Marisa Calage, o leilão reúne obras de artistas como Cildo Meireles e Lenora de Barros. Ele está previsto para ocorrer no dia 4 de agosto.

Captação de recursos pela Rouanet cai 35%, maior queda da década

Há estados que nem chegaram a obter dinheiro federal, como é o caso de Alagoas, Amapá, Roraima e Tocantins

Raquel Lopes

BRASÍLIA A pandemia reduziu em 35% a captação de recursos por meio da Lei Rouanet. A queda foi a maior da década. No primeiro semestre do ano a captação atingiu R\$ 199,9 milhões — no mesmo período do ano passado a quantia foi de R\$ 306,1 milhões.

O valor é ainda menor que em 2010. Naquele ano, ele havia chegado a R\$ 484,5 milhões, segundo dados corrigidos pelo IPCA, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo.

Há estados que não chegaram a ter obtenção de recursos, caso de Alagoas, Amapá, Roraima e Tocantins.

A Secretaria Especial da Cultura afirmou que a queda ocorreu a partir de abril em função do coronavírus. "A nova realidade reduziu as expectativas de realização de lucros por parte das empresas investidoras e impediu que ocorressem eventos culturais presenciais", informou o órgão, em nota.

A Lei Rouanet é um dos principais mecanismos de incentivo à cultura no Brasil. Ela prevê que as empresas e pessoas físicas possam destinar parte do Imposto de Renda devido a projetos culturais. Toda proposta, aprovada pelo governo, pode receber captação de recursos de renúncia fiscal.

Assim como o órgão, especialistas apontam que essa redução tem relação direta com a pandemia e demonstra como os agentes envolvidos com o setor cultural têm sido fortemente impactados.

Segundo o pesquisador Leandro Valliati, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a lei já estava sofrendo redução com a crise. A pandemia, porém, agravou essa situação.

"A diminuição progressiva dos montantes subsidiados pela Rouanet exige a fra-

gitude gigantesca do setor e só corrobora para mostrar que o Brasil está desprezando esse segmento econômico que tem enorme relevância. O setor será fundamental para ajudar no retorno econômico mundial pós-pandemia."

Já Ana Ferguson, especialista em leis de incentivo, disse que as empresas que já tiveram o lucro reduzido pela pandemia mudaram também a estratégia de investimento.

"As grandes empresas investiram as intenções e prioridades, elas têm focado projetos ligados à área social e da saúde. Projetos culturais foram proibidos e não há data para voltar. Isso ocasionou uma retração das empresas ao destinar recursos e patrocínios."

Quem já sente dificuldade de conseguir recurso via Rouanet é o produtor cultural Jus-san Silva e Silva. Ele atua no Rio de Janeiro e no Espírito Santo.

Acostumado a realizar captação desde 2015 para o Festival de TV e Cinema de Munique, ele busca trocar o telão na praça na cidade capixaba por um evento digital.

"Se não fossem os editais emergenciais dos estados e das empresas, o impacto negativo seria ainda pior."

Ferguson afirma que o setor cultural foi o primeiro a parar e será o último a retornar às atividades. Segundo ela, o que tem contribuído para os trabalhadores da cultura são os editais criados pelos governos estaduais e pelas prefeituras.

Ela destacou que a área será beneficiada com a Lei Aldir Blanc, que destina R\$ 3 bilhões para o setor cultural.

Pela medida, trabalhadores informais, espaços artísticos e cooperativas receberão uma renda de R\$ 600, paga em três parcelas mensais.

"A economia criativa foi duramente atingida porque não

existe uma expectativa de volta. Enquanto não houver uma estabilização dos casos, não será permitida a liberação de espaços públicos para execução de projetos culturais."

Segundo Valliati, as medidas, mesmo que importantes, são tímidas. Ele acredita que o retorno das atividades não ocorrerá da mesma forma, o que impactará por muito mais tempo o setor.

"É necessário apoiar esses artistas menores para que eles se adaptem aos novos modelos de entrega de conteúdo, além de criar espaço para difusão desses produtos culturais que não têm tanto poder de mercado sozinho", disse.

Além da Lei Aldir Blanc, o secretário especial da Cultura, Mario Frias, anunciou que há mais projetos desenvolvidos para o setor. No entanto, ainda não anunciou quais seriam.

O novo secretário tem prometido mudanças em algumas áreas da cultura, como na própria Rouanet. Já no ano passado houve alteração no valor máximo autorizado para um projeto — antes o teto poderia chegar a R\$ 6 milhões, isso caiu para R\$ 1 milhão.

Em entrevista ao canal do deputado Eduardo Bolsonaro no YouTube, o secretário disse que não podem existir "os barões da Lei Rouanet".

Frias apoiou o deputado numa postagem em que ele atacou o PT e a imprensa ao falar sobre a exoneração de Odeir Luiz Prata da Costa, apontado como o maior especialista da Lei Rouanet na reportagem.

"É notório que essa lei foi usada para o PT e compra a classe artística e aquela parte da grande imprensa sempre ignorou esse fato. Por que essa maravilhosíssima imprensa agora se importa? Estranho seria manter esse tipo de pessoa no governo", publicou Eduardo.

CRÍTICA SERIAL

Luciana Coelho

criticaserial@grupofolha.com.br

'Kieler Street' junta Ibsen a thriller nórdico para falar de aparências

Uma das peças mais sublimes já escritas sobre a ambiguidade humana de caráter e o afã de se conformar a modelos ideais de felicidade e sucesso é "Casa de Bonecas", que o norueguês Henrik Ibsen escreveu em 1879 e que mostra a angústia de Nora, uma dona de casa que reluta em se encaixar no papel de bela-recatada-e-dolar.

Em Ibsen, e em sua ainda atual "Casa de Bonecas", que "Kieler Street", um suspense dramático criado e dirigido pelo também norueguês Patrik Syversen, busca a sua inspiração central. Numa primeira olhada, porém, parece só mais uma série criminal.

So narrar a história de um ex-bandido que tenta levar uma vida normal, sob disfarce, em uma cidadezinha norueguesa conhecida por ter o menor índice de criminalidade entre todos os países nórdicos, a fictícia Slusvik, a série dá um passo além e põe em discussão o que seria, afinal, essa tão almejada "normalidade" (muitas aspas aqui).

Conhece o Jonas (Thorbjørn Harr) já casado com a professora Elin (Andrea Bræin Hovig), padras-

to da adolescente Sofie (Ylva Fuglerud), trabalhando em um café da modorrenta cidadezinha em seu breve verão.

Seus únicos problemas parecem ser a dependência do álcool e algum grau de conformismo com um chefe truculento e uma enteada mimada. Mas não seria um drama se tudo fosse o que aparenta ser?

O passo além está justamente nessa normalidade de que rodeia Jonas, impactada por um acidente — talvez um crime — que surge no terceiro episódio. Seus vizinhos, essas pessoas de bem, tão bacanas e solícitas, são quem dizem ser?

Sua mulher? Seu chefe? O jornalista em crise, a prefeita obcecada por manter a reputação de Slusvik intacta, as policiais que hesitam entre as ordens e sua missão são mesmo as boas almas que apresentam em público? E o que vale para se manter assim, tão impoluto aos olhos dos outros?

Não há novidade na premissa, que moveu muitos clássicos literários, e Syversen, roteirista e diretor, certamente não é Ibsen, ainda que faça questão de evocar o mestre e soletrar sua inspiração em

uma cena escolar (o maior erro da série, que é boa, é explicar demais, deixando pouco para o espectador completar).

Há, no entanto, mérito em adaptar dilemas literários tão perenes nessa roupagem mais atual dos thrillers nórdicos, que de umas duas décadas para cá, deram para encantar meio mundo com suas paisagens simétricas, manta neblina e imensas janelas.

Jonas, o anti-herói construído como uma espécie de Walter White às avessas, um criminoso que se converte em cidadão modelo, é só um dos que se disfarçam, e por ele que o espectador vai constatando que o rótulo "pessoas-de-bem" é possivelmente dos mais criativos que a humanidade já criou.

Cabeças mais cansadas poderão se entreter com a boahistória de crime e mistério, atrativa o suficiente para segurar dez episódios. E — já que a Noruega debate ultimamente como lidar com a falta de diversidade étnica em suas produções — como o estranho ver uma série em que todos são brancos e quase loiros.

"Kieler Street" é exibida às terças, às 22h, no Film&Arts

Veículo: Estadão	
Data: .24.07.2020	Caderno: Economia



Bastidores: Estratégia de tramitação da reforma tributária gera dúvidas

Enquanto Guedes pressiona pela aprovação inicial da unificação do PIS/Cofins, lideranças do Congresso querem incluir proposta nas PECs que já circulam na Câmara e no Senado

Adriana Fernandes*, O Estado de S.Paulo

24 de julho de 2020 | 05h00

O clima é de “armistício” entre o ministro da **Economia, Paulo Guedes**, e o **Congresso** em torno da proposta de **reforma tributária**, mas ainda há dúvidas sobre a estratégia de tramitação.

Guedes pressiona pela aprovação inicial do projeto de unificação do **PIS/Cofins**, mas lideranças do Congresso consideram que é melhor incluí-lo nas duas propostas de emenda constitucional (PEC) de reforma tributária que já tramitam na **Câmara** e no **Senado**. As lideranças estão mapeando o que tem mais apoio e votos.

As críticas do setor de serviços à alíquota de 12% incluída na proposta do ministro Guedes ampliaram o impasse. As empresas temem que o projeto de Guedes seja aprovado, com aumento da carga do setor de serviços, e depois não haja ambiente para desoneração da folha. O setor desconfia de uma tramitação em separado do projeto que cria a **Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS)** e outro prometido pelo ministro para a desoneração da folha de

pagamentos como forma de compensação da alíquota mais elevado. Os governadores já manifestaram posição em torno de uma proposta mais ampla.

Um acerto dos ponteiros sobre a tramitação estava programado para uma reunião com o presidente do Senado, **Davi Alcolumbre (DEM-AP)**, na noite de ontem.

Desde que o governo encaminhou a proposta, na terça-feira, não houve, na prática, avanço da tramitação da reforma na comissão mista criada para fazer uma convergência da proposta da Câmara (PEC 45) e do Senado (PEC 110). Alcolumbre passou a semana em silêncio e o presidente da Câmara, **Rodrigo Maia (DEM-RJ)**, procurou mostrar sintonia com o ministro da Economia após desentendimentos recentes, mas tem dito que o ideal seria a aprovação da PEC com a “ressalva que vai trabalhar para o que tiver voto”.

O relator da reforma, **Aguinaldo Ribeiro (PP-PB)**, quer marcar uma primeira reunião na próxima semana. Sub-relator e revisor da comissão mista, **Major Olímpio (PSL-SP)**, disse ao **Estadão** que nada foi de fato marcado. “Estou afirmando. Não tem ainda nenhuma reunião marcada”, disse o senador, ressaltado que a próxima semana já será mais “branda” mesmo que não haja recesso parlamentar. “Vamos ter uma semana perdida.”

Veículo: Estadão	
Data: .24.07.2020	Caderno: Economia



Bancos reclamam de carga de impostos e alertam que mais tributação afetará spread

Fernanda Guimarães e Cynthia Decloedt

23 de julho de 2020 | 13h15

A alíquota direcionada aos bancos na primeira fase da reforma tributária é menor do que para os demais setores, mas as instituições financeiras já preveem que, em seu desenho final, a carga aumentará para eles. Ainda estão previstas na reforma mudanças em relação à tributação ao lucro e também a eventual criação da “nova CPMF”, que oneraria as transações financeiras. Como pressão, o setor já se posiciona e coloca na mesa que uma maior tributação poderá significar maior custo do crédito para a ponta final.

O recado veio nas entrelinhas do posicionamento da Federação Nacional dos Bancos (Febraban). Depois de apenas defender reformas estruturais ontem, incluindo a tributária, a entidade disse hoje que se o texto atual for aprovado, a carga tributária final sobre o setor financeiro será ainda maior. A entidade frisou também que o resultado será um aumento na participação de tributos no spread bancário, que é a diferença entre o custo do dinheiro para o banco e o que ele cobra nos empréstimos, de 19,3% para 20,3%, somente a partir das mudanças apresentadas ontem. Esse repasse de custo, contudo, é opcional.

A proposta do governo nesta primeira fase prevê a unificação do PIS e Cofins em um imposto chamado de Contribuição de Bens e Serviços (CBS) com uma alíquota de 5,8% para as instituições financeiras e de 12% para os demais setores. Os bancos pagam hoje 4,65%, somando os dois impostos.

O cálculo é de que o texto da reforma custará R\$ 6 bilhões a mais aos bancos, tendo em vista os impostos pagos no ano passado. Itaú Unibanco e Bradesco responderiam, cada, com R\$ 1,3 bilhão dessa conta, segundo estimativa do UBS.

Em 2019, de acordo com o UBS, os bancos brasileiros pagaram um total de R\$ 24 bilhões em PIS e Cofins, sendo que os cinco maiores bancos foram responsáveis pelo cheque de R\$ 20 bilhões, de acordo com o documento assinado por Thiago Batista, Mariana Taddeo, Olavo Arthuzo e Philip Finch.

“Os bancos já pagam muitos tributos e é inadmissível qualquer aumento de impostos, não só para instituições financeiras, mas para qualquer empresa ou pessoa física da sociedade brasileira”, afirmou o presidente da Associação Brasileira de Bancos (ABBC), Ricardo Gelbaum.

O executivo lembra que, por enquanto, apenas a primeira etapa de três da reforma tributária foi apresentada, e que qualquer aumento nos tributos já cobrando dos bancos tende a causar aumento dos spreads. “Mesmo com a taxa Selic na mínima histórica, o custo de um eventual aumento na carga de tributos se refletirá nos spreads, porque o Brasil já é um dos países com a maior carga e as instituições precisam se remunerar para não perderem a competitividade”, observou.

A Febraban destaca que além do PIS/Cofins, os bancos já pagam uma alíquota maior de CSLL em relação aos demais setores, de 20%, a qual somada aos 25% do Imposto de Renda, levam a alíquota sobre a renda das instituições para 45%, uma das maiores no mundo. O setor bancário ainda paga um adicional de 2,5% de contribuição sobre a folha de salários em relação a todos os demais setores.

O sócio da área tributária do escritório Cescon Barrieu Advogados, Aldo de Paula Junior, explica que a alíquota dos bancos é menor em relação a outros setores, porque as instituições financeiras seguem o regime cumulativo. “Em outros países, os bancos também têm regime diferenciado de apuração do Imposto sobre Valor Agregado, porque é difícil mensurar a partir desta base”, destaca o especialista.

A possibilidade de uma nova CPMF também chama a atenção. “A depender da forma como a proposta do Governo será apresentada, caso haja excessiva tributação sobre os pagamentos digitais e outros tipos de transações financeiras, é possível que aconteça uma redução na demanda para este tipo de serviço financeiro, o que levaria às pessoas a procurarem outros meios, como pagamento em dinheiro – em espécie – , por exemplo”, diz Ester Santana, sócia-fundadora do CSA Chamon Santana Advogados e advogada especialista em Direito Tributário.

Para o responsável por instituições financeiras da agência de classificação de risco da Fitch Ratings, Claudio Gallina, o debate ainda é prematuro, uma vez que a proposta ainda está em um estágio muito inicial. Entretanto, Gallina chama a atenção para o eventual impacto da nova carga tributária das empresas sobre a capacidade de pagamento de seus empréstimos junto aos bancos. Gallina pondera que nesse momento, em termos de perspectiva de mudança de ratings das

instituições financeiras, o olhar está nos efeitos da crise trazida pela pandemia de covid-19. Mesmo com os bancos brasileiros mostrando resiliência, é esperado impacto negativo na rentabilidade e na qualidade dos ativos, segundo ele.

Veículo: Estadão	
Data: .24.07.2020	Caderno: Economia



Comendo pelas bordas na reforma tributária

Passo inicial (e atrasado) do governo na reforma tributária foi bastante modesto, mas pode ser por estratégia política. Se houver alinhamento entre Executivo e Legislativo, as diversas "brigas" da reforma podem ser travadas gradativamente.

Fernando Dantas

23 de julho de 2020 | 18h51

O governo deu seu tão adiado pontapé inicial na reforma tributária de forma modesta e politicamente calculada, com o envio ontem ao Congresso do PL 3.887.

A equipe econômica frisou que, com a criação da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que substituirá o PIS e o Cofins, serão eliminados mais de uma centena de regimes especiais ligados aos dois tributos.

É verdade, e isso constitui um relevante avanço microeconômico, de busca por mais eficiência, e de redução dos contenciosos judiciais.

Mas os principais regimes especiais, como o Simples e a Zona Franca de Manaus (ZFM), seguem intocados (em seus subsídios), o que possivelmente foi até a intenção do governo – um pontapé inicial

muito restrito, que receba o máximo de aplausos (e mesmo assim esses não virão do setor de serviços) e crie um “clima bom” para a tramitação da mais importante das reformas estruturais.

Simples e ZFM são problemas simultaneamente tributários e fiscais. Nesse segundo quesito, os subsídios do primeiro estão em torno de 1% do PIB, e os do segundo são talvez um terço disso. Uma conta não desprezível no ajuste fiscal imprescindível de um país cuja dívida bruta vai pular quase 20 pontos percentuais do PIB, para algo como 95% do PIB, por conta da pandemia e das políticas públicas para combatê-la.

Na seara da eficiência, a ZFM distorce a localização ótima das atividades industriais. Já o Simples custa muito caro e não entrega os ganhos de produtividade prometidos (por uma série de razões), quiçá piore as coisas no caso de empresas cujo crescimento as possa fazer se desencaixar nos limites (muito altos, na verdade) das benesses fiscais do programa.

Mas essas são batalhas a serem enfrentadas mais à frente. Na verdade, com dois projetos de reforma tributária, muito mais amplos do que o governista, no Congresso, e agora a CBS concebida para entrar em vigor a toque de caixa, em seis meses, Executivo e Legislativo têm nas mãos uma boa argamassa para trabalhar.

Havendo convergência, e parece que há, é possível fazer uma reforma tributária que “coma pelas bordas” as muitas resistências setoriais e de entes federados que já surgiram e continuam a surgir. Em todos os casos, claro, haverá negociações e barganhas terão que ser feitas.

Quando o IPI entrar na berlinda, por exemplo, terá que haver alguma acomodação com os ardorosos defensores da ZFM, uma vaca sagrada

das elites políticas e empresariais da Região Norte. O Executivo, cautelosamente, adiou essa briga.

O contencioso da vez é com o setor de serviços. Como utilizam poucos insumos e muito mão de obra, os serviços não têm muito do que se creditar no sistema não cumulativo da CBS. Assim, a alíquota de 12% da CBS vai representar um ônus tributário adicional para as empresas desse setor – as que estão no regime de lucro presumido, por exemplo, têm atualmente alíquotas de PIS/Cofins de 3,65%.

Existe a conversa, para agradar o setor de serviços, de perpetuar a desoneração da folha acompanhada de um novo imposto sobre transações eletrônicas. Mas isso parece “dois pássaros voando”, e não um na mão, já que há muita má vontade dos parlamentares contra o que é visto como uma “nova CPMF”.

O governo veio com novos argumentos para tentar mostrar que a CBS não será tão ruim para os serviços. O primeiro é que grande parte desse setor tem como clientes outras empresas, muitas delas produtoras de bens, que vão poder se creditar dos serviços contratados no seu próprio cálculo da CBS.

De forma bem simplificada, o serviço ficará mais barato para o contratante, mesmo que o contratado não reduza o preço. Isso em tese aumenta a demanda por esses serviços, o que pode se traduzir em mais vendas, melhores preços ou uma combinação dos dois.

O outro argumento é que muitas empresas de serviços, especialmente as menores, estão no regime do Simples e não serão afetadas pela criação da CBS.

Essa segunda ideia, embora verdadeira, é preocupante. O Simples representa um regime tributário especial que traz distorções sem entregar benefícios sistêmicos de produtividade, como já mencionado. Se a ideia da reforma tributária é ir comendo pelas bordas, em algum momento ela terá de chegar ao Simples. Mas se a manutenção desse regime é o “preço” para o setor de serviços aceitar a CBS, a negociação pode estar saindo muito cara.

“Nesse argumento, o governo usou uma distorção para compensar outra distorção”, resume um respeitado e atento microeconomista.

Veículo: Estadão	
Data: .24.07.2020	Caderno: Economia



Governadores e prefeitos racham sobre modelos de impostos sobre o consumo

Estados passaram a apoiar uma proposta abrangente, com todos os tributos sobre consumo; representantes dos municípios, porém, querem manter autonomia sobre o ISS, ou ampliar sua fatia nas receitas

Eduardo Rodrigues e Idiana Tomazelli, O Estado de S.Paulo

24 de julho de 2020 | 05h00

BRASÍLIA - Governadores e prefeitos devem se colocar em trincheiras opostas no debate sobre uma fórmula mais ampla de **reforma tributária**. Após o ministro da **Economia, Paulo Guedes**, enviar **projeto de lei para unificar o PIS e a Cofins**, dois tributos federais, os representantes dos Estados passaram a apoiar proposta abrangente, que incluía todos os tributos sobre consumo (inclusive o **ICMS**). Já os prefeitos querem manter sua autonomia sobre o **ISS**, ou ampliar sua fatia nas receitas para compensar a unificação. Uma comissão mista formada por deputados e senadores já analisa duas **Propostas de Emenda à Constituição (PEC)** de reforma tributária. Embora tenham diferenças, ambas têm em comum a

inclusão tanto do ICMS quanto do ISS na proposta de unificação dos tributos em um **Imposto sobre Bens e Serviços (IBS)**.

O presidente da **Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ)**, destacou na quarta-feira o ineditismo do apoio majoritário dos governadores à inclusão do ICMS na reforma e indicou que é preciso aproveitar esse cenário favorável. No passado, os Estados já levantaram resistências que foram decisivas para enterrar propostas de simplificação do ICMS, que é o principal tributo estadual e acaba servindo de instrumento de disputas e guerra fiscal entre os Estados.

“A nossa visão é de que todos os impostos sobre consumo devem ser discutidos ao mesmo tempo. Ainda que a transição de cada um deles possa vir por etapas. Queremos amarrar em uma discussão apenas. Fatiar a aprovação dessas leis pode complicar a solução global. O ideal é haver um conjunto legislativo para a tributação do consumo”, **diz o presidente do Conselho de Secretários Estaduais de Fazenda (Comsefaz), Rafael Fonteles, secretário do Piauí.**

Os prefeitos, porém, mantêm apoio no sentido contrário e querem manter o ISS distante do alcance das PECs. “A nossa posição é a favor de manter os impostos municipais fora da reforma, principalmente o ISS. A gente acha que nosso imposto já é simplificado”, afirmou o presidente da **Frente Nacional dos Prefeitos (FNP), Jonas Donizette**, que comanda a cidade de **Campinas (SP)**. A FNP representa os municípios com mais de **80 mil habitantes**.

Por trás da resistência dos municípios em embarcar na reforma está o temor de que as prefeituras deixem de usufruir do potencial futuro do imposto, que incide sobre serviços, uma atividade que tem crescido e deve permanecer em expansão, explica o **secretário executivo da FNP, Gilberto Perre.**

“As propostas (de unificação) querem tirar uma fotografia de agora. Qualquer compensação não seria suficiente para fazer frente aos ganhos futuros esperados. A própria pandemia acelerou economia de serviços”, afirma Perre. “É o imposto mais promissor, é o que mais cresce, porque setor de serviços é o que mais cresce.”

Os municípios reconhecem que há custos para as empresas lidar com mais de **5,5 mil legislações distintas** (cada um tem suas próprias regras para a cobrança do imposto), mas propõem como alternativa a aprovação de uma lei complementar que unifique alíquotas, datas de vencimento e obrigações acessórias para o recolhimento do ISS.

A **Confederação Nacional dos Municípios (CMN)**, que representa as prefeituras menores, não é contrária à inclusão do ISS na reforma, desde que haja uma compensação. “Nós temos participação de **23%** no bolo atual de tributos. Temos que aumentar isso porque o ISS é o mais promissor. Se o ISS ficar nesse imposto unificado, temos que ter uma fatia maior”, afirma o **presidente da entidade, Glademir Aroldi**.

Após diversos analistas alertarem que a alíquota de **12%** proposta pela equipe econômica para a **Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS)** – que funde Pis e Cofins – pode culminar em uma cobrança de até **35%** no IVA que já tiver acoplados ICMS e ISS, Fonteles avalia ser cedo para cravar o tamanho da alíquota global. “Existem várias maneiras para calibrar uma cobrança menor. É possível chegarmos a uma solução com IVA abaixo de **30%**”, disse.

Veículo: Estadão	
Data: .24.07.2020	Caderno: Economia



Estados defendem que todos os impostos sobre consumo sejam discutidos ao mesmo tempo

Proposta de reforma tributária do governo prevê a unificação do PIS/Cofins, que são federais, sem incluir o ICMS, estadual, e o ISS, municipal; para o presidente do conselho que reúne secretários de Fazenda, Rafael Fonteles, fatiar a aprovação dessas leis dificulta a solução global

Eduardo Rodrigues, O Estado de S.Paulo

23 de julho de 2020 | 12h09

BRASÍLIA - Após a quinta reunião dos secretários estaduais de Finanças com o secretário especial da **Receita Federal**, José Tostes Neto, na quarta-feira, 22, o presidente do Comsefaz (conselho que reúne os secretários estaduais de Fazenda), Rafael Fonteles, defendeu que **a proposta do governo de unificação do PIS/Cofins** seja votada junto com as propostas que tramitam no **Congresso** para a unificação de outros tributos estaduais e municipais sobre o consumo.

Na terça-feira, em coletiva à imprensa, Tostes chegou a cogitar a aprovação do projeto que cria a Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS) independentemente das Propostas de Emenda Constitucional (PECs) que já estão no parlamento. Segundo Tostes, o imposto federal precisa apenas de seis meses de transição

enquanto a reforma tributária mais ampla precisaria de pelo menos seis anos para entrar em vigor completamente.

"A nossa visão é de que todos os impostos sobre consumo devem ser discutidos ao mesmo tempo. Ainda que a transição de cada um deles possa vir por etapas. Queremos amarrar em uma discussão apenas. Fatiar a aprovação dessas leis pode complicar a solução global. O ideal é haver um conjunto legislativo para a tributação do consumo", disse Fonteles, que é secretário de Fazenda do Piauí.

Após diversos analistas alertarem que a alíquota de 12% proposta pela equipe econômica para a CBS pode culminar em um percentual total de até 35% quando for acoplada ao **ICMS** estadual e ao **ISS** municipal, Fonteles avaliou ainda ser cedo para cravar o tamanho da alíquota global. "Existem várias maneiras para calibrar uma cobrança menor. Uma delas seria fazer um imposto seletivo mais amplo para substituir o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). É possível chegarmos a uma solução com IVA abaixo de 30%", completou.

Especialista em tributação do **Instituto Nacional de Pesquisas Aplicadas (Ipea)**, o economista Rodrigo Orair, calcula que a alíquota de 12% na CBS levaria o IVA total a 29% (junto com 15% de imposto estadual e 2% de municipal).

Esse seria o maior patamar de IVA do mundo, segundo dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) de 2018 (os mais recentes) A maior alíquota hoje é de 27%, cobrada pela Hungria. Noruega, Dinamarca e Suécia têm alíquotas de 25%.

O presidente do Comsefaz considerou a reunião produtiva e apontou que há muitos pontos de convergência entre os Estados e o governo federal. Segundo ele, a própria aprovação do Fundeb (principal mecanismo de financiamento da educação básica) e o acordo do Lei Kandir (que desonerou exportadores) aproximou a visão entre as duas esferas sobre a importância da distribuição dos recursos entre os todos os entes federados.

Fonteles afirmou que novas reuniões serão feitas para tratar da formação do Comitê Gestor do novo tributo e do pleito dos governos regionais pela criação de dois fundos, um para o desenvolvimento regional e outro para compensar eventuais perdas de arrecadação durante a fase de transição. "Discutiremos no próximo encontro as fontes de recursos para esses fundos e seus montantes. Essa discussão precisa andar junto com o novo pacto federativo", avaliou.

Ele avalia que a proposta do **ministro da Economia, Paulo Guedes**, de criar um imposto sobre pagamentos nos moldes da extinta CPMF não deve acontecer neste momento. A ideia do ministro é enviar a proposta como uma quarta fase da reforma tributária do governo para compensar a desoneração da folha de pagamento (redução dos impostos cobrados sobre os salários). "Há muita resistência sobre isso no Congresso. Temos que focar naquilo que já andamos muito, que é a questão dos impostos sobre consumo", concluiu.

‘Índice de miséria macroeconômica’ tem salto com alta do desemprego e da dívida

Indicador, que procura medir o bem-estar da população ao agregar indicadores de inflação, desemprego e dívida bruta, deve chegar ao fim deste ano ao pior nível desde o início do Plano Real

Por Ana Conceição — De São Paulo

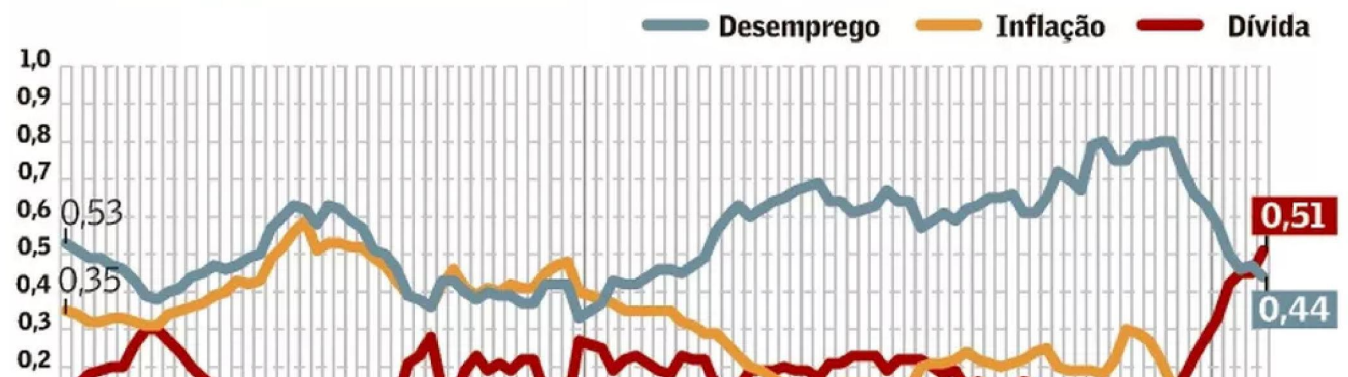
24/07/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

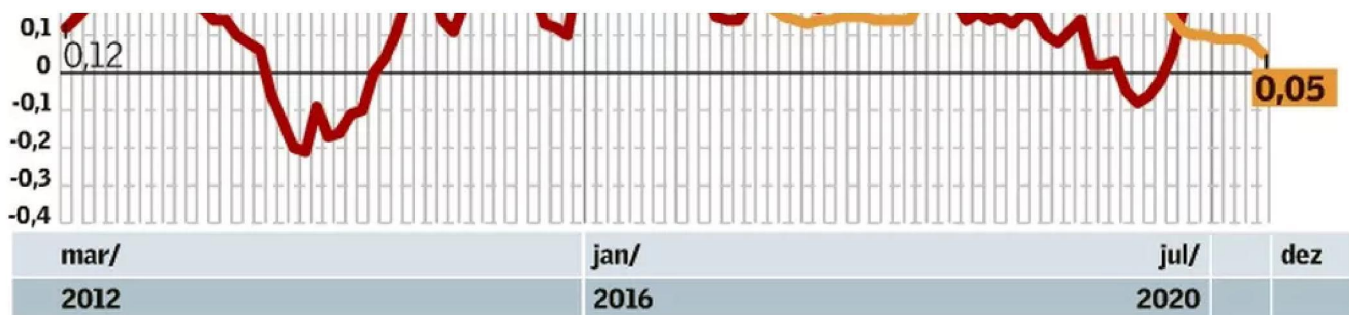
Piora acentuada

Evolução do Índice de Miséria Macroeconômica



■ Peso do desemprego, da inflação e da dívida na miséria





Fonte: MB Associados - a partir de dados do IBGE e do BC. Obs: De julho a dezembro de 2020 os valores são estimados

POIS DA PUBLICIDADE

O Índice de Miséria Macroeconômica, que procura medir o bem-estar da população ao agregar indicadores de inflação, desemprego e dívida bruta, deve chegar ao fim deste ano ao pior nível já registrado desde o início do Plano Real.

Segundo cálculo da MB Associados, que elabora o indicador, o governo Jair Bolsonaro deve terminar seu segundo ano de mandato com um índice de 36,85, nível 35% acima do pico atingido em janeiro de 2016 (de 27,39), no segundo mandato de Dilma Rousseff, até então o pior registrado. Agora em julho, o índice está em 22,17 (leitura preliminar), posição similar à alcançada no momento da reeleição da ex-presidente, no início de 2015.

O Índice de Miséria Macroeconômica, divulgado agora pela primeira vez, expande o tradicional conceito de Índice de Miséria criado no começo da década de 1970 pelo economista americano Arthur Okun ao agregar a variação da dívida bruta às taxas de desemprego e de inflação em 12 meses, indicadores que, além da economia, refletem o custo social para um país. Quanto menor a soma desses três indicadores, maior o bem-estar da população.

De acordo com Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados, a ideia de acrescentar a variação da dívida bruta é sinalizar de forma mais abrangente a condição macroeconômica do país no médio e longo prazo. "Ao somar um indicador crucial para o futuro, que é a dívida bruta, damos essa sinalização sobre os problemas à frente."

O forte aumento do indicador previsto para o fim do ano é dado pelo crescimento da dívida bruta e também do desemprego. A MB estima a dívida em 94,7% do PIB ao fim de 2020 (uma variação de 18,9 pontos sobre os 75,9% de 2019). A taxa de desemprego projetada para dezembro é de 16,1%, enquanto o IPCA acumulado em 12 meses é estimado pela consultoria em 1,8%. Assim, o índice é a soma de 18,9 com 1,8 e 16,1, chegando a 36,85.

A série construída pela MB começa em 2012, quando se inicia a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) Contínua, em que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apura a taxa de desemprego, mas a avaliação de Vale é o que país viverá o pico do índice em um período que se inicia no Plano Real. “Nunca tivemos uma variação de desemprego e de dívida como agora. Se for para trás, para 1995, certamente será o pior momento.”

Diferentemente do segundo mandato Dilma, quando a piora se concentrou na inflação e no desemprego, mais que na dívida, agora, a inflação não é um problema, enquanto o peso do desemprego e da dívida cresceram e devem continuar subindo. “São os dois grandes problemas com que o governo vai ter que lidar nos próximos anos, quando as condições macroeconômicas vão ser muito adversas”.

A título de comparação, em janeiro de 2016, o desemprego teve peso de 35% na formação do indicador, a inflação, 39% e, a dívida, 26%. Em dezembro deste ano, o peso do desemprego será maior, 44%, enquanto o da dívida deve ser de 51%. Já a inflação terá um peso de apenas 5% no índice de miséria macroeconômica.

Reverter a curva ascendente do indicador dependeria de uma disposição clara do governo em propor reformas estruturantes. Vale diz não ver o Executivo fazendo o esforço necessário. Se em 2016, o índice cedeu após o impeachment e o alívio fiscal e inflacionário que se seguiu, agora é provável que isso aconteça apenas após a próxima eleição presidencial, num novo conjunto de forças políticas, diz ele.

“Inverter essa curva vai demandar um esforço tremendo para fazer as reformas necessárias. E este não é o governo mais hábil em termos políticos.” Uma demonstração disso seria a atual discussão da reforma tributária, em que o Executivo propõe a unificação do PIS-Cofins, com uma alíquota de 12%. Uma reforma mais abrangente dependeria de uma negociação intensa com os Estados,

algo que ficou mais difícil, na sua visão, depois do confronto entre Bolsonaro e os governadores e prefeitos ao longo da pandemia de covid-19.

Neste momento, diz Vale, duas tarefas urgentes seriam um choque de confiança dado pelo próprio governo, sinalizando estabilidade para os investidores, especialmente depois da desastrada gestão na área ambiental. E, na parte, fiscal, garantir a manutenção da regra do teto de gastos.

“É necessário garantir a regra para dar confiança e estabilidade”, diz. Mas o momento é desafiador para isso. Os gastos com saúde tendem a crescer por causa da pandemia e o governo tenta levantar o Renda Brasil, que além do objetivo de elevar o gasto social se tornou um instrumento de aumento de popularidade do presidente. Há ainda outras pressões por aumento de despesas.

Um segundo passo seria uma reforma tributária “digna do nome”, diz Vale. O ideal seria trabalhar sobre a PEC 45, que já está sendo avaliada no Congresso e fazer um ajuste no Imposto de Renda, com alíquotas maiores para rendas maiores. Para o economista, o ajuste fiscal necessário não vai escapar da necessidade de um aumento na arrecadação.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Juntos na Estrada com o Mercedes Club
MERCEDES-BENZ

LINK PATROCINADO

Primeira parcela só para fevereiro de 2021!
MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com varizes, zera a dor e vira febre em Salvador
VARIZERO

LINK PATROCINADO

Simple receita antiga pode mudar sua próstata em alguns dias.
PROST+ACTIVE

Arrecadação cai 30% em junho e tem o pior resultado para o mês desde 2004

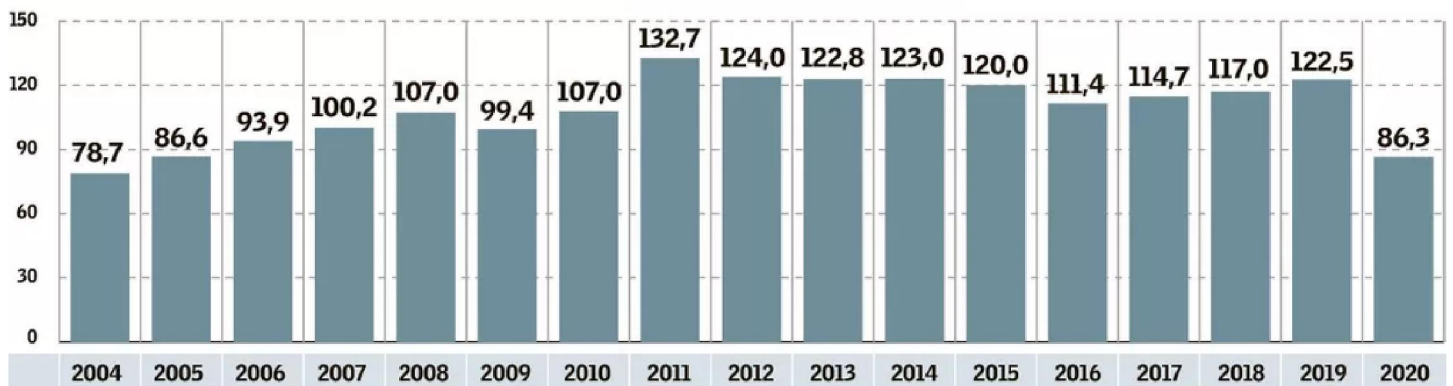
Para governo, dados de julho indicam retomada e perspectivas positivas

Por Mariana Ribeiro — De Brasília

24/07/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

Receitas em queda

Arrecadação tem pior resultado em 16 anos em junho - em R\$ bilhões*



Fonte: Receita Federal *valores atualizados pelo IPCA

Impactada pela pandemia, a arrecadação federal registrou queda real de 29,59% em junho na comparação com o mesmo mês do ano passado e ficou em R\$ 86,3 bilhões. Foi o pior resultado para o mês desde 2004, segundo dados da Receita Federal.

Apesar do resultado, o governo defende que as perspectivas para julho são positivas e os dados indicam retomada.

O resultado da arrecadação no mês passado reflete a queda no ritmo da atividade econômica observada nos últimos meses, explicou o chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita, Claudemir Malaquias. Mas, além disso, também foi impactado pelas medidas colocadas em prática pelo governo para fazer frente aos efeitos da pandemia, como o diferimento de impostos.

A postergação de pagamentos, como de PIS/Cofins, Contribuição Previdenciária e Simples Nacional, gerou uma perda de receitas de R\$ 20,4 bilhões no mês. A redução a zero da alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) Crédito, por sua vez, teve impacto de R\$ 2,3 bilhões. Já as compensações tributárias somaram R\$ 6,8 bilhões.

Mesmo desconsiderando esses efeitos, chamados de não recorrentes, no entanto, as receitas administradas ainda apresentariam uma queda de 9,32% no mês passado. Com esses efeitos no cálculo, a queda foi de 29,32%. Já no caso das receitas não administradas, onde estão os royalties de petróleo, por exemplo, a queda em junho foi ainda maior, de 39,41%.

Com o desempenho do mês, o recolhimento no semestre atingiu a marca de R\$ 666 bilhões, uma baixa real de 14,71% sobre o mesmo período de 2019. Foi o pior resultado para o período desde 2009.

Apesar dos números, os representantes do governo expressaram otimismo com os rumos da economia. “A impressão que temos hoje do resultado da arrecadação é extremamente positiva”, disse Malaquias, acrescentando que boa parte do resultado do mês é explicada por medidas de diferimento, não de desoneração, e que esses valores podem ser recuperados até o final do ano. Segundo ele, a arrecadação é concentrada no final do mês, por isso é preciso esperar o encerramento de julho, mas já “há sinal de melhora”.

O subsecretário de Política Fiscal da Secretaria de Política Econômica (SPE), Erik Figueiredo, enfatizou que os indicadores indicam recuperação, citando, por exemplo, consumo de energia e vendas no cartão de crédito. “Há vários indicadores mostrando que essa recuperação se iniciou no final de maio e vem ganhando tração

ao longo dos meses”, disse pontuando que o ritmo de retomada depende também do nível de retorno às atividades no Estados.

Questionado sobre a possibilidade de nova postergação do pagamento de tributos, Malaquias disse que todas as áreas do governo estão preocupadas com o desempenho da atividade e procurando ir na direção das necessidades das empresas, mas que por enquanto não estão sendo feitos estudos nesse sentido.

O governo deixou de arrecadar R\$ 55,9 bilhões no primeiro semestre devido a desonerações tributárias. Em 2019, abriu mão de R\$ 48,2 bilhões no mesmo período. Apenas em junho, as desonerações somaram R\$ 10,6 bilhões.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Juntos na Estrada com o Mercedes Club
MERCEDES-BENZ

LINK PATROCINADO

Primeira parcela só para fevereiro de 2021!
MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com varizes, zera a dor e vira febre em Salvador
VARIZERO

LINK PATROCINADO

Simple receita antiga pode mudar sua próstata em alguns dias.
PROST+ACTIVE

LINK PATROCINADO

Segredo indiano para cabelo crescer nas entradas de calvície chega ao Brasil
SHIKAKAI

LINK PATROCINADO

Adeus dor no joelho! Segredo Japonês renova cartilagem de idosa.
OKINA

por taboola

Leia em Valor Investe

Com Guedes, ensaio de reconciliação após Fundeb

Ministro das Comunicações promoveu encontro entre o colega da Economia e Rodrigo Maia

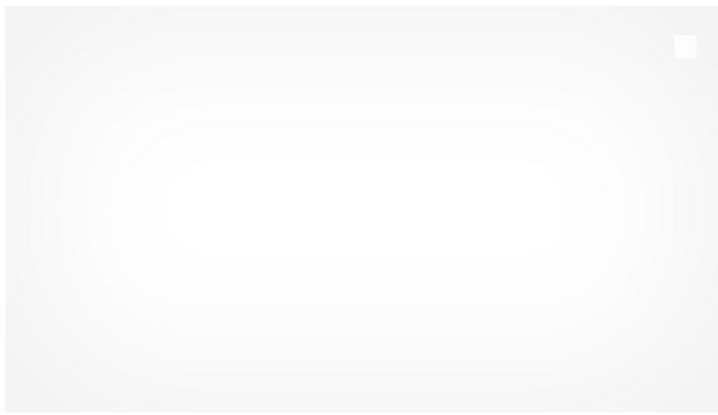
Por **Raphael Di Cunto** — De Brasília

24/07/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

O ministro das Comunicações, Fábio Faria, organizou ontem uma nova reunião entre o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e o ministro da Economia, Paulo Guedes, para apaziguar os ânimos. Os três se encontraram ontem por quase uma hora após o estresse na votação da proposta de emenda constitucional (PEC) que reformulou o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb).

Maia e Guedes já foram muito próximos, mas brigaram na discussão das reformas da Previdência, administrativa e tributária e, principalmente, no projeto de socorro financeiro aos Estados e municípios por causa da covid-19. Os dois passaram semanas sem conversarem até que Faria os reuniu num almoço na semana passada, quando falaram por três horas sobre os projetos da agenda econômica e ensaiaram uma retomada na relação.

O presidente da Câmara, contudo, considerou uma traição Guedes divulgar uma proposta contrária a que ele negociava para o Fundeb, sem antes conversarem. Maia defendia elevar a participação do governo federal nesse fundo de 10% para 20%, mas o ministro só topava 15% e trabalhou contra, tentando, junto com o líder do PP na Câmara, Arthur Lira (AL), impedir a votação da PEC.



Ads by Teads

No fim, o governo aceitou - a contragosto do ministro - elevar para 23% para colocar uma "digital" do presidente Jair Bolsonaro na educação.

Faria, ao ouvir as queixas do presidente da Câmara, marcou o encontro às pressas, segundo aliados do deputado do DEM.

O agora ministro é deputado federal licenciado e já tentou atuar outras vezes como bombeiro entre Maia e o governo - levou o colega, por exemplo, para tomar café com Bolsonaro no ano passado.

No encontro de ontem, Maia e Guedes fizeram questão de um gesto público de realinhamento. Após a conversa, saíram juntos do Ministério da Economia e fizeram um pronunciamento pregando unidade e convergência na agenda de reformas para retomada do crescimento econômico. Nesse ponto, a CPMF ficou de fora da conversa. "Eu tenho minha opinião [sobre a CPMF] e o ministro disse: deixa isso para depois, vamos debater aquilo que nos une", afirmou o presidente da Câmara após a reunião.

O governo entregou uma lista de três projetos que considera prioridade para votação a partir de agosto: a Lei do Gás, a reforma da Lei de Recuperação Judicial e Falências e a lei que moderniza o mercado de câmbio. Além disso, discutiram a reforma tributária. À "CNN", Maia elogiou a proposta do governo de unificação do PIS/Cofins e criticou aqueles que estão alardeando um aumento da carga tributária sem entender que a mera elevação das alíquotas não significa aumento dos impostos porque está se criando um sistema de créditos.

Maia volta a cobrar por reforma administrativa este ano

Pandemia pode forçar os mais resistentes a aceitar mudanças, diz presidente da Câmara

Por **Raphael Di Cunto e Estevão Taiar** — De Brasília

24/07/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), voltou a defender ontem que o governo não pode deixar a reforma do serviço público para 2021 porque isso significará a não aprovação da proposta. Por isso, acrescentou, procurará o líder do PP, deputado Arthur Lira (AL), para tentar convencer o presidente Jair Bolsonaro a encampar um projeto dos economistas Arminio Fraga e Ana Carla Abrão para modernizar a administração pública.

“Hoje, como as coisas são automáticas, o grande desafio é passar no concurso. Se você passa no concurso para policial legislativo, ganha R\$ 14 mil inicial e em oito anos você está no teto. Para chegar no topo [salarial], o sacrifício é quase nenhum”, disse, ao participar de debate da frente parlamentar em defesa da reforma administrativa. Ele afirmou que a proposta precisa partir do Executivo para não ser derrubada por vício de iniciativa.

Maia afirmou que já falou com o ministro da Economia, Paulo Guedes, e que conversará com Lira, que se tornou uma espécie de líder informal do governo na Câmara, para convencer Bolsonaro a enviar o projeto. “Se deixar para apresentar a reforma em 2021, esquece. A casa revisora vai fazer a conta de que vai ter que fazer a votação no segundo semestre, tem eleição próxima, aí esquece, ninguém vai votar nada no segundo semestre em 2021.”

Segundo o presidente da Câmara, para a sugestão de Arminio e Ana Carla avançar, é preciso de 100% de apoio do governo, porque só o Executivo poderia propor um projeto de lei sobre o tema. Já uma proposta de emenda constitucional (PEC) poderia partir do Legislativo, mas isso não é consenso e dependeria do aval do Judiciário - o que, na opinião dele, será mais difícil porque o Judiciário tem dado mostras de se opor a qualquer mudança.

O momento pós-pandemia, afirmou Maia, pode obrigar aqueles mais resistentes a aceitarem mudanças. "Há dificuldade de muitos em relação a esse debate pela pressão dos servidores, mas se o objetivo não é cortar salário, é modernizar a máquina e garantir eficiência na prestação de serviço, acho que esse tem que ser o nosso objetivo sempre."

Ex-presidente do Banco Central (BC), Arminio também pediu apoio do governo federal à pauta. "Queria realmente fazer um apelo ao Executivo para abrir um pouco essa porta", disse. "Há projetos com 200 páginas. O nosso tem três", afirmou, destacando que percebe "que o Congresso está disposto a fazer" a reforma.

Ex-secretária de Fazenda de Goiás e sócia da consultoria Oliver Wyman, Ana Carla disse que a reforma traria três benefícios principais: melhora da qualidade dos serviços públicos, principalmente saúde, educação e segurança; aumento da produtividade tanto do setor público quanto da própria economia brasileira; e alívio no quadro fiscal, por meio de mudança na alocação de recursos.

Ela defendeu, no entanto, que implantar grandes mudanças na regra de estabilidade dos servidores não é por enquanto uma prioridade. "A estabilidade no Brasil é ampla demais e deveria ser discutida, mas a nossa proposta não mexe com isso neste momento."

Para ela, mais importante é fazer uma revisão da legislação infraconstitucional, de União, Estados e municípios, e focar em questões como incentivos, capacitação e diferenciação de servidores.

Ela ainda citou estudo do economista Ricardo Paes de Barros que mostra que a desigualdade no setor público é o dobro da desigualdade geral da economia. "Tem

um topo que ganha muito bem, além de todos os penduricalhos”, disse, enquanto a base dos servidores tem salário baixo.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Juntos na Estrada com o Mercedes Club

MERCEDES-BENZ

LINK PATROCINADO

Primeira parcela só para fevereiro de 2021!

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com varizes, zera a dor e vira febre em Salvador

VARIZERO

LINK PATROCINADO

Simple receita antiga pode mudar sua próstata em alguns dias.

PROST+ACTIVE

LINK PATROCINADO

Como investir no mercado financeiro evitando os principais riscos, clique aqui.

EDUARDO MOREIRA

LINK PATROCINADO

Segredo indiano para cabelo crescer nas entradas de calvície chega ao Brasil

SHIKAKAI

por taboola

Leia em Valor Investe

VALOR INVESTE

O que aprendi em 20 minutos com a Malala

VALOR INVESTE

Secretário dos EUA ataca China ao defender ordem para fechar consulado no Texas

VALOR INVESTE

Vacina contra coronavírus deve custar US\$ 39 por pessoa aos EUA

Muitos setores se beneficiam com a reforma, afirma Tostes

Receita faz levantamento de segmentos que terão redução da carga de impostos, segundo secretário

Por **Fabio Graner e Lu Aiko Otta** — De Brasília

24/07/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



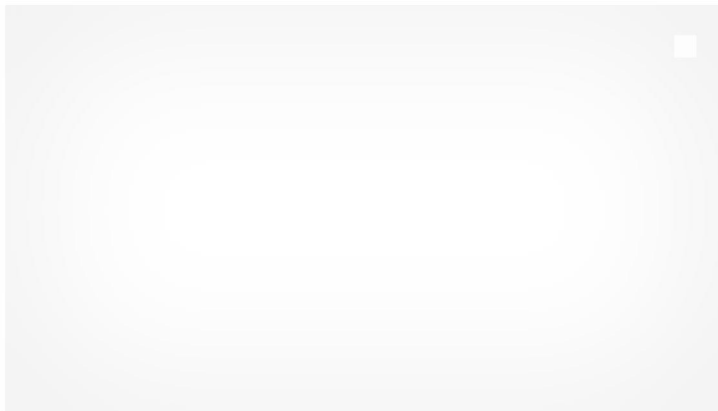
José Tostes: “Não existe reforma tributária nula; os efeitos de qualquer mudança na estrutura tributária sempre vão ser distintos em setores e empresas” — Foto: Edu Andrade/Ascom/ME

O Ministério da Economia prepara um levantamento sobre os setores que poderão ter redução de tributo com a reforma do PIS/Cofins, que cria a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). Em entrevista ao **Valor**, o secretário especial da Receita, José Tostes, disse que são muitos os que se beneficiarão com a reforma, embora admita que também haverá setores que terão aumento de custos e deverão elevar preços.

“À medida que você diz que tudo pode ser deduzido, significa que as empresas terão maior abatimento do valor da base de cálculo que vai incidir a nova contribuição. Se antes podia deduzir 100 e agora poderei 150, o valor de imposto a ser pago vai ser reduzido e isso não está sendo dito. A reclamação que está sendo colocada é de alguns setores que alegam que têm poucos créditos. E os setores que têm muito crédito e terão redução da base de cálculo? Esses estão calados. Estão calados”, lamentou.

“Não existe em lugar nenhum do mundo reforma tributária nula. Os efeitos de qualquer mudança na estrutura tributária sempre vão ser distintos em setores e empresas. Tem setores e empresas que terão ganhos”, completou.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

O setor de serviços, que tem sido o mais vocal nas críticas à CBS, não será impactado de forma igual e em grande medida sequer será afetado, assegura o secretário. Ele apresenta um dado mostrando que no Brasil há 1,26 milhão de restaurantes, bares e lanchonetes. Mas, desses, 1,132 milhão são optantes do Simples, ficando de fora da nova contribuição. Além disso, outra parte relevante do setor faz negócios com empresas, o que tornaria nulo o impacto da elevação da alíquota por conta dos créditos tributários gerados para o comprador do serviço.

Ele aponta que o impacto global nos preços para o consumidor final da reforma proposta é difícil de prever, mas espera que haja um equilíbrio. “Depende. Na verdade, essa reacomodação de preços relativos vai sair de uma situação hoje distorcida para um tratamento isonômico entre setores e entre bens e serviços”, comentou. E acrescentou que, comprovadamente, uma desoneração tributária não é necessariamente convertida em redução de preços ao consumidor. Na maioria das vezes, disse, é incorporado às margens do negócio.

“Essa reacomodação vai ser de várias formas. Pode haver aumento, como pode haver redução de preços. No conjunto, se espera que haja equilíbrio. Está se colocando só que vai haver aumento e não considerando que também vai haver redução de preços”, disse.

Tostes se mostrou firme na defesa da alíquota única de 12% para a CBS. Salientou que na última década nenhuma reforma foi feita com mais de uma taxa de incidência e que, de forma geral, os casos em que isso ocorre são raros nos modelos de imposto sobre valor adicionado ao redor do mundo.

No entendimento dele, trabalhar com uma taxa menor para alguns segmentos só promoverá a judicialização, na contramão de um de seus principais objetivos, que é exatamente reduzir o contencioso tributário. O secretário cita o exemplo do Imposto Sobre Serviços (ISS), que em alguns locais tenta-se fazer distinção entre segmentos e o resultado é uma grande disputa na Justiça sobre quem está enquadrado em determinada alíquota.

“Estamos propondo alíquota única porque é tecnicamente melhor. Primeiro porque você dá tratamento equânime de tributos em bens e serviços. É justo você tributar em um serviço sofisticado, prestado para alta renda, por uma alíquota menor do que por uma mercadoria que é de consumo popular? Não é justo. Segundo, se eu diferencio alíquota vou abrir a possibilidade, que já é um problema hoje, de uma discussão jurídica enorme e um contencioso que vai surgir com certeza para discutir o que está enquadrado em uma e em outra”, afirmou.

Meses atrás, durante a fase de preparação da proposta da CBS, o governo considerou dar isenção parcial do tributo para os setores de educação e saúde. Na época, escolas e planos de saúde ameaçavam com aumento das mensalidades. A

ideia acabou abandonada para manter o desenho da CBS mais próxima do padrão internacional.

Tostes afirmou que a melhor forma de fazer política social é via orçamento, e não via benefícios tributários. Além do mais, lembrou, a proposta da CBS isenta os pagamentos feitos pelo poder público a hospitais que prestam serviços ao SUS.

Ele demonstra segurança de que a arrecadação a ser gerada pela CBS tende a manter os patamares de anos anteriores. Mas alertou que a comparação não deve ser feita com 2020, por conta dos fortes impactos da crise econômica que estão sendo derivados da pandemia de covid-19. E disse que o governo mantém seus estudos para estabelecer um comando legal ou constitucional criando um limite para a carga tributária, para garantir o não aumento desse indicador no futuro.

Já no setor financeiro houve uma reação contraditória à proposta da CBS, reconheceu Tostes. Por um lado, foram feitas críticas ao “privilégio” de bancos, seguradoras e planos de saúde permanecerem no sistema cumulativo, com uma alíquota de 5,8%, enquanto a alíquota geral da CBS será de 12%. Por outro, as empresas afirmaram que sofrerão aumento de carga tributária, pois hoje recolhem 3,65%.

“Nem um nem outro estão certos”, afirmou. A alíquota foi elevada, explicou, porque a CBS tem uma base de cálculo diferente do PIS-Cofins. Ela é um tributo calculado “por fora”, ou seja, não incide sobre ela própria e também não será cobrada sobre o ISS. “Não houve privilégio aos bancos, nem aumento de carga tributária.”

Além das críticas à CBS, o que o secretário e o ministro da Economia, Paulo Guedes, mais ouviram das empresas do setor de serviços, com quem se reuniram na noite de quarta-feira, foram pedidos para acelerar a desoneração da folha. Salários não geram créditos para a CBS, por isso muitos setores intensivos de mão de obra argumentam que sofrerão aumento de custo com a mudança. “Do ponto de vista técnico, está tudo pronto”, afirmou. “Estamos em fase de decisão política”, completou.

Os técnicos elaboraram várias alternativas de desoneração de folha e opções para financiar essa mudança. No entanto, disse o secretário, os desenhos com desoneração mais ampla passam pela criação da Contribuição sobre Pagamentos (CP). “O volume [de desoneração] é elevado e não tem alternativas fáceis na estrutura atual”, informou. “Uma desoneração ampla pressupõe nova fonte de recursos.”

Tostes não quis avançar quanto ao momento de envio da proposta de desoneração ao Congresso Nacional. Mas, na reunião com o setor de serviços, Guedes teria dito que pretende aprová-la ainda neste ano, para que entre em vigor junto com a CBS, que se aprovada começará a ser cobrada em 2021, conforme relatou o presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel), Paulo Solmucci.

O governo trabalha também na reforma do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Segundo Tostes, há dois desenhos básicos em discussão. Um é a criação de um Imposto Seletivo sobre produtos que geram externalidades negativas, caso de bebidas alcoólicas e cigarros. Outro é a aplicação de uma alíquota única, flat, sobre todos os produtos.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Juntos na Estrada com o Mercedes Club
MERCEDES-BENZ

LINK PATROCINADO

Primeira parcela só para fevereiro de 2021!
MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com varizes, zera a dor e vira febre em Salvador
VARIZERO

LINK PATROCINADO

Simple receita antiga pode mudar sua próstata em alguns dias.
PROST+ACTIVE

LINK PATROCINADO

Como investir no mercado financeiro evitando os principais riscos, clique aqui.
EDUARDO MOREIRA



Por **Claudia Safatle**

Trabalhou na "Gazeta Mercantil" por 18 anos, foi repórter es... [ver mais](#)

O penoso retorno ao equilíbrio fiscal

Ainda que a elevação do gasto público no combate à covid-19 seja temporária, há uma parcela da despesa que será permanente

24/07/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

A questão central que se coloca hoje é como será o retorno do país à política de austeridade fiscal no pós pandemia. Para este ano as perspectivas são de uma dívida bruta próxima à 100% do PIB e um déficit primário da ordem de 13% do PIB a 14% do PIB nas contas do setor público. A contração do nível de atividade é estimada em 6% neste ano, que seria seguida de um crescimento de 3,6% em 2021, segundo cálculos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) que constam do trabalho "Brasil pós covid-19".

Ainda que a elevação do gasto público no combate à covid-19 seja temporária, há uma parcela da despesa que será permanente, a partir da adoção, por exemplo, do programa de renda mínima. A perda de receita também tem uma parte transitória, decorrente do adiamento do pagamento de impostos e da queda abrupta da atividade econômica.

Ipea vê chances de um "cenário transformador"



O duplo choque, de oferta e de demanda, causado pela crise tem, porém, efeitos permanentes, pois mesmo com a retomada do crescimento e o aumento esperado de 3,6% do PIB em 2021, a atividade ainda estará abaixo do que estaria caso não houvesse a pandemia.

O crescimento projetado para o segundo semestre deste ano somado à alta de 2021, será capaz de recompor parte da perda absoluta de PIB, que ainda ficará 2,6% abaixo do nível de 2019, conforme prevê o Ipea. Do lado fiscal o resultado é a permanência de déficits primários, persistentes há oito anos, até o fim da década de 2020.

Aumentou substancialmente o risco da política fiscal (que, no limite extremo pode chegar a um calote da dívida) e um efeito direto disso já vem sendo sentido na elevação da estrutura a termo da taxa de juros, que gera pressão de alta do custo da dívida, “contrapondo-se ao efeito baixista da redução da taxa Selic”, segundo o estudo.

O trabalho do Ipea, divulgado nesta semana, avança na proposição de medidas para a retomada do crescimento no pós covid-19 e lança o desafio de se viabilizar o que ele chama de “cenário transformador”, em comparação com o cenário de referência.

Conter a deterioração fiscal é pré-condição para a retomada da economia. “É preciso manter a sinalização clara do compromisso com o equilíbrio fiscal”, indica o documento.

Passada a pandemia - e a necessidade de medidas emergenciais com impacto no deficit e na dívida pública - as reformas ganharão ainda mais importância São elas: o novo pacto federativo, que cria instrumentos para melhorar a gestão fiscal nos três níveis de governo; a proposta de emenda constitucional que extingue com pouco mais de 200 fundos de financiamento; e uma reforma administrativa que estimule o

aumento de produtividade dos servidores e ajude a conter os gastos com pessoal - segundo maior item de despesa do governo federal, depois da Previdência, e principal despesa dos governos estaduais e municipais.

Isso, associado a uma abertura da economia ao comércio externo e a uma maior flexibilização do mercado de trabalho produziria a aceleração do crescimento, levando a economia ao “cenário transformador”.

Dada a fragilidade das condições fiscais que impede um aumento relevante do investimento público, sob o risco de insolvência, a solução mais adequada é a atração de investimentos privados nacionais e estrangeiros, especialmente em infraestrutura. Isso requer um ambiente macroeconômico equilibrado, um sistema tributário menos oneroso, e um ambiente regulatório que, nas atuais condições, exige uma taxa de retorno maior para compensar o alto nível de risco.

É possível crescer mais a partir de 2021? A pergunta que o Ipea se colocou tem possibilidade afirmativa.

“Não há caminho fácil para se atingir esse objetivo”, responde. Os problemas fiscais restringem a utilização de gastos públicos para estimular a retomada da economia. A política monetária pode contribuir positivamente, atenuando a queda do PIB e gerando estímulos para a retomada cíclica, mas tem limitações. Medidas na direção de se reduzir o risco fiscal e melhorar o ambiente de negócios são a forma mais eficiente de estimular os investimentos privados e gerar emprego e renda no médio prazo.

O senso de urgência dado a aprovação das medidas de combate a pandemia também deveria guiar os esforços do Executivo e do Legislativo para a retomada da agenda de reformas econômicas, recomenda o estudo.

A tendência de desconcentração da produção industrial hoje centralizada na Ásia, o que expõe os demais países a riscos de abastecimento, como chegou a se temer durante a pandemia, pode dar ao Brasil algumas oportunidades, cita o texto.

A produtividade brasileira ainda é muito baixa - com crescimento médio pouco acima de zero nos últimos 40 anos - mas há espaço para ganhos nessa área por

meio de reformas estruturais. Aliadas à expansão do mercado de crédito e à melhoria do ambiente de negócios, essas reformas permitiriam acelerar o crescimento da produtividade, estimulando os investimentos.

O crescimento, porém, só será robusto se houver uma boa alocação dos recursos investidos, com o foco nos ganhos de produtividade, que é a principal fonte de crescimento.

Há espaço para um aumento relevante nos investimentos em infraestrutura, que estão muito baixos e são insuficientes para repor a depreciação da estrutura de transportes e de fornecimento de energia que o país dispõe.

Essas medidas não têm custo fiscal, e dependem apenas de aprovação de novas leis no Congresso. Se, paralelamente às reformas de contenção do gasto público for executado um conjunto de reformas microeconômicas pró-investimentos e uma reforma tributária que ajude a melhorar a eficiência da economia, é possível projetar um “cenário transformador”, com crescimento bem mais elevado do que no cenário de referência.

Três exemplos de medidas microeconômicas são: 1) criação de uma boa carteira de investimentos de longo prazo; 2) aprovação dos marcos regulatórios do setor elétrico e das novas concessões; e 3) regulamentação do marco regulatório de telecomunicações aprovado em 2019.

Claudia Safatle é diretora adjunta de Redação e escreve às sextas-feiras
E-mail: claudia.safatle@valor.com.br

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Faça tudo sem sair de casa com o cartão Santander.
SANTANDER

LINK PATROCINADO

Juntos na Estrada com o Mercedes Club
MERCEDES-BENZ

Perdas de créditos da Cofins em razão da covid

Devem ser excluídas das bases de incidência do PIS e da Cofins as perdas efetivas de crédito, pois implicam na anulação do fato gerador

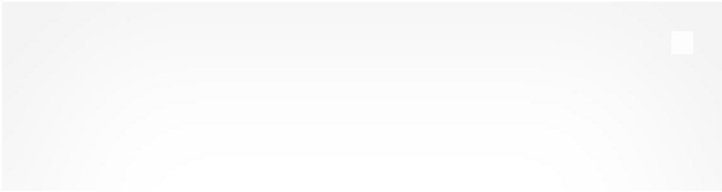
Por Gilson J. Rasador

24/07/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

O isolamento social necessário para inibir a disseminação da covid-19 e evitar o flagelo humano vem causando forte queda nos níveis de atividade da economia nacional, resultando na quebra de muitas empresas e recuperação judicial de outras tantas, além do aumento do desemprego.

Neste cenário, perdas expressivas de créditos vêm ocorrendo e receitas de vendas de bens e serviços para empresas que fecharam suas portas ou que pediram recuperação judicial não se concretizam, sendo cabível a exclusão de tais valores da base de cálculo dos tributos que tenham a receita como hipótese de incidência, como é o caso do PIS e da Cofins.

Devem ser excluídas das bases de incidência do PIS e da Cofins as perdas efetivas de crédito, pois implicam na anulação do fato gerador



Contudo, é bom lembrar que o STF decidiu, em sessão plenária, que “o inadimplemento é evento posterior que não compõe o critério material da hipótese de incidência da contribuição para o PIS e da Cofins”. Segundo o acórdão no RE 586.482/RS, com repercussão geral, “não há disposição legal permitindo a exclusão das chamadas vendas inadimplidas da base de cálculo das contribuições em questão”.

No entendimento da Suprema Corte, o fato gerador da contribuição do PIS e da Cofins nasce com o aperfeiçoamento do contrato de compra e venda, e não com o recebimento do preço acordado, sendo que situações posteriores contempladas pela legislação como excludentes do crédito tributário ocorrem apenas quando fato superveniente venha a anular o fato gerador, o que não acontece com as vendas inadimplidas.

Vale dizer, a ocorrência de fato superveniente que anule o fato gerador da obrigação autoriza a exclusão do crédito tributário correspondente e, nesse sentido, devem ser interpretadas as normas legais que definem a hipótese de incidência, o fato gerador e a base de cálculo das contribuições em comento.

À toda evidência, a pandemia causada pela covid-19 vem causando forte impacto negativo na atividade econômica, gerando o fechamento de milhares de empresas de pequeno e de médio porte, incontáveis pedidos de recuperação judicial de empresas de maior porte e a decretação de falências, é fato superveniente, disruptivo, que frustra a realização de receitas, que são a base de incidência do PIS e da Cofins

Com efeito, ao lado de causar a demissão de milhões de trabalhadores, o fechamento de empresas e os pedidos de recuperação judicial impossibilitam aos respectivos fornecedores a realização das receitas correspondentes às vendas de bens e de serviços para aquelas empresas. Ou seja, não se concretiza, no mundo dos fatos, a hipótese de incidência definida em lei.

Neste ponto, é necessário observar que as Leis 9.718/98, 10.637/02 e 10.833/03 estabelecem que a contribuição para o PIS e a Cofins incidem sobre o faturamento mensal, assim entendido a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, independentemente de sua denominação ou classificação contábil.

Especificam ainda as leis citadas que o total das receitas compreende a receita bruta da venda de bens e serviços nas operações em conta própria ou alheia e todas as demais receitas auferidas pela pessoa jurídica.

Por total das receitas auferidas há que se entender as receitas efetivamente realizadas, excluindo-se as perdas no recebimento do preço das vendas de bens e serviços, na medida em que, embora presumidas no período de competência, o não pagamento em razão da quebra, ou de recuperação judicial do devedor, resulta em não-receita, total ou mesmo parcial.

Tais fatos, supervenientes à venda de bens ou à prestação de serviços, implicam em anulação do fato gerador da obrigação tributária, posto que valores não serão pagos/recebidos e a receita correspondente não se concretizará.

Ipsa facto, devem ser excluídas das bases de incidência do PIS e da Cofins as perdas efetivas de crédito, eis que implicam na anulação do fato gerador, definido em lei como sendo o ato de auferir receitas.

É de ver que as normas que tratam do IRPJ, especialmente a Lei nº 9.430/96, são expressas no sentido de que poderão ser registrados como perdas de créditos, dedutíveis na apuração das receitas líquidas ou resultados, os valores não recebidos, nas condições que determina.

Também a Lei das S.A. (6.404/76, art. 187) determina às companhias que computem as receitas e ganhos, independentemente de sua realização em moeda. Porém, as perdas no recebimento de créditos não integram a receita e devem ser deduzidas na apuração do resultado.

Portanto, quando a lei define como base de incidência do PIS e da Cofins a totalidade das receitas auferidas, está autorizando que o contribuinte exclua as

perdas efetivas de créditos, as não receitas, ocorridas nos casos de fechamento ou quebra de empresas, ou decorrentes de processos de recuperação judicial.

Cabe reiterar que o fato de nosso sistema tributário eleger o regime de competência como regra geral, segundo o qual o faturamento constitui o aspecto material da hipótese de incidência, não impede a exclusão de valores que não se traduzem em receitas efetivas, sob pena de fazer incidir as contribuições aqui tratadas sobre base diferente da prevista na lei, que é o total das receitas auferidas.

Assim, os contribuintes podem pleitear o direito de excluir as perdas efetivas de créditos das bases de incidência do PIS e da Cofins e de restituir os pagamentos efetuados sobre receitas não realizadas, quando verificado o fechamento, quebra, decretação de falência ou de recuperação judicial de seus clientes.

Gilson J. Rasador é advogado e diretor da Pactum Consultoria Empresarial

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Juntos na Estrada com o Mercedes Club
MERCEDES-BENZ

LINK PATROCINADO

Primeira parcela só para fevereiro de 2021!
MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Uma plataforma virtual de vendas inédita.
MERCEDES-BENZ DO BRASIL

LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com varizes, zera a dor e vira febre em Salvador
VARIZERO